

TERMO DE ABERTURA
ESTE VOLUME SE INICIA NA PÁGINA 1 DE 144 PÁGINAS

<u>ÍNDICE</u>	
* Capa	
* Índice	01
* Termo de compromisso	02-06
* Contratos sociais	07-60
* Apólices do seguro garantia	61-84
* Procurações	85-91
* Contrato de intermediação da Corretora	92-143
* Termo de encerramento	144

000001

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes:

- a) **FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado com sede na Av. Angélica, nº 2223, sala 612, 6º andar, Consolação, na cidade de São Paulo, Estado São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.900.846/0001-88, e com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35.213 421.371, em 03/08/2009 neste ato representado pelo seu Diretor Sr. Caio Marco de Stefano, brasileiro, casado, arquiteto e urbanista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.516.821-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 246.595 058-47, residente e domiciliado a Av. Washington Luis, 562, apto 12, bairro do Gonzaga, Santos, CEP. 11055.000, em Santos, Estado de São Paulo, doravante designada simplesmente **FORTNORT**;
- b) **SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 29.663.701/0001-92, com sede na Avenida Ana Costa, 543, cj 201, no município de Santos, estado de São Paulo, representada pelo Sr. Edson Jose Lopes das Neves, brasileiro maior, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG n. 072 645 SSP/SP inscrito no cadastro nacional de pessoas físicas CPF n. 003.355 048-41, residente e domiciliado Rua Prof. Roberval Froes, 34, bairro Jardim Esplanada, CEP 12242.460, São José dos Campos, estado de São Paulo, doravante designada **SEVEN**;
- c) **GCE S.A.**, pessoa de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.275.229/0001-52, com sede no SCIA Quadra 14, Conjunto 06, Lote 01, Guará, CEP: 71.250-130, Brasília, Distrito Federal, e com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Distrito Federal sob nº 5330000695-4, em 10/09/2002, neste ato representado por seu Diretor, Sr. Paulo Maia Koshiba, brasileiro, engenheiro, CREA 47500/D portador da Cédula de Identidade RG nº 10211266 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 248.516.396-00, residente e domiciliado em Brasília/DF, doravante designada simplesmente **GCE**; e
- d) **RH Engenharia Ltda** pessoa de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.059.159/0001-32, com sede ADE Conj. 10 lote 01 – Águas Claras – DF, CEP: 71.986-180, no município de Brasília, Distrito Federal, e com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Distrito Federal sob nº 53201048969, em 12/11/2019, neste ato representado por seu Diretor, Sr. Regis Honório, brasileiro, engenheiro, CREA 9509/D portador da Cédula de Identidade RG nº 2132048 SSP/GO, inscrito no CPF/MF sob o nº. 530.928.051-00, residente e domiciliado em SMPW Qd. 05 Conj. 06 CH 22 lote 1 – Brasília - DF, doravante designada simplesmente **RH**

A seguir denominadas "**COMPROMISSADAS**".

CONSIDERANDO que:

1. O MUNICIPIO DE SANTA LUZIA publicou o Edital de Concorrência da Comissão Permanente de Licitações de SANTA LUZIA no 46/2021, cujo objeto é "CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO,

000002

MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA – MG."

2. Que existe o interesse das COMPROMISSADAS em participar da referida licitação na forma consorciada, conjugando esforços para apresentar documentos e proposta comercial em atendimento às condições estabelecidas no instrumento convocatório;
3. Que as partes, caso tenham sucesso na Concorrência Pública em tela e venham a assinar o contrato decorrente, irão executá-lo de forma conjunta, mediante a constituição de uma Sociedade de Propósito Específico — SPE.

RESOLVEM:

Celebrar o presente Termo de Compromisso de Formação de Consórcio/SPE, na forma da legislação em vigor, no qual as CONSORCIADAS assumem o compromisso de elaborar, em conjunto, a proposta para participar da Concorrência nº 46/2021, do MUNICIPIO DE SANTA LUZIA/MG e, caso sejam vencedoras do certame, comprometem-se a efetivamente formalizarem o Consórcio, com a constituição da futura SPE, observadas, entre outras, das condições exigidas no Edital citado e estipuladas neste documento, e mediante as cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O presente Termo de Compromisso tem por objetivo a apresentação conjunta de documentos e propostas técnica e comercial para participar da Concorrência nº 46/2021 e, caso sejam vencedoras do certame, comprometem-se a constituir uma Sociedade de Propósito Específico "SPE", segundo as leis brasileiras, com sede no Município de SANTA LUZIA e com estrutura administrativa, contábil e fiscal específica, para executar os serviços decorrentes da respectiva concessão administrativa.

CLÁUSULA SEGUNDA - DENOMINAÇÃO E COMPOSIÇÃO

2.1 O CONSÓRCIO não se constitui em pessoa jurídica distinta da de seus membros e não adotará denominação diferente de seus integrantes e, exclusivamente para fins de identificação, Consórcio este que girará sob a designação de CONSÓRCIO SANTA LUZ, segundo as regras, condições e disposições deste Termo

2.2 Sem prejuízo de sua responsabilidade solidária, nos termos da Lei de Licitações, no tocante ao objeto desta Licitação, cobrindo integralmente todas as obrigações assumidas nas propostas. (as partes participarão nos direitos e obrigações decorrentes do presente Termo, inclusive no recebimento de receitas e partilha de resultados, assim como nos custos, despesas comuns e aporte de recurso, conforme abaixo definido, sendo também está a participação de cada Consorciada no capital social da futura SPE:

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO
FORTNORT	35%
SEVEN	15%

000003

CONSÓRCIO SANTA LUZ

GCE	25%
RH	25%
TOTAL	100%

2.3 A organização e a natureza das relações consorciais, relativas aos compromissos, obrigações e responsabilidades, privilegiarão a constituição de uma equipe integrada, constituída pelos melhores técnicos de cada uma das empresas, em suas especialidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - LIDERANÇA E REPRESENTAÇÃO

3.1 A empresa FORTNORT será a líder do CONSÓRCIO SANTA LUZ, a qual será a responsável pela realização dos atos que cumpram ao Consórcio durante a Licitação até a assinatura do Contrato de Concessão.

3.2 A líder detém amplos poderes para representar as consorciadas, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em todos os atos relativos à LICITAÇÃO, em especial, transigir, acordar, renunciar ao direito de recorrer, desistir, responder administrativa e judicialmente em qualquer grau de jurisdição, receber notificação, intimação, citação e constituir os Representantes Credenciados do consórcio.

3.3 Para este fim, o Líder do Consórcio se fará representar pelo seguinte procurador, em conjunto ou isoladamente com outro (a) que as partes vierem a indicar: **Sr. Caio Marco de Stefano, brasileiro, casado, arquiteto e urbanista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.516.821-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 246.595 058-47, residente e domiciliado a Av. Washington Luiz, 562, apto 12, bairro do Gonzaga, Santos, CEP. 11055.000, em Santos, Estado de São Paulo;** o qual tem plenos poderes de representação das COMPROMISSADAS, ativa e passivamente, inclusive podendo nomear representantes.

CLÁUSULA QUARTA – SEDE

4.1 A sede do Consórcio será localizada no mesmo endereço da empresa líder, qual seja na Av. Angélica, nº 2223, sala 612, 6º andar, Consolação, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

CLÁUSULA QUINTA - COMPROMISSOS, RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

5.1 As COMPROMISSADAS declaram expressamente que são responsáveis solidárias perante o poder público, pelos atos relacionados à Concorrência.

5.1.1 a responsabilidade solidaria das COMPROMISSADAS cessará:

- (i) no caso de o Consórcio ter sido vencedor, após a assinatura do CONTRATO; e
- (ii) no caso de o Consórcio não ter sido vencedor, em 30 (trinta) dias contados da data da assinatura do CONTRATO.

5.2 As COMPROMISSADAS declaram, ainda, que são responsáveis solidariamente, perante o Poder Público, pelos atos praticados no âmbito do CONSÓRCIO ou do compromisso de sua constituição, bem como pela execução total do futuro e eventual Contrato, em todos os seus termos.

000004

5.3 Cada parte responderá, individual e solidariamente, pelas exigências de ordem fiscal, administrativa, trabalhista, previdenciária e ambiental pertinentes ao objeto da licitação, até a constituição da SPE para execução do objeto do contrato.

5.4 As partes declaram que não participarão isoladamente ou através de qualquer tipo de associação com outras empresas na Concorrência Pública nº 46/2021.

5.5 O presente instrumento obriga a todos os sucessores, a qualquer título, nos direitos e obrigações assumidas.

CLAUSULA SEXTA - PRAZO DE DURAÇÃO DO CONSÓRCIO

6.1 O presente Termo de Compromisso entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até o resultado da licitação, caso o consórcio não seja vencedor, ou até a constituição da SPE que executará a concessão objeto da Concorrência Pública nº 046/2021, a qual guardará a mesma proporção de participação apontada neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - ADMINISTRAÇÃO DO CONSÓRCIO

7.1 O CONSÓRCIO, é administrado por um Conselho, presidido pelo representante da empresa Líder e composto por 01 (um) representante de cada COMPROMISSADA, cabendo a cada COMPROMISSADA a indicação de um membro efetivo e de um suplente.

7.2 Todas as deliberações serão tomadas por consenso.

7.3 Para cada reunião do conselho será lavrada uma ata, da qual constará os assuntos abordados e as decisões tomadas.

CLÁUSULA OITAVA - CRIAÇÃO DA SPE E ORGANIZAÇÃO

8.1 As COMPROMISSADAS se obrigam, no caso da conquista do objeto da Concorrência Pública nº 046/2021 a constituir a SPE em todos os seus termos: celebrar seu Contrato Social, estatutos, regular seu funcionamento, seu Conselho de Administração, Diretoria, mecanismos e limites de atuação, aprovação financeira, remuneração, estrutura física, níveis e forma de aplicação de decisões.

8.2 Os critérios de contabilização, custos e faturamento também serão regidos pelo estatuto social da SPE, atas de assembleias e do respectivo acordo de acionistas, na forma do seu contrato social, que fará parte integrante do futuro contrato de concessão, no caso de conquista do objeto por parte do presente Consórcio.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 O presente instrumento é pactuado com cláusula de irrevogabilidade e irretratabilidade, ficando vedado às partes ceder, repassar, vender, alienar ou gravar, de qualquer forma, os direitos ou expectativas originárias do presente compromisso, bem como da futura SPE

9.2 As despesas pré-operacionais, ou seja, incorridas na elaboração das propostas, serão compartilhadas entre as partes, exceto aquelas previamente acordadas por escrito.


000005





Resolve consolidar o presente instrumento de
EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
que passará a vigor com a redação a seguir transcrita.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL
FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL
E URBANO EIRELI

A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada é constituída do Titular:

CAIO MARCO DE STEFANO, brasileiro, natural de São Paulo-SP, casado pelo regime da completa e total separação de bens, nascido aos 13 de Outubro de 1970, arquiteto inscrito no CAU/SP sob n. A-24771-5, portador da Cédula de Identidade RG n. 21.516.821-5/SSP/SP e do CPF/MF n. 246.595.058-47, residente e domiciliado a Av. Washington Luis, 562 - apto 12, bairro do Gonzaga, Santos - SP - CEP. 11055.000

E será regida mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - DO NOME EMPRESARIAL e SEDE

A empresa gira sob nome empresarial de **FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI**, com sede e domicílio na Avenida Angélica, 2223, Sala 612, Bairro Consolação, Cidade de São Paulo - SP, CEP. 01227-200.

Cláusula Segunda - DO PRAZO

A empresa iniciou suas atividades em 13 de Setembro de 1995 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Terceira - DA FILIAL

A EIRELI possui uma filial na Av. Potiguar s/n., Quadra 53, Lotes 18 e 19, Sala 01 - Altos - Bairro Parque dos Carajás, Parauapebas - PA - CEP - 68.515-000.

Parágrafo Primeiro: Para fins fiscais o capital social destacado da filial é R\$ 1.000.000,00, (um milhão de reais).

Parágrafo Segundo: O objeto social da filial é:

1) - Prestação de serviços na elaboração de projetos, na implantação, na construção e execução de obras, relativas a engenharia de: agrimensura, agrônômica, de áudio, civil, de controle e automação, elétrica, eletromecânica, de energia, de estradas de rodagem e de ferro, de aeroportos, de portos, estrutural, hidráulica, mecânica, de recursos hídricos, rodoviária, sanitária, de segurança, de transportes, de avaliações e perícias, incluindo consultorias e assessoria - CNAE 71120-00;





- 2) - Prestação de serviços na elaboração de projetos, na implantação, na construção e execução de obras de Arquitetura e Urbanismo, incluindo consultoria e assessoria - CNAE 71111-00;
- 3) - Planejamento e elaboração de projetos, execução de obras e construções em geral - CNAE 41204-00;
- 4) - Limpeza, higienização, desobstrução, manutenção e varrição de vias e logradouros públicos, rodovias, galerias de águas fluviais, bocas de lobo, ramais de ligação, caixas d'água, caixas de gordura, valas, canais, bueiros, córregos, parques, áreas verdes e edificações públicas e privadas - CNAE 81214-00;
- 5) - Comercialização, implantação e desenvolvimento de infraestrutura e equipamentos para controle de acesso, estacionamento, pedágios e sistemas de apoio - CNAE 74901-04;
- 6) - Execução de terraplanagem, recapeamento, pavimentação, obras de saneamento e obras complementares - CNAE 42111-01;
- 7) - Prestação de serviço de ajardinamento, plantio, capinação, poda de árvore e correlato - CNAE 81303-00;
- 8) - Planejamento, elaboração de projetos, montagem, instalação e manutenção industrial e mecânica - CNAE 42995-01;
- 9) - Planejamento e elaboração de projetos referentes a geração, transmissão, distribuição e utilização de energia elétrica, equipamentos, materiais elétricos, sistemas de medições e controle elétricos, seus serviços afins e correlatos - CNAE 42138-00;
- 10) - Execução de serviços com fornecimento de mão de obra temporária, equipamentos e insumos, bem como locação de mão de obra temporária - CNAE 78205-00;
- 11) - Prestação de serviços de caráter administrativo e técnico à empresas e órgãos públicos e privados - CNAE 82113-00;
- 12) - Comércio e indústria de materiais e equipamentos em geral - CNAE 46699-99;
- 13) - Locação de materiais, equipamentos, máquinas e veículos em geral - CNAE 77322-01;
- 14) - Coleta, transporte, transbordo, reciclagem, tratamento, incineração, beneficiamento e destinação final de lixo urbano, industrial, hospitalar e ambulatorial - CNAE 38114-00;
- 15) - Planejamento e elaboração de projeto, construção, implantação, operação e manutenção de aterro sanitário - CNAE 38211-00;
- 16) - Planejamento e elaboração de projeto, construção, implantação, operação e manutenção de usina de lixo - CNAE 38394-99;
- 17) - Compra, venda, locação, incorporação bens imóveis urbanos e rurais; CNAE 41107-00;
- 18) - Transporte rodoviário de produtos perigosos - CNAE 49302-03.

Cláusula Quarta - DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é **R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais)**, integralizados em moeda corrente nacional.

Parágrafo Único: A responsabilidade do empresário é restrita ao valor de seu capital e responde exclusivamente pela integralização do capital social. (art. 980-A e 1.052, CC/2002).

Cláusula Quinta - DA ADMINISTRAÇÃO e DO PRO-LABORE

A administração da EIRELI será exercida pelo EMPRESÁRIO **CAIO MARCO DE STEFANO**, já qualificado, com amplos e ilimitados poderes de direção e representação, ativa e passiva, judicial e extrajudicial perante todas as repartições e entidades públicas e privadas, sejam municipais, estaduais e federais, inclusive autarquias, sociedade economia mista, bancos, instituições financeiras e terceiros em geral, que, na qualidade de **TITULAR**, praticará todos e quaisquer atos necessários a consecução dos objetivos sociais ou à defesa dos interesses e direitos da EIRELI.





Parágrafo Primeiro: O Titular declara, sob as penas da lei, nos termos do parágrafo 1º do art. 1.011 da Lei 10.406/02, que não está impedido por lei especial, nem condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade e enquanto perdurarem os efeitos da condenação.

Parágrafo Segundo: O TITULAR poderá delegar poderes de administração a terceiros, mediante instrumentos de delegação e/ou procuração.

Parágrafo Terceiro: O TITULAR poderá realizar a retirada de Pró-Labore, considerando os interesses da empresa e as limitações da Legislação vigente.

Parágrafo Quarto: A sociedade contratará funcionários legalmente habilitados para execução de tarefas que assim sejam determinadas em lei.

Cláusula Sexta – DO BALANÇO, LUCROS E SUA DESTINAÇÃO

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, de cada ano, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico para Apuração dos Lucros e Prejuízos, conforme art. 1.065, CC/2002.

Parágrafo Primeiro: Os lucros constatados, após as deduções legais e regulares, poderão ser distribuídos, no todo ou em parte aos sócios ou permanecerão como Saldo ou Reservas no Patrimônio Líquido, para futuras deliberações.

Parágrafo Segundo: Poderão ser efetuados levantamentos de Balanços intermediários em bases mensais ou trimestrais, a critério dos sócios, visando à distribuição de resultados, periodicamente apurados, se positivos.

Parágrafo Terceiro: Havendo prejuízos, serão estes compensados com possíveis lucros em exercícios futuros ou serão suportados pelo empresário.

Cláusula Sétima – DO OBJETO SOCIAL

A EIRELI desenvolverá o seguinte objeto social:

- 1)** - Prestação de serviços na elaboração de projetos, na implantação, na construção e execução de obras, relativas a engenharia de: agrimensura, agrônômica, de áudio, civil, de controle e automação, elétrica, eletromecânica, de energia, de estradas de rodagem e de ferro, de aeroportos, de portos, estrutural, hidráulica, mecânica, de recursos hídricos, rodoviária, sanitária, de segurança, de transportes, de avaliações e perícias, incluindo consultorias e assessoria – CNAE 71120-00;
- 2)** - Prestação de serviços na elaboração de projetos, na implantação, na construção e execução de obras de Arquitetura e Urbanismo, incluindo consultoria e assessoria - CNAE 71111-00;
- 3)** - Planejamento e elaboração de projetos, execução de obras e construções em geral – CNAE 41204-00;



- 4) - Limpeza, higienização, desobstrução, manutenção e varrição de vias e logradouros públicos, rodovias, galerias de águas fluviáteis, bocas de lobo, ramais de ligação, caixas d'água, caixas de gordura, valas, canais, bueiros, córregos, parques, áreas verdes e edificações públicas e privadas - CNAE 81214-00;
- 5) - Comercialização, implantação e desenvolvimento de infraestrutura e equipamentos para controle de acesso, estacionamento, pedágios e sistemas de apoio - CNAE 74901-04;
- 6) - Execução de terraplanagem, recapeamento, pavimentação, obras de saneamento e obras complementares - CNAE 42111-01;
- 7) - Prestação de serviço de ajardinamento, plantio, capinação, poda de árvore e correlato - CNAE 81303-00;
- 8) - Planejamento, elaboração de projetos, montagem, instalação e manutenção industrial e mecânica - CNAE 42995-01;
- 9) - Planejamento e elaboração de projetos referentes a geração, transmissão, distribuição e utilização de energia elétrica, equipamentos, materiais elétricos, sistemas de medições e controle elétricos, seus serviços afins e correlatos - CNAE 42138-00;
- 10) - Execução de serviços com fornecimento de mão de obra temporária, equipamentos e insumos, bem como locação de mão de obra temporária - CNAE 78205-00;
- 11) - Prestação de serviços de caráter administrativo e técnico à empresas e órgãos públicos e privados - CNAE 82113-00;
- 12) - Comércio e indústria de materiais e equipamentos em geral - CNAE 46699-99;
- 13) - Locação de materiais, equipamentos, máquinas e veículos em geral - CNAE 77322-01;
- 14) - Coleta, transporte, transbordo, reciclagem, tratamento, incineração, beneficiamento e destinação final de lixo urbano, industrial, hospitalar e ambulatorial - CNAE 38114-00;
- 15) - Planejamento e elaboração de projeto, construção, implantação, operação e manutenção de aterro sanitário - CNAE 38211-00;
- 16) - Planejamento e elaboração de projeto, construção, implantação, operação e manutenção de usina de lixo - CNAE 38394-99;
- 17) - Compra, venda, locação, incorporação bens imóveis urbanos e rurais; CNAE 41107-00;
- 18) - Transporte rodoviário de produtos perigosos - CNAE 49302-03;
- 19) - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos - CNAE 43291-04 e
- 20) - Instalação, alteração, manutenção e reparo em todos os tipos de construções de sistemas de eletricidade, de instalações telefônicas e de comunicações, redes de informática, sistemas de iluminação e similares - CNAE 43215-00.
- 21) - Transporte rodoviário urbano coletivo de passageiros dentro do município - 4921-3/01;
- 22) - Transporte rodoviário urbano coletivo de passageiros dentre municípios, de uma mesma região metropolitana - 4921-3/02;
- 23) - Transporte rodoviário urbano coletivo de passageiros intermunicipal, fora de região metropolitana - 4922-1/01;
- 24) - Transporte rodoviário urbano coletivo de passageiros, interestadual - 4922-1/02;
- 25) - Transporte rodoviário urbano coletivo de passageiros, sob regime de fretamento no âmbito municipal - 4929-9/01;
- 26) Transporte rodoviário urbano coletivo de passageiros, sob regime de fretamento no âmbito intermunicipal, fora da região metropolitana, interestadual e internacional - 4929-9/02 e
- 27) Coleta de lixo manual e mecanizada de vias e logradouros públicos e privados com transportes de resíduos industriais, comerciais, hospitalares e domésticos - 38122/00.



000011



Cláusula Oitava – DAS DELIBERAÇÕES

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, o empresário deliberará sobre as contas e designará(ão) administrador(es) quando for o caso. (arts. 980A § 6º, 1.071 e 1.072, § 2º e art. 1.078, CC/2002).

Cláusula Nona – DO FALECIMENTO

A morte do empresário não dissolve a EIRELI. Essa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Cláusula Décima – DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

A EIRELI será dissolvida de pleno direito e liquidada, nas hipóteses de:

- a) Anulada a sua constituição;
- b) Exaurida o fim social, ou verificada a sua inexequibilidade;
- c) Decisão do empresário;
- d) Determinação judicial.

Parágrafo Único - Em todas hipóteses de dissolução, o empresário deverá eleger o liquidante, observado os termos do art. 1.102 e seguintes da Lei 10.406/02, arbitrando os seus honorários e fixando data para o respectivo encerramento.

Cláusula Décima Primeira – TRANSFORMAÇÃO, CISÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

A EIRELI, por deliberação do empresário, poderá:

- a) Transformar-se em outra natureza jurídica;
- b) Incorporar outra sociedade ou ser incorporada;
- c) Fundir-se com outra sociedade;
- d) Cindir-se total ou parcialmente;
- e) Extinguindo-se se a versão for total, ou absorver patrimônio da sociedade cindida.

Cláusula Décima Segunda – DECLARAÇÃO

O titular declara, sob as penas da lei, que não possui nenhuma outra empresa registrada na modalidade de **EIRELI**.





PROHABIL ASSESSORIA CONTÁBIL EMPRESARIAL LTDA

Cláusula Décima Terceira – DO DESIMPEDIMENTO

Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Quarta – DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Código Civil (Lei 10.406/2002) e outros dispositivos legais aplicáveis.

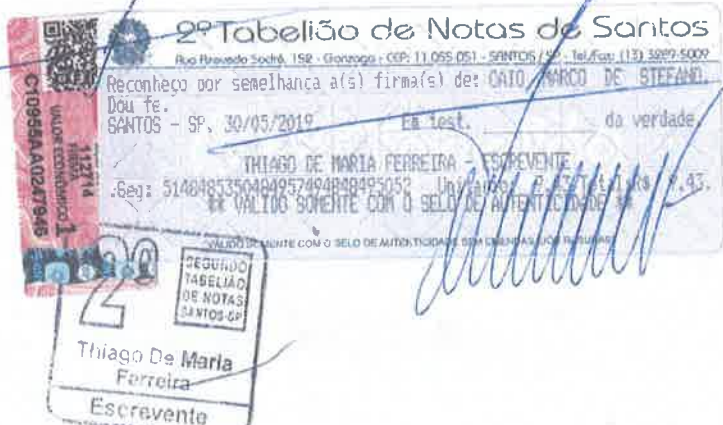
Cláusula Décima Quinta – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo-SP para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

O presente instrumento de **Alteração de EIRELI e subsequente CONSOLIDAÇÃO**, será assinado em 3 (três) vias de igual forma e teor.

Campinas, 02 de Maio de 2019.

CAIO MARCO DE STEFANO



Página 7 de 7

000013



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 136501609206000126328-7
Data: 16/09/2020 15:51:27
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKL83678-PC9Y;



Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
http://azevedobastos.net.br

Bel. Valber Azevêdo Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **07/06/2021 15:20:17 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 136501609206000126328-1 a 136501609206000126328-7

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b73e6218aaf567efd94638bb2ca3c0e31d388714f97021bc3dce211d584fce8482d4942a63547e72867ab62698454ca9b0631ba089fcd29d70c2e3d2ae75f7cc9



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



000014



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35601448820	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 27/10/2016	INÍCIO DAS ATIVIDADES 13/09/1995	PRAZO DE DURAÇÃO PRAZO INDETERMINADO			
NOME COMERCIAL FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI						TIPO JURÍDICO EIRELI	
C.N.P.J. 00.900.846/0001-88		ENDEREÇO AVENIDA ANGELICA		NÚMERO 2223	COMPLEMENTO SALA 612		
BAIRRO CONSOLACAO		MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP	CEP 01227-200	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 25.000.000,00	

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE ENGENHARIA ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS EXISTEM OUTRAS ATIVIDADES

TITULAR E ADMINISTRADOR					
NOME CAIO MARCO DE STEFANO					
ENDEREÇO AVENIDA WASHINGTON LUIS			NÚMERO 562	COMPLEMENTO APTO 12	
BAIRRO GONZAGA		MUNICÍPIO SANTOS	UF SP	CEP 11055-000	RG 215168215
CPF 246.595.058-47	CARGO TITULAR E ADMINISTRADOR				QUANTIDADE COTAS

FILIAIS			
NIRE 15999017996	CNPJ		
ENDEREÇO AV. POTIGUAR		NÚMERO S/N.	COMPLEMENTO QD 53, LT 18/
BAIRRO PARQUE DOS CARAJAS		MUNICÍPIO PARAUPEBAS	UF PA CEP 68515-000

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA 04/05/2021	NÚMERO 176.942/21-0	

ARQUIVAMENTO DE BALANÇO REFERENTE O PERÍODO DE 01/01/2020 À 31/12/2020 .

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35601448820
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 07/06/2021



documento
assinado
digitalmente

Certidão Simplificada. Documento certificado por GISELA SIMIEMA CESCHIN, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 153217056, segunda-feira, 7 de junho de 2021 às 10:01:45.





000017



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 136502409202851152162-1
Data: 24/09/2020 16:25:33
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKM18933-PMNB;



CNPJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Boi, Váber Azevedo da Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Eptácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, Inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **07/06/2021 15:43:30 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 136502409202851152162-1

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

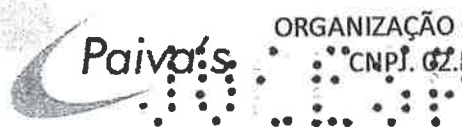
00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b73e6218aaf567efd94638bb2ca3c0e31d360355a8763cc60c7e08e7f285e665476408492c24ac0432fd3cae2419175860631ba089fcd29d70c2e3d2ae75f7cc9



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



000018



ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL PAIVA LTDA

CNPJ. 02.578.050/0001-86



ATO CONSTITUTIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI

SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI

Pelo presente instrumento particular **EDSON JOSE LOPES DAS NEVES**, brasileiro, maior, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 9.072.645-5 SSP/SP e inscrito no cadastro nacional de pessoas físicas CPF nº 003.355.048-41, residente e domiciliado a Rua Prof. Roberval Froes, 34 – Jardim Esplanada, CEP 12242.460, São José dos Campos/SP, resolve, com fundamento no artigo 980 – A da Lei nº 10.406/2002, constituir uma **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**, de natureza empresarial, a qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes, observando as omissões, e regras previstas para a sociedade limitada.

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO SOCIAL E DURAÇÃO

CLAUSULA 1º A empresa girará sob o nome empresarial de **SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI**.

CLAUSULA 2º A empresa terá como sede e domicílio a **Avenida Ana Costa, 543 APTO 201, CEP 11060-003, Gonzaga – Santos – SP**, podendo, podendo abrir e extinguir filiais, agências, escritórios, representações, sucursais ou nomear representantes em qualquer localidade do País ou Exterior.

CLAUSULA 3º A empresa terá como objetivo: A representação e comércio de lâmpadas, materiais e equipamentos elétricos, instalação, manutenção e reparação de iluminação pública em vias urbanas, rurais, aeroportos, portos, atividades de gestão e consultoria empresarial e obras e gestão de projetos de engenharia.

~~**CLAUSULA 4º** O seu prazo de duração é por tempo indeterminado.~~

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA 5º O capital é de R\$100.000,00 (cem mil reais), totalmente integralizado neste ato em moeda corrente nacional.

PARAGRAFO ÚNICO: A responsabilidade do Titular é limitada à importância total do capital integralizado.

DO EXERCÍCIO SOCIAL, DOS LUCROS E PREJUÍZOS.

CLAUSULA 6º O exercício coincidirá com o ano civil. Anualmente, em 31 de dezembro, será elaborado um balanço geral para a apuração de lucros e prejuízos.

PARAGRAFO UNICO: A distribuição dos lucros apurados pela empresa poderá ser feita trimestral, semestral ou anualmente, desde que devidamente aprovada.

Rua Paraúna, 73 – Vila Barros – Guarulhos – SP- CEP: 07193-050.

Tel: (11) 2402-9925 / 2279-1070

E-mail: paiva@paivas.com.br

00000/19

DA ADMINISTRAÇÃO

CLAUSULA 7ª A administração da empresa será exercida pelo sua titular **EDSON JOSE LOPES DAS NEVES** a quem caberá a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial.

PARAGRAFO UNICO: O uso do nome empresarial é vedado em atividades estranhas ao interesse da empresa, para assumir obrigações, seja em favor do titular ou de terceiros, bem como para onerar ou alienar bens imóveis da empresa, sem autorização do titular.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLAUSULA 8ª O administrador declara, sob as penas da lei que não está impedido de exercer a administração, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DAS DIVERGENCIAS E CASOS OMISSOS

CLAUSULA 9ª Os casos omissos no presente instrumento serão regulados pelos dispositivos legais constantes no Código Civil, aplicáveis simples, e supletivamente, a Lei das Sociedades Anônimas, ficando desde logo eleito o foro da Comarca de Santos do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou ações com fundamento no presente instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

DO IMPEDIMENTO

CLAUSULA 10ª O titular declara, sob as penas da Lei não possuir ou ter sob sua titularidade, nenhuma outra empresa nos moldes do EIRELI, em qualquer parte do território nacional.






ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL PAIVA LTDA


CNPJ 02.578.050/0001-86

E por estar certo e acordado o titular assina o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, na presença de 02 (duas) testemunhas, e será levado o registro, nos termos do artigo. 1150 da Lei 10.406/02.

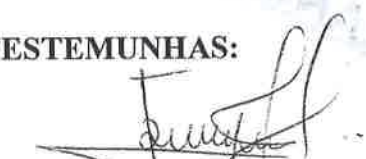


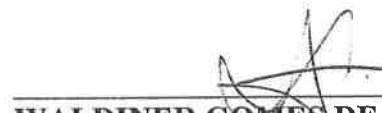
Santos, 08 de novembro de 2017.


EDSON JOSE LOPES DAS NEVES

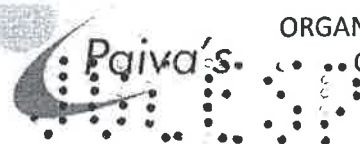

HUMBERTO LUIZ TEXEIRA
OAB / SP Nº 157.875

TESTEMUNHAS:


ELAINE DAINÉZ PAIVA
RG.25.040.073-X SSP/SP
CPF 153.187.868-71


WALDINER GOMES DE OLIVEIRA
RG. 44.779.256-8 SSP/SP
CPF 358.898.798.39





2º TABELÃO DE NOTAS DE SANTOS
Rua Azevedo Sodré, 152
Santos - SP - Fone: (13) 3289-5009
Autentico a presente cópia reprográ-
fica conforme o original a mim apresentado, do-
dou fé.

23 JUN. 2021

☐ José Henrique do Nascimento
☐ Ana Claudia Alves da Silva Ginen
☐ Thiago de Maria Ferreira
☐ Antônio Magalhães Gonçalves
☐ Renato Alves Moura



1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI

SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI

NIRE nº 35602132281 CNPJ nº 29.663.701/0001-92

Pelo presente instrumento particular **EDSON JOSE LOPES DAS NEVES**, brasileiro, maior, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 9.072.645-5 SSP/SP e inscrito no cadastro nacional de pessoas físicas CPF nº 003.355.048-41, residente e domiciliado a Rua Prof. Roberval Froes, 34 – Jardim Esplanada, CEP 12242.460, São José dos Campos/SP, titular da **SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI**, de natureza empresarial, devidamente inscrita no cadastro nacional de pessoas jurídicas CNPJ nº 29.663.701/0001-92 e registrada na JUCESP sob o NIRE nº 35602132281 em sessão realizada em 09/02/2018, com sede a **Avenida Ana Costa, 543 APTO 201, CEP 11060-003, Gonzaga – Santos – SP**, resolve, na melhor forma de direito, alterar o contrato da empresa individual de responsabilidade limitada, que se regerá conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

O titular neste ato resolve alterar o objeto da empresa para: **a representação e comércio de lâmpadas, materiais e equipamentos elétricos, montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, urbanas, rurais, portos, aeroportos, atividades de gestão e consultoria empresarial e obras e gestão de projetos de engenharia.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA CONSOLIDAÇÃO

Face à alteração o titular resolve consolidar o Contrato Social da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO SOCIAL E DURAÇÃO

CLAUSULA 1º A empresa gira sob o nome empresarial de **SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI**.

CLAUSULA 2º A empresa tem como sede e domicílio a **Avenida Ana Costa, 543 APTO 201, CEP 11060-003, Gonzaga – Santos – SP**, podendo, podendo abrir e extinguir filiais, agências, escritórios, representações, sucursais ou nomear representantes em qualquer localidade do País ou Exterior.

CLAUSULA 3º A empresa tem como objetivo: a representação e comércio de lâmpadas, materiais e equipamentos elétricos, montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, urbanas, rurais, portos, aeroportos, atividades de gestão e consultoria empresarial e obras e gestão de projetos de engenharia.



ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL PAIVA LDBA
CNPJ. 02.578.050/0001-86

TABELÃO DE NOTAS DE SANTOS
Santos - SP - Fone: (13) 3280-5009
Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme o original a mim apresentado, do que
dou fé.

Santos, 23 JUN. 2021

Autenticação
112714
80155AB0848967

CLÁUSULA 4ª O seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA 5ª O capital é de R\$100.000,00 (cem mil reais), totalmente integralizado neste ato em moeda corrente nacional.

PARAGRAFO ÚNICO: A reponsabilidade do Titular é limitada á importância total do capital integralizado.

DO EXERCICIO SOCIAL, DOS LUCROS E PREJUIZOS.

CLAUSULA 6ª O exercicio coincidirá com o ano civil. Anualmente, em 31 de dezembro, será elaborado um balanço geral para a apuração de lucros e prejuizos.

PARAGRAFO UNICO: A distribuição dos lucros apurados pela empresa poderá ser feita trimestral, semestral ou anualmente, desde que devidamente aprovada.

DA ADMINISTRAÇÃO

CLAUSULA 7ª A administração da empresa será exercida pelo sua titular **EDSON JOSE LOPES DAS NEVES** a quem caberá à representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial.

PARAGRAFO UNICO: O uso do nome empresarial é vedado em atividades estranhas ao interesse da empresa, para assumir obrigações, seja em favor do titular ou de terceiros, bem como para onerar ou alienar bens imóveis da empresa, sem autorização do titular.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLAUSULA 8ª O administrador declara, sob as penas da lei que não está impedido de exercer a administração, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DAS DIVERGENCIAS E CASOS OMISSOS

CLAUSULA 9ª Os casos omissos no presente instrumento serão regulados pelos dispositivos legais constantes no Código Civil, aplicáveis simples, e supletivamente, a Lei das Sociedades Anônimas, ficando desde logo eleito o foro da Comarca de Santos do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou ações com fundamento no presente instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL PAIVA LTDA
CNPJ. 02.578.050/0001-86

DO IMPEDIMENTO

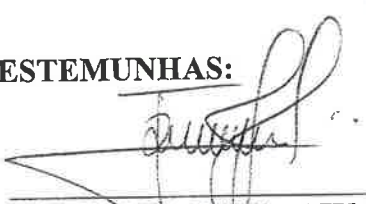
CLAUSULA 10ª O titular declara, sob as penas da Lei não possuir ou ter sob sua titularidade, nenhuma outra empresa nos moldes do EIRELI, em qualquer parte do território nacional.


E por estar certo e acordado o titular assina o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, na presença de 02 (duas) testemunhas, e será levado o registro, nos termos do artigo. 1150 da Lei 10.406/02.

Santos, 22 de fevereiro de 2018.


EDSON JOSE LOPES DAS NEVES

TESTEMUNHAS:


ELAINE DAINEZ PAIVA
RG.25.040.073-X SSP/SP
CPF 153.187.868-71


WALDINER GOMES DE OLIVEIRA
RG. 44.779.256-8 SSP/SP
CPF 358.898.798.39

2º TABELÃO DE NOTAS DE SANTOS
Rua Azevedo Sodré, 152
Santos - SP - Fone: (13) 3280-5009
Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme o original a mim apresentado, do que
dou fé.
Santos, 23 JUN. 2021

☒ Jose Henrique do Nascimento
☒ Ana Claudia Alves da S.
☒ Thiago da Mota
☒ Adilson
☒ Tereza Alves

AUTENTICAÇÃO
AU0955AB084986



01 02 19
**2ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA INDIVIDUAL DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI**

SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI
NIRE nº 35602132281 CNPJ nº 29.663.701/0001-92

Pelo presente instrumento particular **EDSON JOSE LOPES DAS NEVES**, brasileiro, maior, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 9.072.645-5 SSP/SP e inscrito no cadastro nacional de pessoas físicas CPF nº 003.355.048-41, residente e domiciliado a Rua Prof. Roberval Froes, 34 – Jardim Esplanada, CEP 12242.460, São José dos Campos/SP, titular da **SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI**, de natureza empresaria, devidamente inscrita no cadastro nacional de pessoas jurídicas CNPJ nº 29.663.701/0001-92 e registrada na JUCESP sob o NIRE nº 35602132281 em sessão realizada em 09/02/2018, com sede a **Avenida Ana Costa, 543 APTO 201, CEP 11060-003, Gonzaga – Santos – SP**, resolve, na melhor forma de direito, alterar o contrato da empresa individual de responsabilidade limitada, que se regerá conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

O titular neste ato resolve alterar o capital da empresa de R\$100.000,00 (cem mil reais), para R\$700.000,00 (setecentos mil reais) totalmente integralizado neste ato em moeda corrente nacional.

CLAUSULA SEGUNDA - DA CONSOLIDAÇÃO

Face à alteração o titular resolve consolidar o Contrato Social da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO SOCIAL E DURAÇÃO

CLAUSULA 1º A empresa gira sob o nome empresarial de **SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI**.

CLAUSULA 2º A empresa tem como sede e domicílio a **Avenida Ana Costa, 543 APTO 201, CEP 11060-003, Gonzaga – Santos – SP**, podendo, podendo abrir e extinguir filiais, agências, escritórios, representações, sucursais ou nomear representantes em qualquer localidade do País ou Exterior.

CLAUSULA 3º A empresa tem como objetivo: a representação e comércio de lâmpadas, materiais e equipamentos elétricos, montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, urbanas, rurais, portos, aeroportos, atividades de gestão e consultoria empresarial e obras e gestão de projetos de engenharia.

CLÁUSULA 4º O seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL

01 02 19

CLÁUSULA 5ª O capital é de R\$700.000,00 (setecentos mil reais), totalmente integralizado neste ato em moeda corrente nacional.

PARAGRAFO ÚNICO: A responsabilidade do Titular é limitada á importância total do capital integralizado.

DO EXERCICIO SOCIAL, DOS LUCROS E PREJUIZOS.

CLAUSULA 6ª O exercicio coincidirá com o ano civil. Anualmente, em 31 de dezembro, será elaborado um balanço geral para a apuração de lucros e prejuizos.

PARAGRAFO UNICO: A distribuição dos lucros apurados pela empresa poderá ser feita trimestral, semestral ou anualmente, desde que devidamente aprovada.

DA ADMINISTRAÇÃO

CLAUSULA 7ª A administração da empresa será exercida pelo sua titular **EDSON JOSE LOPES DAS NEVES** a quem caberá à representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial.

PARAGRAFO UNICO: O uso do nome empresarial é vedado em atividades estranhas ao interesse da empresa, para assumir obrigações, seja em favor do titular ou de terceiros, bem como para onerar ou alienar bens imóveis da empresa, sem autorização do titular.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLAUSULA 8ª O administrador declara, sob as penas da lei que não está impedido de exercer a administração, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DAS DIVERGENCIAS E CASOS OMISSOS

CLAUSULA 9ª Os casos omissos no presente instrumento serão regulados pelos dispositivos legais constantes no Código Civil, aplicáveis simples, e supletivamente, a Lei das Sociedades Anônimas, ficando desde logo eleito o foro da Comarca de Santos do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou ações com fundamento no presente instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20 TABELÃO DE NOTAS DE SANTOS
Rua Azevedo Sodré, 152
Santos - SP - Fone: (13) 3280-5009
Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme o original a mim apresentado, do
Santos, 23 JUN. 2021

☒ Jose Henrique do Nascimento - Escrivão
☒ Ana Claudia Alves da Silva G.enez - Escrivão
☒ Thiago de Maria Ferreira - Escrivão
☒ Adriano Magalhães Gonçalves - Escrivão
☒ Josepino Alves Moura - Escrivão

Rua Parauá, 73 - Vila Barros - Guarulhos - SP- CEP: 07193-050.

Tel:(11)2402-9925 / 2279-1070

E-mail: paiva@paivas.com.br

000026

DO IMPEDIMENTO

01 02 19

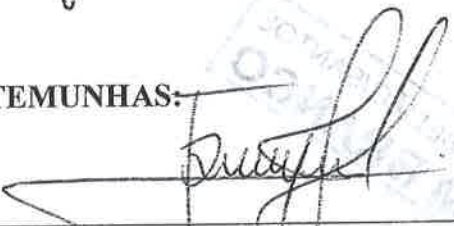
CLAUSULA 10ª O titular declara, sob as penas da Lei não possuir ou ter sob sua titularidade, nenhuma outra empresa nos moldes do EIRELI, em qualquer parte do território nacional.


E por estar certo e acordado o titular assina o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, na presença de 02 (duas) testemunhas, e será levado o registro, nos termos do artigo. 1150 da Lei 10.406/02.

Santos, 22 de janeiro de 2019.


EDSON JOSE LOPES DAS NEVES

TESTEMUNHAS:


ELAINE DAINEZ PAIVA
RG.25.040.073-X SSP/SP
CPF 153.187.868-71


WALDINER GOMES DE OLIVEIRA
RG. 44.779.256-8 SSP/SP
CPF 358.898.798.39

20 TABELÃO DE NOTAS DE SANTOS
Rua Azevedo Sodré, 152
Santos - SP - Fone: (13) 3289-6009
Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme o original a mim apresentado, do que
douto fô.
Santos, 23 JUN. 2021

☒ José Henrique do R.
☒ Ana Claudia Al.
☒ Thiago de Maria F.
☒ Adriana Magalhães
☒ Tatiene Alves Moura

2714
AU0955AB9848940

JUCESP

01 FEV 2019

SEDE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP

FLAVIA H. BRITO
SECRETARIA GERAL

68.219/19-2



JUCESP



Paraíso

ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL PAIVA LTDA
CNPJ. 02.578.050/0001-86

TABELÃO DE NOTAS DE SANTOS
Rua Azevedo Soares, 152
Santos - SP - Fone: (13) 3289-5009
Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme o original a mim apresentado,
dou fé.

Santos, 23 JUN. 2021

Autenticação
Ana Carolina Alves de Sá
Thiago de Melo Ferreira
Adriana Magalhães
Tatiane Alves Moura

**3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA INDIVIDUAL DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI**

SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI

NIRE nº 35602132281 CNPJ nº 29.663.701/0001-92

Pelo presente instrumento particular **EDSON JOSE LOPES DAS NEVES**, brasileiro, maior, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 9.072.645-5 SSP/SP e inscrito no cadastro nacional de pessoas físicas CPF nº 003.355.048-41, residente e domiciliado a Rua Prof. Roberval Froes, 34 – Jardim Esplanada, CEP 12242.460, São José dos Campos/SP, titular da **SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI**, de natureza empresaria, devidamente inscrita no cadastro nacional de pessoas jurídicas CNPJ nº 29.663.701/0001-92 e registrada na JUCESP sob o NIRE nº 35602132281 em sessão realizada em 09/02/2018, com sede a **Avenida Ana Costa, 543 APTO 201, CEP 11060-003, Gonzaga – Santos – SP**, resolve, na melhor forma de direito, alterar o contrato da empresa individual de responsabilidade limitada, que se regerá conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

O titular neste ato resolve alterar o capital da empresa de R\$700.000,00 (setecentos mil reais), para R\$1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) totalmente integralizado neste ato em moeda corrente nacional.

CLAUSULA SEGUNDA - DA CONSOLIDAÇÃO

Face à alteração o titular resolve consolidar o Contrato Social da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO SOCIAL E DURAÇÃO

CLAUSULA 1ª A empresa gira sob o nome empresarial de **SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI**.

CLAUSULA 2ª A empresa tem como sede e domicílio a **Avenida Ana Costa, 543 APTO 201, CEP 11060-003, Gonzaga – Santos – SP**, podendo, podendo abrir e extinguir filiais, agências, escritórios, representações, sucursais ou nomear representantes em qualquer localidade do País ou Exterior.

CLAUSULA 3ª A empresa tem como objetivo: a representação e comércio de lâmpadas, materiais e equipamentos elétricos, montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, urbanas, rurais, portos, aeroportos, atividades de gestão e consultoria empresarial e obras e gestão de projetos de engenharia.

CLÁUSULA 4ª O seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

Rua Paraúna, 73 – Vila Barros – Guarulhos – SP- CEP 07193-050.
Tel: (11) 2402-9925 / 2279-1070
E-mail: parauna@parauna.com.br

000028



DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA 5ª O capital é de \$1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) totalmente integralizado neste ato em moeda corrente nacional.

PARAGRAFO ÚNICO: A responsabilidade do Titular é limitada a importância total do capital integralizado.

DO EXERCÍCIO SOCIAL, DOS LUCROS E PREJUÍZOS.

CLAUSULA 6ª O exercício coincidirá com o ano civil. Anualmente, em 31 de dezembro, será elaborado um balanço geral para a apuração de lucros e prejuízos.

PARAGRAFO UNICO: A distribuição dos lucros apurados pela empresa poderá ser feita trimestral, semestral ou anualmente, desde que devidamente aprovada.

DA ADMINISTRAÇÃO

CLAUSULA 7ª A administração da empresa será exercida pelo sua titular **EDSON JOSE LOPES DAS NEVES** a quem caberá à representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial.

PARAGRAFO UNICO: O uso do nome empresarial é vedado em atividades estranhas ao interesse da empresa, para assumir obrigações, seja em favor do titular ou de terceiros, bem como para onerar ou alienar bens imóveis da empresa, sem autorização do titular.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLAUSULA 8ª O administrador declara, sob as penas da lei que não está impedido de exercer a administração, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DAS DIVERGENCIAS E CASOS OMISSOS

CLAUSULA 9ª Os casos omissos no presente instrumento serão regulados pelos dispositivos legais constantes no Código Civil, aplicáveis simples, e supletivamente, a Lei das Sociedades Anônimas, ficando desde logo eleito o foro da Comarca de Santos do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou ações com fundamento no presente instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20 TABELÃO DE NOTAS DE SANTOS
Rua Azevedo Sodré, 152
Santos - SP - Fone: (13) 3249-5009

Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme o original a mim apresentado, do
dou fe.

Santos, 23 JUN. 2021

- ☐ José Henrique do Nascimento
- ☐ Ana Claudia Alves da Silva Chimentz
- ☐ Thiago de Maria Ferreira
- ☐ Adriano Magalhães Gonçalves
- ☐ Telene Alves Moura

Tabela

112714

0955A B0848978

Escritório

Escritório

Escritório

Rua Paraúna, 73 - Vila Barros - Guarulhos - SP - CEP: 07193-050.

Tel: (11) 2402-9925 / 2279-1070

E-mail: paiva@paiva.com.br

000029

DO IMPEDIMENTO

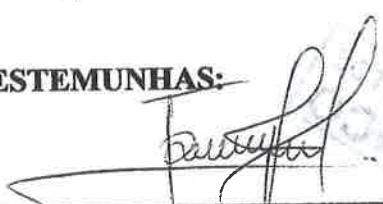
CLAUSULA 10º O titular declara, sob as penas da Lei não possuir ou ter sob sua titularidade, nenhuma outra empresa nos moldes do EIRELI, em qualquer parte do território nacional.


E por estar certo e acordado o titular assina o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, na presença de 02 (duas) testemunhas, e será levado o registro, nos termos do artigo. 1150 da Lei 10.406/02.

Santos, 30 de janeiro de 2020.


EDSON JOSE LOPES DAS NEVES

TESTEMUNHAS:


ELAINE DAINEZ PAIVA
RG.25.040.073-X SSP/SP
CPF 153.187.868-71


WALDINER GOMES DE OLIVEIRA
RG. 44.779.256-8 SSP/SP
CPF 358.898.798.39

2º TABELIÃO DE NOTAS DE SANTOS
Rua Azevedo Sodré, 152
Santos - SP - Fone: (13) 3289-5009
Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme o original a mim apresentado, do que
douto fô.
Santos, 23 JUN. 2021

☒ Jose Henrique do N
☒ Ana Claudia
☒ Thiago do N
☒ Adriana
☒ Tatiana

JUCESP
04 FEV 2020
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO - JUCESP
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETARIA GERAL

65.853/20-9



NOTAS
Tabelionato de Notas da Comarca de Santos
Estadua Pires do Carmo, Vilalba
TABELA
Reconheço este documento COM valor econômico, por semelhança a(s)
Assinatura de EDSON JOSE LOPES DAS NEVES(1227) Dou fé.. AAC347345
Santos, 29/01/2020.
Em Teste
NATHALIA TEIXEIRA VENEZELLO
Codigo Escr: 50574849504850484950485149
VALIDO SOMENTE COM O SELLO COM O SELLO DE AUTENTICIDADE



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35602132281	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 09/02/2018	INÍCIO DAS ATIVIDADES 31/01/2018	PRAZO DE DURAÇÃO PRAZO INDETERMINADO			
NOME COMERCIAL SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELETRICA EIRELI						TIPO JURÍDICO EIRELI (E.P.P.)	
C.N.P.J. 29.663.701/0001-92	ENDEREÇO AVENIDA ANA COSTA			NÚMERO 543	COMPLEMENTO APTO 201		
BAIRRO GONZAGA	MUNICÍPIO SANTOS		UF SP	CEP 11060-003	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 1.600.000,00	

OBJETO SOCIAL
REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO DE MADEIRA, MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E FERRAGENS INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO EXISTEM OUTRAS ATIVIDADES

TITULAR E ADMINISTRADOR					
NOME EDSON JOSE LOPES DAS NEVES					
ENDEREÇO RUA PROFESSOR ROBERVAL FROES			NÚMERO 34	COMPLEMENTO	
BAIRRO JARDIM ESPLANADA	MUNICÍPIO SAO JOSE DOS CAMPOS		UF SP	CEP 12242-460	RG 90726455
CPF 003.355.048-41	CARGO TITULAR E ADMINISTRADOR				QUANTIDADE COTAS

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA 04/02/2020	NÚMERO 065.853/20-9	
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 1.600.000,00 (UM MILHÃO, SEISCENTOS MIL REAIS).		
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.		

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35602132281 DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 17/05/2021

Certidão Simplificada. Documento certificado por GISELA SIMIEMA CESCHIN, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal



República Federativa do Brasil
Serviço Público Federal
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

CREA-SP
Registro Crea Nº
0600940827

Nome
EDSON JOSE LOPES DAS NEVES

Data do Registro no Crea-SP
27/03/2008

Título Profissional
ENGENHEIRO ELETRICISTA

Jose Henrique
Presidente do Conselho

Presidente do Crea-SP

Registro Nacional
2601644721
Data de Emissão
11/10/2018

CÓPIA COLORIDA

República Federativa do Brasil
Serviço Público Federal
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

Nome
EDSON JOSE LOPES DAS NEVES

Filiação
**ALMERINDA BAPTISTA LOPES NEVES
JOSE DAS NEVES**

Nascimento CPF Doc. de Identidade
02/01/1958 003.355.048-41 9.072.645-5 SSP SP

Naturalidade
Santos SP

Tipo Sang. Título de Eleitor
1064 9098 0124

Assinatura do Profissional

Nacionalidade
BRASILEIRA

PIS/PASEP

20 TABELÃO DE NOTAS DE SANTOS
Rua Azevedo Sodré, 152
Santos - SP - Fone: (13) 3289-5009
Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme o original a mim apresentado, do que
dou fé.
Santos, 23 JUN. 2021

112714
AUTENTICAÇÃO
AU0955AB0848926

000033



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

53201048969

Código da Natureza Jurídica

2062

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Nome:

RH ENGENHARIA LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



DFE1900185477

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	----------------	---------------------------

1	002		ALTERACAO
	026	1	ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF
	051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO

BRASILIA
Local

11 Novembro 2019
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1334185 em 12/11/2019 da Empresa RH ENGENHARIA LTDA, Nire 53201048969 e protocolo DFE1900185477 - 11/11/2019. Autenticação: E09A387DA10BF6132499B252325C5B4A7F7945. Maxmilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 19/183.171-9 e o código de segurança syCr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/11/2019 por Maxmilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral.

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/183.171-9	DFE1900185477	11/11/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
530.928.051-00	REGIS HONORIO

VENTVRIS VENTIS



RH ENGENHARIA LTDA 17º ALTERAÇÃO CONTRATUAL

REGIS HONÓRIO, brasileiro, casado, em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletricista, nascido em 06 de julho de 1972, natural de Pires do Rio – GO, portador da carteira de identidade nº 9.509, expedida pelo CREA-DF, em 22.04.1997 e CPF sob nº 530.928.051-00, residente e domiciliado no SMPW Quadra 05, Conjunto 06, Chácara 22, Lote 01, Brasília-DF, CEP.:72.110-800, e

SILVANA MOREIRA, brasileira, casada em comunhão parcial de bens, farmacêutica, nascida em 14 de março de 1972, natural de Muzambinho-MG, portadora de identidade nº.2.153.238, expedida pela SSP-DF, em 04.05.1999, CPF sob. nº. 928.824.806-44, residente e domiciliada no SMPW, Quadra 05, Conjunto 06, Chácara 22, Lote 01, Brasília-DF, CEP.: 72.110-800, únicos sócios da sociedade, **RH ENGENHARIA LTDA**, estabelecida na A. D. E. Conjunto 10, Lote, 01, Águas Claras, Brasília-DF, CEP.:71.986.180, inscrita no CNPJ sob nº. 04.059.159/0001-32, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Distrito Federal sob nº. 53201048969, por despacho em 21.09.2000, e sua Filial 01 estabelecida na Rua Carlos Antônio Bonazzi, Nº 82, Vila Olímpica, Poços de Caldas – MG, CEP.: 37.704-373, inscrita no CNPJ sob nº 04.059.159/0002-13, com seu Contrato Social Arquivado na Junta Comercial de Minas Gerais sob nº 3190243826-9, resolvem assim alterar e consolidar o contrato social e posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA.

Atendendo as conveniências administrativas, fica criada a filial 02 situada na Rua Ademar Vicente Ferreira, nº 02595, Quadra 3 Lote 7, Loteamento Dona Nélcia, Araguaína- TO, CEP.: 77.813-444. Parágrafo único – Fica destacado do capital social a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para a filial 02.

CLÁUSULA SEGUNDA.

Continuam inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas do contrato social, não modificadas e que não colidirem com as atuais, passando a presente alteração a fazer parte integrante do contrato primitivo.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E ALTERAÇÕES POSTERIORES

REGIS HONÓRIO, brasileiro, casado, em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletricista, nascido em 06 de julho de 1972, natural de Pires do Rio – GO, portador da carteira de identidade nº 9.509, expedida pelo CREA-DF, em 22.04.1997 e CPF sob nº 530.928.051-00,



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1334185 em 12/11/2019 da Empresa RH ENGENHARIA LTDA, Nire 53201048969 e protocolo DFE1900185477 - 11/11/2019. Autenticação: E09A387DA10BF6132499B252325C5B4A7F7945. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 19/183.171-9 e o código de segurança syCr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/11/2019 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

000036

MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 3/11

residente e domiciliado no SMPW Quadra 05, Conjunto 06, Chácara 22, Lote 01, Brasília-DF, CEP.:72.110-800; e

SILVANA MOREIRA, brasileira, casada, em comunhão parcial de bens, farmacêutica, nascida em 14 de março de 1972, natural de Muzambinho-MG, portadora de identidade nº.2.153.238, expedida pela SSP-DF, em 04.05.1999, CPF sob. nº. 928.824.806-44, residente e domiciliada no SMPW, Quadra 05, Conjunto 06, Chácara 22, Lote 01, Brasília-DF, CEP.: 72.110-800, únicos sócios da sociedade, **RH ENGENHARIA LTDA**, estabelecida na A. D. E. Conjunto 10, Lote, 01, Águas Claras, Brasília-DF, CEP.:71.986.180, inscrita no CNPJ sob nº. 04.059.159/0001-32, estabelecida na A. D. E. Conjunto 10, Lote, 01, Águas Claras, Brasília-DF, CEP.:71.986.180, inscrita no CNPJ sob nº. 04.059.159/0001-32, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Distrito Federal sob nº. 53201048969, por despacho em 21.09.2000, e a sua Filial 01 estabelecida na Rua Carlos Antônio Bonazzi, Nº 82, Vila Olímpica, Poços de Caldas – MG, CEP.: 37.704-373, inscrita no CNPJ sob nº 04.059.159/0002-13, com seu Contrato Social Arquivado na Junta Comercial de Minas Gerais sob nº 3190243826-9, e a sua Filial 02 estabelecida na Rua Ademar Vicente Ferreira, nº 02595, Quadra 3 Lote 7, Loteamento Dona Nélcia, Araguaína- TO, CEP.: 77.813-444, resolvem consolidar o contrato social, com a seguinte redação,

CLÁUSULA PRIMEIRA.

A sociedade gira nesta praça sob o nome empresarial, **RH ENGENHARIA LTDA**, com sede na A. D. E. Conjunto 10, Lote, 01, Águas Claras, Brasília-DF, CEP.:71.986.180, e a sua filial 01 na Rua Carlos Antônio Bonazzi, Nº 82, Vila Olímpica, Poços de Caldas – MG, CEP.: 37.704-373, e a sua filial 02 na Rua Ademar Vicente Ferreira, nº 02595, Quadra 3 Lote 7, Loteamento Dona Nélcia, Araguaína-TO, CEP.: 77.813-444.

CLÁUSULA SEGUNDA.

O Capital social é de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), dividido em 6.000.000 (seis milhões) de quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscrita e totalmente integralizadas em moeda corrente do país, ficando assim distribuídos entre os sócios.

- ❖ **REGIS HONÓRIO**, subscrive e integraliza 5.940.000 (cinco milhões, novecentas e quarenta mil) quotas, no valor R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando o valor de R\$ 5.940.000,00 (cinco milhões, novecentas e quarenta mil reais);
- ❖ **SILVANA MOREIRA**, subscrive e integraliza 60.000 (sessenta mil) quotas, no valor R\$1,00 cada uma totalizando o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Parágrafo primeiro – Fica destacado do capital social a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para a filial 01.

Parágrafo segundo – Fica destacado do capital social a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para a filial 02.

CLÁUSULA TERCEIRA.

A sociedade iniciou suas atividades em 10 de setembro de 2000 e o prazo de duração é indeterminado. Ao término do exercício social que será sempre em 31 de dezembro de cada ano, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA QUARTA.

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA QUINTA.

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SEXTA.

O objetivo social é de prestação de serviços de construção civil, engenharia, saneamento, pavimentação, urbanização, eletricidade, telefonia em geral, projetos arquitetônicos, terraplanagem, manutenção de parques e jardins, ajardinamento, construção e projetos de redes de alta e baixa tensão; aluguel de máquinas e equipamentos elétricos, transformadores, geradores, guinchos, guindastes, empilhadeiras, postes de iluminação, máquinas e equipamentos para construção, entre outros.

CLÁUSULA SÉTIMA.

A administração da sociedade cabe ao sócio **REGIS HONÓRIO**, com os poderes e atribuições de administrar e gerenciar, autorizado o uso do nome empresarial, podendo nomear representante legal para representar a sociedade em juízo ou fora dele, **ATIVA E PASSIVAMENTE**, bem como, praticar todo e qualquer ato de interesse da sociedade, sendo-lhe, no entanto, absolutamente vedado usá-lo em negócios alheios aos objetivos sociais, tais como, avais, fianças, abonos e endossos de favores, etc.

CLÁUSULA OITAVA.

Os sócios poderão de comum acordo e a qualquer tempo, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore, respeitadas as limitações legais vigentes.



CLÁUSULA NONA.

Os lucros ou perdas apuradas em balanço, a ser realizado após o término do exercício social, serão repartidos entre os sócios, proporcionalmente as quotas de cada aumento de capital, utilizando os lucros, e/ou compensar os prejuízos em exercícios futuros, cabendo aos sócios.

REGIS HONÓRIO	99%
SILVANA MOREIRA	1%

CLÁUSULA DÉCIMA.

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades, com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.

As deliberações sociais de qualquer natureza, inclusive para exclusão de sócios, serão tomadas pelo sócio(s) quotista(s), por votação, fazendo valer a quantidade de cotas assumidas por cada um.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.

A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir filiais e outros estabelecimentos, no país ou fora dele, por ato de sua gerência ou por deliberação dos sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA.

O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA.

Fica eleito o foro de **BRASÍLIA-DF** para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 01 (uma) via.

Brasília-DF, 31 de outubro de 2019.

REGIS HONÓRIO

SILVANA MOREIRA



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1334185 em 12/11/2019 da Empresa RH ENGENHARIA LTDA, Nire 53201048969 e protocolo DFE1900185477 - 11/11/2019. Autenticação: E09A387DA10BF6132499B252325C5B4A7F7945. Maxmilliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 19/183.171-9 e o código de segurança syCr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/11/2019 por Maxmilliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

000040

MAXMILLIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 7/11

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/183.171-9	DFE1900185477	11/11/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
530.928.051-00	REGIS HONORIO
928.824.806-44	SILVANA MOREIRA

VENTVRIS-VENTIS

Página 1 de 1



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1334185 em 12/11/2019 da Empresa RH ENGENHARIA LTDA, Nire 53201048969 e protocolo DFE1900185477 - 11/11/2019, Autenticação: E09A387DA10BF6132499B252325C5B4A7F7945. Maxmilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 19/183.171-9 e o código de segurança syCr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/11/2019 por Maxmilian Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

000041

MAXMILIAN PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 8/11



Relatório de Filiais Abertas

Informamos que, do processo 19/183.171-9 arquivado nesta Junta Comercial sob o número 1334185 em 12/11/2019 da empresa 5320104896-9 RH ENGENHARIA LTDA, consta a abertura da(s) seguinte(s) filial(ais):

NIRE	ENDEREÇO
1790038550-7	RUA ADEMAR VICENTE FERREIRA 02595 QUADRA3 LOTE 7 - BAIRRO LOTEAMENTO DONA NELCIA CEP 77813-444 - ARAGUAINATO

12/11/2019





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa RH ENGENHARIA LTDA, de nire 5320104896-9 e protocolado sob o número 19/183.171-9 em 11/11/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1334185, em 12/11/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Jefferson Dos Reis Pereira Lima.

Assina o registro, mediante certificado digital, o Secretário-Geral, Maxmiliam Patriota Carneiro. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jcdf.mdic.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
530.928.051-00	REGIS HONORIO

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
530.928.051-00	REGIS HONORIO
928.824.806-44	SILVANA MOREIRA

Brasília, Terça-feira, 12 de Novembro de 2019

Maxmiliam Patriota Carneiro: 702.261.211-00

Página 1 de 1



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
047.422.191-12	JEFFERSON DOS REIS PEREIRA LIMA
702.261.211-00	MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO

VENTVRIS VENTIS

Brasília, Terça-feira, 12 de Novembro de 2019



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1334185 em 12/11/2019 da Empresa RH ENGENHARIA LTDA, Nire 53201048969 e protocolo DFE1900185477 - 11/11/2019. Autenticação: E09A387DA10BF6132499B252325C5B4A7F7945. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 19/183.171-9 e o código de segurança syCr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/11/2019 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 11/11

000044

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADIAS
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁFICO
CARTeira NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
REGIS HONORIO

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF
 2132048 SSP GO

CPF
 530.928.051-00

DATA NASCIMENTO
 06/07/1972

FILIAÇÃO
DURVALINO HONORIO
ELVIRA ROSA DE JESUS HONORIO

PERMISSÃO **ACC** **CAT. HAB.**
 [] [] AB

Nº REGISTRO
 01879181054

VALIDADE
 19/06/2022

1ª HABILITAÇÃO
 25/02/1992

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR
BRASILIA-DISTRITO FEDERAL, DF

DATA EMISSÃO
 27/06/2017

ASSINATURA DO EMISSOR
ELVAN BARBOSA FONSECA FILHO
 Diretor - Geral de Tráfego
 DE TRAN-DF

17821800726
DF750365862

DISTRITO FEDERAL

PROIBIDO PLASTIFICAR
1499870864

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1499870864

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
 E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 08.378-9
 Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1141 - Bairro Dos Brases - João Pessoa/PB - CEP 51050-000 - Tel: 3333-0444 - Fax: 3333-0444

Autenticação Digital
 De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 42 da Lei Federal 8.932/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 emitida e impressa eletronicamente no sistema de autenticação digital, a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento original e conferida por meio eletrônico.

Cód. Autenticação: 94541709181708110398-1; Data: 17/09/2018 17:14:28

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AHM88593-M0LB;
Valor Total do Ato: R\$ 4,23

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

000045

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Eptácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa RH ENGENHARIA LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa RH ENGENHARIA LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a RH ENGENHARIA LTDA assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **22/06/2021 19:50:04 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa RH ENGENHARIA LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 94541709181708110398-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bcdba1f6b4fcb71701168e00cbbf467dac10edc0a7efadc85ebfed5bc9048476ab5030cc164baf7f0a0f31a88cfd618c840b37847dbecfa4be4cf70cfade8d1d



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



000046



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

53300006954

Código da Natureza Jurídica

2054

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Nome:

GCE S/A

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



DFE1900218209

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
007			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
	019	1	ESTATUTO SOCIAL

BRASILIA

Local

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do

Nome:

Assinatura:

Telefone de Contato:

27 Dezembro 2019

Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) Igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo Indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo Indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1344798 em 27/12/2019 da Empresa GCE S/A, Nire 53300006954 e protocolo DFE1900218209 - 27/12/2019. Autenticação: 57E0DF9A8D916C4B4D1464B9F6D794873867257. Maxmilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucls.df.gov.br> e Informe nº do protocolo 19/199.892-3 e o código de segurança WewC Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/01/2020 por Maxmilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral.

000047

MAXMILIAN PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 1/12



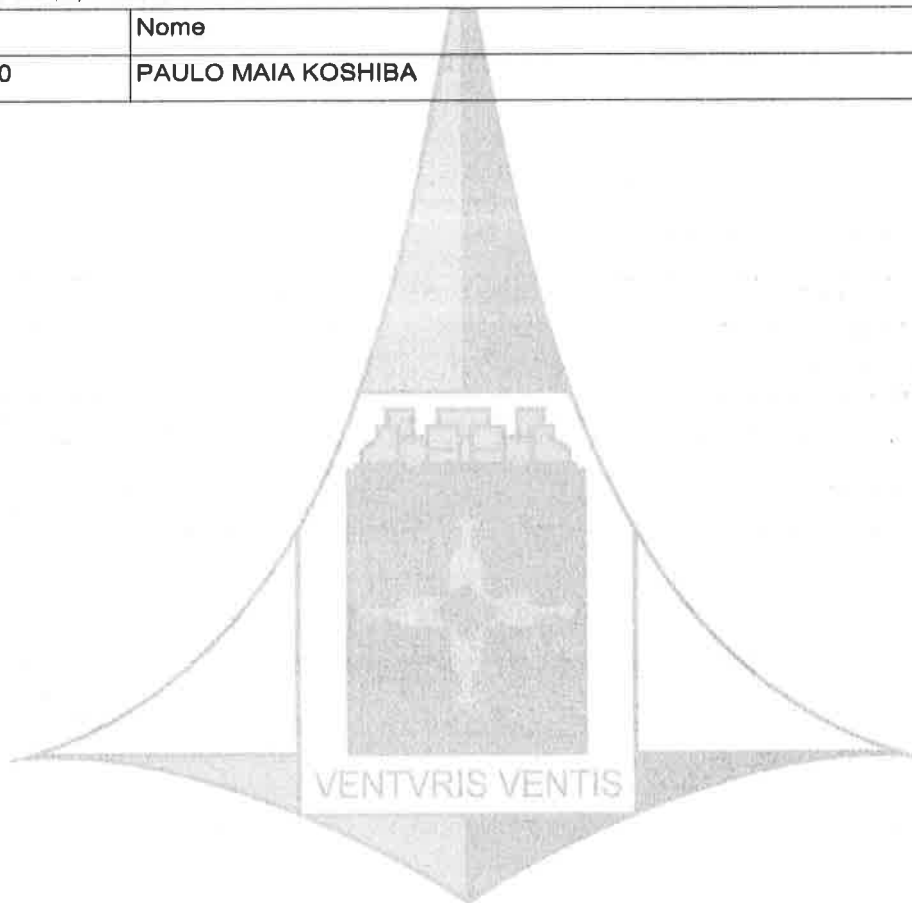
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/199.892-3	DFE1900218209	27/12/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
248.516.396-00	PAULO MAIA KOSHIBA



**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA
EM 19 DE DEZEMBRO DE 2.019**

Aos 19 (dezenove) dias do mês de dezembro do ano de 2019, às 10:00 horas, no endereço sede da empresa situada em no SCIA – Quadra 14, Conjunto 06, Lote 01 – Guará, Brasília/DF – CEP 71.250-130, reuniram-se os Diretores em exercício e a totalidade dos Acionistas que representam 100% (cem por cento) do capital social com direito a voto, conforme assinaturas lançadas no livro de "Presença dos Acionistas" com objetivo comum de realização da Assembleia Geral Extraordinária em cumprimento a legislação legal vigente, dispensada a publicação de editais de convocação, conforme disposto no parágrafo 4º. do art. 124 da Lei nº. 6.404/76. A composição da mesa foi assim definida: Sr. **Paulo Maia Koshiha** - Presidente, e Sr. **Marcos de Oliveira** - Secretário. Constituída a Mesa, o Senhor Presidente, após verificar a regularidade da instalação da Assembleia, deu início aos trabalhos, que resultou nas seguintes deliberações:

ORDEM DO DIA:

- A). Alteração do prazo de mandato dos Diretores da Sociedade para três anos, com a consequente alteração do artigo 8º;
 - B). Reelection do mandato da atual Diretoria por **três anos**; iniciando em 08 de janeiro de 2020 com termino em 07 de janeiro de 2023;
 - C). Dar posse a Diretoria estatutária reeleita;
 - D). Consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações constantes desta assembleia, se aprovadas;
1. **DELIBERAÇÕES:** Os acionistas examinaram e discutiram as matérias constantes da ordem do dia. Feitas as considerações necessárias, os acionistas tomaram as seguintes deliberações:
- A). Aprovar alteração do prazo de mandato dos Diretores da Sociedade para três anos, com a consequente alteração do artigo 8º do Estatuto Social, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação: "**ARTIGO 8º**- O Prazo de mandato dos Diretores é de **três anos**, permitida a reeleição. Os diretores serão empossados mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro de atas de reuniões da diretoria e permanecerão em seus cargos até a posse dos seus substitutos ou sucessores;

Esta folha é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da GCE S. A., realizada em 19 de dezembro de 2019, às 10:00.



G.C.E S/A
CNPJ: 05.275.229/0001-52
NIRE: 5330000695-4

B). Aprovar a Reelection do mandato da atual Diretoria por **três anos**; iniciando em 08 de janeiro de 2020 com termino em 07 de janeiro de 2023;

C). Dar posse a Diretoria estatutária reeleita; sendo a Diretoria composta pelos seguintes senhores: **Diretor Administrativo: Marcos de Oliveira**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador, residente e domiciliado em Brasília/DF, no CLSW 104, Bloco C, apto. 142 – Setor Sudoeste – CEP: 70670-533, portador da cédula de identidade M-12.20077 SSP/MG e inscrito no CPF: 323.261.146-04 e **Diretor Técnico: Paulo Maia Koshiha**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Civil, residente e domiciliado em Brasília/DF, na Quadra 103, Lote 10, Bloco B, Apartamento 612 – Aguas Claras/DF – CEP: 71909-00, portador da Cédula de Identidade nº. 10.213.266 SSP/SP, CREA MG0000047,500/D e inscrito no CPF/MF sob o nº 248.516.396-00, Os Dirigentes, ora reeleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar (em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

D). Aprovar a Consolidação do Estatuto Social da Sociedade, que passa a vigorar na forma do Anexo I a presente ata.

- 2. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA:** Por fim, os presentes autorizaram a administração da Companhia a publicar a presente ata em forma sumária, com a omissão das assinaturas das acionistas, e a tomar todas as medidas necessárias à efetivação das deliberações ora aprovadas.

Dando prosseguimento para o encerramento dos trabalhos, o Sr. Presidente solicitou que procedesse a leitura de ratificação do Estatuto Social da empresa, que vai aqui lido, transcrito e aprovado por todos

ANEXO I ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2.019

CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA SOCIEDADE

ESTATUTO SOCIAL DA G.C.E S/A

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO E DURAÇÃO.

Artigo 1º - Sob a denominação G.C.E S/A encontra-se constituída uma sociedade por ações, que se rege pelo disposto nestes Estatutos e pelas disposições legais aplicáveis.

Esta folha é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da GCE S. A., realizada em 19 de dezembro de 2019, às 10:00.



G.C.E S/A
CNPJ: 05.275.229/0001-52
NIRE: 5330000695-4

Artigo 2º - A sociedade tem sua sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal, com endereço à "SCIA – Quadra 14 – Conj. 06 - Lote 01 – Cidade do Automóvel - Guarã – Brasília – DF – Cep 71.250-130" podendo abrir, manter ou encerrar filiais em todo o território nacional ou no exterior, a critério da Diretoria.

Artigo 3º - A sociedade tem por objeto social: Gestão e administração da propriedade imobiliária; a compra, venda e locação de imóveis, a locação de veículos, locação de mão de obra, locação de máquinas e equipamentos; Engenharia em geral, abrangendo o ramo de Engenharia Elétrica, compreendendo: projetos, estudos, cálculos, execução de obras, referentes a geração, transmissão e distribuição de energia ELÉTRICA, HIDRÁULICA, TÉRMICA, NUCLEAR, EÓLICA, SOLAR; Construção, montagem, implantação, extensão, operação, Eficientização e cadastro georeferenciado de sistema de iluminação, manutenção preventiva e corretiva; de redes de distribuição, linhas de transmissão e subestações, de rede de iluminação, com todos os sistemas de controle, sensores, acionadores, luminárias, cabos e afins; Execução, Implantação e operação de Centro de Controle Operacional para gerenciamento remoto de sistema de iluminação, telegestão ou similar em vias públicas e/ou privadas; fabricação e instalação de células fotovoltaicas; Serviços correlatos, inspeções aéreas, terrestre e/ou subterrâneas em instalações do sistema elétrico de geração e transmissão de energia. Bem como o ramo de Engenharia Civil, compreendendo o planejamento, elaboração e execução de projetos de obras e serviços, incorporação, administração e empreitadas; Obras de alvenaria, construção de pontes, pavimentações, barragens, estradas, ruas, redes de água e esgoto; gerenciamento de obras, inclusive com prestação de serviços para terceiros; construção de vias ferroviárias e metroviárias; instalações elétricas; telefonia; hidro sanitária, ar condicionado; centrais e distribuição de gás liquefeito (GLP); ar comprimido; CO²; Incêndio; automação predial; rede estruturada de lógica e dados; obras de restauração; restauração de obras de arte, restauração e conservação de lugares e prédios históricos e gestão de instalações de esportes; serviços de cartografia, topografia e geodesia, serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia. Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho; desenvolvimento de projetos; sistema de impermeabilização; tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração, obras de instalações em construções, serviços de pintura de edifícios em geral; arquitetura e construção hospitalar; recuperação e proteção de estruturas de concreto; obras de contenção e drenagem; construção de poços artesianos; construção de estação de tratamento de água e esgoto; recuperação ambiental e paisagística; montagem e manutenção de equipamentos hidráulicos; construção de obras industriais; datacenters; projetos de desenvolvimento tecnológico e de informática (hardwares e softwares), a atividade de tele atendimento (call center); e serviços correlatos; prestação de serviços gerais de limpeza e coleta de lixo de qualquer natureza; limpeza pública; coleta de lixo inclusive predial; Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos (lixo); destinação final e transformação de lixo em energia renováveis; Conservação de parques e jardins; coleta manual e mecanizada; coleta destinação e tratamento de resíduos sólidos domiciliares (lixo domiciliar); coleta, destinação e tratamento de resíduos sólidos hospitalares (lixo hospitalar); coleta seletiva; implantação, operação e manutenção de aterros sanitários; implantação e operação de usina de reciclagem e compostagem; implantação e operação de usina geradora de eletricidade através de resíduos sólidos urbanos; varrição e conservação de logradouros públicos; capina manual, mecanizada e química;

Esta folha é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da GCE S. A., realizada em 19 de dezembro de 2019, às 10:00.

G.C.E S/A
CNPJ: 05.275.229/0001-52
NIRE: 5330000695-4

Parágrafo Único: A sociedade poderá manter participações em outras empresas, mesmo estranhas ao seu objeto, e praticar todos os atos que atendam seu objetivo social.

Artigo 4º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

CAPÍTULO II – DO CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º - O capital da sociedade é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), divididos em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) totalmente integralizado;

Artigo 6º - Os acionistas que pretenderem alienar suas ações, no todo ou em parte, deverão ofertar primeiramente aos demais acionistas por escrito e mediante protocolo, especificando os termos e condições de venda e o nome do interessado na aquisição dessas ações, ainda que já seja acionista da sociedade, assegurando aos demais acionistas preferência para compra em idênticas ou melhores condições. Na hipótese da inexistência de terceiro interessado ou de outro acionista que opte pela aquisição, as ações poderão ser vendidas à própria sociedade, que as manterá em tesouraria.

Parágrafo Primeiro – O direito de preferência mencionado na presente cláusula deverá ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento da comunicação escrita; não havendo manifestação de interessados poderão as ações serem alienadas a terceiros.

Parágrafo segundo – as ações da companhia são indivisíveis em relação à sociedade, admitido, entretanto a formação de condomínio de ações na forma da lei.

Parágrafo Terceiro – a admissão de novos acionistas, seja pela subscrição de novas ações, seja pela cessão a qualquer título, dependerá sempre da aprovação da Assembleia, que poderá ser convocada especialmente para este fim;

CAPÍTULO III – DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 7º - A sociedade será administrada por uma Diretoria composta por dois diretores, que receberão a denominação de Diretor Administrativo e Diretor Técnico que responderão pela administração da companhia.

Artigo 8º - O Prazo de mandato dos Diretores é de três anos, permitida a reeleição. Os diretores serão empossados mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro de atas de reuniões da diretoria e permanecerão em seus cargos até a posse dos seus substitutos ou sucessores.

Parágrafo Único: Na eleição da Diretoria serão atendidos os requisitos e respeitados os impedimentos legais.

Artigo 9º - A Assembleia Geral Ordinária fixará anualmente a remuneração dos Diretores.

Esta folha é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da GCE S. A., realizada em 19 de dezembro de 2019, às 10:00.



Artigo 10º - A Diretoria é investida de todos os poderes necessários à realização dos objetivos sociais, com amplos poderes de administração, podendo praticar todos e quaisquer atos de gestão consoante aos fins da sociedade, exceto os que, por determinação legal ou deste Estatuto, constituam atribuição da Assembleia Geral.

Artigo 11º - Dentre os poderes de gestão dos diretores ficam condicionados à aprovação expressa da Assembleia os seguintes atos:

- a) A alienação de bens imóveis, máquinas, veículos e equipamentos;
- b) A contratação de empréstimos e financiamentos de qualquer natureza e a outorga de avais ou garantias em favor de terceiros;
- c) A aquisição e alienação, a qualquer título, de participação em outras sociedades;
- d) O endosso de títulos a terceiras pessoas ou empresas, exceto instituições financeiras e bancárias;

Artigo 12º - No caso de vaga ou inadimplemento de qualquer membro da Diretoria, o substituto será indicado pela Assembleia Geral.

Artigo 13º - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por um dos Diretores e a Assembleia quando convocada por um deles ou por qualquer dos acionistas.

Artigo 14º - Considerar-se-á representada a sociedade pela assinatura isoladamente dos Diretores, ou de procurador legalmente constituído.

Artigo 15º - As movimentações bancárias, de qualquer ordem, espécie e valor, praticadas em nome da sociedade, poderão ser outorgadas com assinatura isolada de qualquer dos diretores, não se sujeitando a prazos de validade.

Artigo 16º - As procurações para negócios em geral serão sempre outorgadas em nome da sociedade por qualquer dos diretores de forma isolada, devendo especificar os poderes conferidos e o prazo de validade, que não poderá exceder a doze meses.

Parágrafo Único – As procurações para fins judiciais com poderes *ad judicia* poderão ser outorgadas com assinatura isolada de qualquer dos diretores, não se sujeitando a prazos de validade.

Artigo 17º - São expressamente vedados, sendo ineficazes em relação à sociedade, os atos de qualquer Diretor, procurador ou empregado que envolver em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao objeto social, tais como, fianças, avais ou outras garantias em favor de terceiros.

CAPÍTULO IV – DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

Artigo 18º - As Assembleias Gerais serão ordinárias e extraordinárias. As Assembleias Gerais Ordinárias realizar-se-ão nos quatro meses seguintes ao término do ano social e as extraordinárias sempre que houver necessidade;

Esta folha é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da GCE S. A., realizada em 19 de dezembro de 2019, às 10:00.



Parágrafo Único: observadas as exceções determinadas em Lei e neste Estatuto Social, as deliberações dos acionistas, reuniões em assembleia geral, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes, sendo que cada acionista terá direito a um voto por ação que for de sua propriedade, conforme legislação.

Artigo 19° - As Assembleias Gerais serão presididas por um acionista escolhido por maior número de votos dos presentes. Ao presidente da Assembleia cabe a escolha do Secretário.

CAPÍTULO V – DO CONSELHO FISCAL, DELIBERATIVO E CONSULTIVO

Artigo 20° - O Conselho Fiscal da sociedade, que será integrado por 03 (três) membros efetivos, e igual número de suplentes, funcionará em caráter não permanente, a ser composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

Artigo 21° - O Conselho deliberativo e Consultivo será formado por dois ou mais Conselheiros que terão mandato por 02 (dois) anos, permitida a recondução, cuja função será o de assessorar a Diretoria assim como o Conselho de Administração ou a Assembleia Geral sempre que solicitado, em assuntos ou negócios específicos.

- Os Conselheiros serão de livre nomeação da Assembleia Geral, a quem caberá também estabelecer a respectiva remuneração, a demissão "ad nutum" ou sua substituição.

CAPÍTULO VI – DO ANO CIVIL, BALANÇO E OS LUCROS

Artigo 22° - O ano social terá início em 1° de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 23° - Ao fim de cada exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes.

Artigo 24° - Os lucros líquidos apurados em cada exercício, após as deduções legais, terão a destinação que for determinada pela Assembleia geral, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento; **Parágrafo único:** Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: a) cotas destinadas a constituição de reserva legal; b) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; c) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.

Artigo 25° - A companhia poderá emitir debêntures e partes beneficiária em conformidade com a legislação em vigor.

Esta folha é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da GCE S. A., realizada em 19 de dezembro de 2019, às 10:00.



CAPÍTULO VII – DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 26° - A sociedade entrará em liquidação nos casos legais, competindo a assembleia geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação.

Artigo 27° - Nos casos omissos nesse Estatuto, ou duvidosos, convocará uma Assembleia Geral para dirimir as dúvidas, e/ou aplicar-se-ão as disposições legais.

Aprovado por unanimidade, sem ressalvas e nada mais havendo para ser tratado e como ninguém mais desejou fazer uso da palavra, o Presidente da mesa declarou suspenso os trabalhos pelo tempo necessário a lavratura desta ata em meio magnético e posterior anexação ao livro próprio. Reaberta a sessão, foi a mesma lida, conferida, aprovada e por todos os presentes assinada, em via única, junto com o aval jurídico e duas testemunhas, para os devidos efeitos.

Brasília, 19 de dezembro de 2019

Paulo Maia Koshiba
Presidente

Marcos de Oliveira
secretario

Esta folha é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da GCE S. A., realizada em 19 de dezembro de 2019, às 10:00.



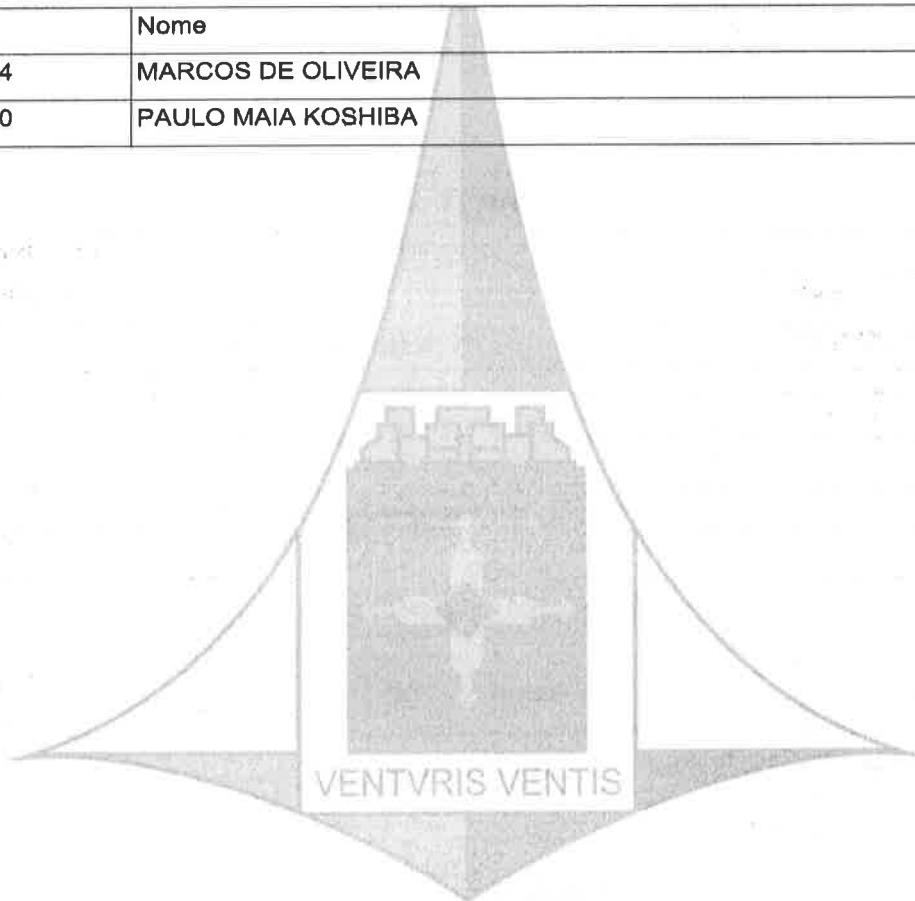
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/199.892-3	DFE1900218209	27/12/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
323.261.146-04	MARCOS DE OLIVEIRA
248.516.396-00	PAULO MAIA KOSHIBA





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa GCE S/A, de NIRE 5330000695-4 e protocolado sob o número 19/199.892-3 em 27/12/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1344798, em 27/12/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Willian Jonathan Alves De Alencar.

Assina o registro, mediante certificado digital, o Secretário-Geral, Maxmilliam Patriota Carneiro. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucls.df.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
248.516.396-00	PAULO MAIA KOSHIBA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
248.516.396-00	PAULO MAIA KOSHIBA
323.261.146-04	MARCOS DE OLIVEIRA

Brasília, Sexta-feira, 27 de Dezembro de 2019

Página 1 de 1



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1344798 em 27/12/2019 da Empresa GCE S/A, Nire 53300006954 e protocolo DFE1900218209 - 27/12/2019. Autenticação: 57E0DF9A8D916C4B4D1464B9F6D794873867257. Maxmilliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucls.df.gov.br> e informe nº do protocolo 19/199.892-3 e o código de segurança WewC Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/01/2020 por Maxmilliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral.

000057

MAXMILLIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO-GERAL

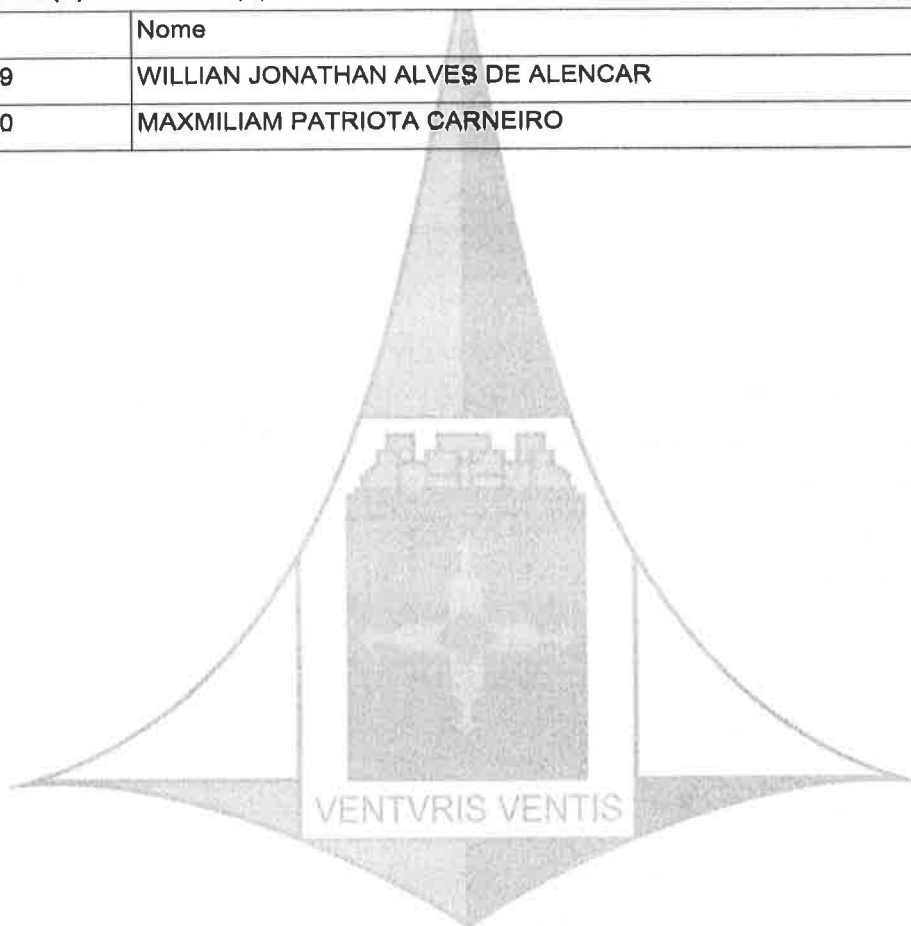
pág. 11/12

**JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
DISTRITO FEDERAL**

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
056.906.321-39	WILLIAN JONATHAN ALVES DE ALENCAR
702.261.211-00	MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO



Brasília, Sexta-feira, 27 de Dezembro de 2019



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1344798 em 27/12/2019 da Empresa GCE S/A, Nire 53300006954 e protocolo DFE1900218209 - 27/12/2019. Autenticação: 57E0DF9A8D916C4B4D1464B9F6D794873867257, Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucls.df.gov.br> e informe nº do protocolo 19/199.892-3 e o código de segurança WewC Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/01/2020 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

000058


MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 12/12

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADANIAS
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
CARTÃO NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME: PAULO MAIA KOSHIBA

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF: 10213266 SSP SP

CPF: 248.516.396-00 DATA NASCIMENTO: 20/07/1958

FILIAÇÃO: KOSHIBA TOSHIRO
YOLANDA MAIA KOSHIBA

PERMISSÃO: RCC CAT. PAR: 2

VALIDADE: 03/05/2024 1ª HABILITAÇÃO: 26/08/1994

MP REGISTRO: 00581070878

1818354946

PROIBIDO PLASTIFICAR

1818354946

ASSINATURA DO PORTADOR: *Paulo Maia Koshiba*

LOCAL: BRASILIA-DISTRITO FEDERAL, DF DATA EMISSÃO: 14/05/2019

ASSINATURA DO EMISSOR: *Enoques Alves Gouveia*

66163672099
DF758823533

DISTRITO FEDERAL

2º TABELÃO DE NOTAS E PROTESTO
BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

RAMO E ENDEREÇO COPIA: TABELÃO INTERIO - LEME SCHUCHMANN - TABELÃO SUBSTITUTO
BRUNO VILA - 10-701 - CONJ. A - 88-80 - LULA-24 - ANEXO TERRÇO - CENTRO EMPRESARIAL ADRIA CANTERINHO
FONE: (61) 3225-2753 - E-mail: tjdft@tjdft.jus.br - CEP: 70000-000 - BRASILIA-DF

AUTENTICAÇÃO

Autentico esta copia que é reprodução fiel do original
(Lei 8935/94, Art. 6, III, V)
TJDFT20210020093568IBGS
Para consultar acesse: www.tjdft.jus.br
25 de Março de 2021
ENOQUES ALVES GOUVEIA
ESCREVENTE NOTARIAL

QUALQUER EMENDA OU RASURA INVALIDARÁ O DOCUMENTO

000059



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

MG-1.220.077 DATA DE 07/10/2013

MARCOS DE OLIVEIRA

MOZART JOAQUIM DE OLIVEIRA
MARIA ABADIA CURI DE OLIVEIRA

UBERABA-MG 3/2/1956

CAS. LV-17 FL-3

CONQUISTA-MG
323261146-04

PII-2268 LETICIA ALESSI MACHADO ROGÉDO 2.VIA
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 116 DE 29/08/83


2º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO
BRÁSILIA - DISTRITO FEDERAL

RAIMUNDO SÁNCHEZ CORREIA - TABELIÃO (INTERNO) - LUIZ ROCHA MARTIN - TABELIÃO SUBSTITUTO
SHEVETRA - V.O. 01 - C/OUT. L. 18.451 - GUARÁ - ANDRÉ FERREIRO - CENTRO EMPREENDEDORAL ALDO CHAGALBRAND
FONE: (61) 3225-2700 - E-mail: aldos@tjdf.jus.br - CEP: 70090-000 - BRÁSILIA-DF

AUTENTICAÇÃO

Autentico esta cópia que é reprodução fiel do original
(Lei 8935/84, Art. 6, III, V)
TJDFT20210020093551HJP
Para consultar acesse: www.tjdft.jus.br
25 de Março de 2021
ENOQUES ALVES GOUVEIA
ESCREVENTE NOTARIAL

QUALQUER EMENDA OU RASURA INVALIDARÁ O DOCUMENTO



000060

DADOS DO SEGURADO

NOME: MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA **CPF OU CNPJ:** 18.715.409/0001-50
ENDEREÇO: AV VIII 50 - CARREIRA COMPRIDA
CEP: 33.045-090 **CIDADE:** SANTA LUZIA **UF:** MG

DADOS DO TOMADOR

NOME: FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI **CPF OU CNPJ:** 00.900.846/0001-88
ENDEREÇO: AVENIDA ANGELICA, Nº 2.223, SALA 612 - CONSOLAÇÃO
CEP: 01.227-200 **CIDADE:** SÃO PAULO **UF:** SP

DADOS DO CORRETOR

NOME: FINLÂNDIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA **CPF OU CNPJ:** 10.864.690/0001-80 **SUSEP:202029643**

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA / MODALIDADE

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA (LMG): R\$ 1.051.868,28 - Um Milhão e Cinquenta e Um Mil e Oitocentos e Sessenta e Oito Reais e Vinte e Oito Centavos
MODALIDADE: Garantia Licitante

O Limite Máximo de Garantia é o valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

OBJETO DA GARANTIA

Este seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos causados pelos Tomador ao Segurado, em razão de inadimplemento das obrigações previstas no Edital nº 46/2021 - Processo ADM nº 45/2021 que tem por objeto concessão administrativa para a execução de obras e prestação de serviços, incluindo a implantação, instalação, recuperação, modernização, efficientização, expansão, operação, manutenção e melhoramento da infraestrutura da rede municipal de iluminação pública do Município de Santa Luzia - MG. CONSÓRCIO SANTA LUZ - Composto pelas empresas: FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI - CNPJ/MF sob o nº 00.900.846/0001-88 - Líder - 35%; GCE S.A - CNPJ/MF sob o nº 05.275.229/0001-52 - 25%; RH Engenharia Ltda - CNPJ/MF sob o nº 04.059.159/0001-32 - 25%; SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI - CNPJ/MF sob o nº 29.663.701/0001-92 - 15%.

COBERTURAS CONTRATADAS

COBERTURA	IMPORTÂNCIA SEGUADA	PRÊMIO LÍQUIDO	INÍCIO DE VIGÊNCIA	FIM DE VIGÊNCIA
Garantia Licitante	R\$ 1.051.868,28	R\$ 5.475,48	25/06/2021	10/07/2022

Não se aplica franquia a nenhuma das coberturas contratadas por esta Apólice.

DADOS DO PRÊMIO DE SEGURO**CUSTO DO SEGURO**

	R\$	
Prêmio Líquido	5.475,48	
Adicional de Fracionamento	0,00	
Custo de Apólice	0,00	
IOF	0,00	
Prêmio Total	5.475,48	

FORMA DE PAGAMENTO - BOLETO

Parcela	Valor	Vencimento
1	R\$ 5.475,48	10/07/2021

Susep - Superintendência de Seguros Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normalização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros. Plano de Seguro aprovado em conformidade com a Circular Susep 477/13 e Processo Susep 15414.900138/2014-20. O Registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. O Processo deste plano e a situação cadastral do(s) Corretor(es) deste Seguro poderão ser consultados no site www.susep.gov.br, por meio dos números de registros informados nesta apólice, ou pelo telefone SUSEP de atendimento ao público 0800 021 8484 (ligação gratuita).

Belo Horizonte, 24/06/2021 16:25:00

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que instituiu a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil, em vigor consoante E.C. nº 32 de 11/09/2001 - Art.2º, Art.1º. - Fica instituída a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas


João de Lima Géo Neto
Diretor
Certificado Digital emitido pela Sereasa Certificadora Digital


Ricardo Nassif Gregório
Diretor
Certificado Digital emitido pela Sereasa Certificadora Digital

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica deve ser verificada no endereço <https://www.pottencial.com.br/consultar-apolice>. No site, informe o Nº da Apólice: 0306920219907750532112000 e o Controle Interno: 00AD53081E901019. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da SUSEP: www.susep.gov.br sob o nº de documento 030692021009900750532112000000.



As coberturas desta apólice foram contratadas em conformidade com as Condições Gerais do Seguro Garantia, de acordo com a Circular SUSEP nº 477/2013. As Condições Gerais deste produto encontram-se disponíveis no endereço: www.pottencial.com.br, ou através do QR Code.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

SEGURO GARANTIA DO LICITANTE**1. OBJETO:**

Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas no edital de licitação, dentro do prazo estabelecido.

2. DEFINIÇÕES:

Para efeito desta modalidade, aplicam-se, também, as definições constantes do art. 6º da Lei nº8.666/93.

3. VIGÊNCIA:

A vigência da apólice coincidirá com o prazo previsto no edital para a assinatura do contrato principal.

4. RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:

4.1. Reclamação: o segurado comunicará a seguradora da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas, dentro do prazo estabelecido no edital de licitação, data em que restara oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.1.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

Cópia do edital de licitação;

Cópia do termo de adjudicação;

Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos, acompanhada dos documentos comprobatórios;

4.2. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.1.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;

5. RATIFICAÇÃO:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.

CLÁUSULAS PARTICULARES

CONDIÇÃO PARTICULAR - EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

1. TOMADOR

1.1 FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI

CNPJ: 00.900.846/0001-88

2. SEGURADO

2.1 MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA

CNPJ: 18.715.409/0001-50

3. OBJETO

3.1. Garantir a indenização no caso de a PROPONENTE descumprir quaisquer de suas obrigações decorrentes da Lei ou do Edital de Concessão nº 46/2021, incluindo a retirada de sua PROPOSTA COMERCIAL durante seu período de validade, a recusa da PROPONENTE em assinar o CONTRATO caso a PROPONENTE seja declarada vencedora ou o não atendimento das exigências para a sua assinatura, nas condições e no prazo estabelecidos no referido EDITAL.

4. INSTRUMENTO:

4.1. Apólice de Seguro-Garantia emitida por seguradora devidamente constituída e autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, observando os termos dos atos normativos da SUSEP aplicáveis a seguros-garantia, sobretudo o modelo da Circular nº 477/2013 da SUSEP, Condições Especiais do Ramo 0775, Modalidade I - Seguro Garantia do Licitante.

5. VALOR DA GARANTIA:

5.1. A Apólice de Seguro-Garantia deverá prever o montante mínimo de R\$ 3.005.337,94 (três milhões cinco mil trezentos e trinta e sete reais e noventa e quatro centavos), data base de maio de 2021.

6. PRAZO

6.1. A Apólice de Seguro-Garantia deverá ter prazo mínimo de vigência de 1 (um) ano, contados da data designada para a entrega dos volumes, podendo ser renovada sucessivamente por igual período de acordo com as regras do EDITAL, até a assinatura do CONTRATO.

Início em 25/06/2021

Término em 25/06/2022

7. DISPOSIÇÕES ADICIONAIS

7.1. A Apólice de Seguro-Garantia deverá conter as seguintes disposições adicionais:

(i) Declaração da Seguradora de que conhece e aceita os termos e condições do EDITAL;

(ii) Declaração da Seguradora de que efetuará o pagamento dos montantes previstos na apólice, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega de todos os documentos relacionados pela Seguradora como necessários à caracterização e à regulação do sinistro; e

(iii) Confirmado o descumprimento pela PROPONENTE das obrigações cobertas pela Apólice de Seguro-Garantia, o Segurado terá direito de exigir da Seguradora a indenização devida,

quando resultar infrutífera a notificação feita ao Tomador.

7.2. Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Especiais e Gerais que não tenham sido alteradas pelas presentes Condições Particulares.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES

CERTIDÃO DE ADMINISTRADORES

Certificamos que a POTTENCIAL SEGURADORA S.A., com sede na cidade BELO HORIZONTE, CNPJ 11699534000174, possui os seguintes diretores:

Nome	Cargo
CARLOS FERREIRA QUICK	Diretor
DANIEL AMORIM DE OLIVEIRA	Diretor
EDMAR VIDIGAL PAIVA	Diretor
JOAO DE LIMA GEO NETO	Presidente
RICARDO NASSIF GREGORIO	Diretor

Código da Certidão: **CA03069_14062021_122031_323**
Esta certidão é válida por 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão.

Rio de Janeiro, 14 de Junho de 2021.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CERTIDÃO DE REGULARIDADE

Certificamos que POTTENCIAL SEGURADORA S.A., CNPJ 11699534000174, está autorizada a operar, conforme PORTARIA 3556, publicado(a) no D.O.U. de 25/02/2010, nos termos da legislação vigente.

Certificamos ainda que a entidade não se encontra, nesta data, sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e não está cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

Dados complementares e esta certidão atualizada podem ser obtidos em www.susep.gov.br ou por meio de petição à Autarquia.

Código da Certidão: **CR03069_14062021_122030_618**

Esta Certidão é válida por 30 dias, não prevalecendo sobre certidões geradas posteriormente.

Rio de Janeiro, 14 de Junho de 2021.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

DADOS DO SEGURADO

NOME: MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA **CPF OU CNPJ:** 18.715.409/0001-50
ENDEREÇO: AV VIII 50 - CARREIRA COMPRIDA
CEP: 33.045-090 **CIDADE:** SANTA LUZIA **UF:** MG

DADOS DO TOMADOR

NOME: SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELETRICA EIRELI **CPF OU CNPJ:** 29.663.701/0001-92
ENDEREÇO: AV ANA COSTA, 543 - APT 201 - GONZAGA
CEP: 11.060-003 **CIDADE:** SANTOS **UF:** SP

DADOS DO CORRETOR

NOME: FINLÂNDIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA **CPF OU CNPJ:** 10.864.690/0001-80 **SUSEP:202029643**

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA / MODALIDADE

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA (LMG): R\$ 450.800,69 - Quatrocentos e Cinquenta Mil e Oitocentos Reais e Sessenta e Nove Centavos
MODALIDADE: Garantia Licitante

O Limite Máximo de Garantia é o valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

OBJETO DA GARANTIA

Este seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos causados pelos Tomador ao Segurado, em razão de inadimplemento das obrigações previstas no Edital nº 46/2021 - Processo ADM nº 45/2021 que tem por objeto concessão administrativa para a execução de obras e prestação de serviços, incluindo a implantação, instalação, recuperação, modernização, eficientização, expansão, operação, manutenção e melhoramento da infraestrutura da rede municipal de iluminação pública do Município de Santa Luzia - MG. CONSÓRCIO SANTA LUZ - Composto pelas empresas: FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI - CNPJ/MF sob o nº 00.900.846/0001-88 - Líder - 35%; GCE S.A - CNPJ/MF sob o nº 05.275.229/0001-52 - 25%; RH Engenharia Ltda - CNPJ/MF sob o nº 04.059.159/0001-32 - 25%; SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI - CNPJ/MF sob o nº 29.663.701/0001-92 - 15%.

COBERTURAS CONTRATADAS

COBERTURA	IMPORTÂNCIA SEGURADA	PRÊMIO LÍQUIDO	INÍCIO DE VIGÊNCIA	FIM DE VIGÊNCIA
Garantia Licitante	R\$ 450.800,69	R\$ 3.754,61	25/06/2021	10/07/2022

Não se aplica franquia a nenhuma das coberturas contratadas por esta Apólice.

DADOS DO PRÊMIO DE SEGURO**CUSTO DO SEGURO**

	R\$	
Prêmio Líquido	3.754,61	
Adicional de Fracionamento	0,00	
Custo de Apólice	0,00	
IOF	0,00	
Prêmio Total	3.754,61	

FORMA DE PAGAMENTO - BOLETO

Parcela	Valor	Vencimento
1	R\$ 3.754,61	11/07/2021

Susep - Superintendência de Seguros Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normalização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros. Plano de Seguro aprovado em conformidade com a Circular Susep 477/13 e Processo Susep 15414.900138/2014-20. O Registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. O Processo deste plano e a situação cadastral do(s) Corretor(es) deste Seguro poderão ser consultados no site www.susep.gov.br, por meio dos números de registros informados nesta apólice, ou pelo telefone SUSEP de atendimento ao público 0800 021 8484 (ligação gratuita).

Belo Horizonte, 25/06/2021 08:23:00

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que instituiu a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil, em vigor consoante E.C. nº 32 de 11/09/2001 - Art.2º, Art.1º, - Fica instituída a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas


João de Lima Géo Neto
Diretor
Certificado Digital emitido pela Serasa Certificadora Digital


Ricardo Nassif Gregório
Diretor
Certificado Digital emitido pela Serasa Certificadora Digital

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica deve ser verificada no endereço <https://www.pottencial.com.br/consultar-apolice>. No site, informe o Nº da Apólice: 0306920219907750532294000 e o Controle Interno: 00AD54081F460817. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da SUSEP: www.susep.gov.br sob o nº de documento 030692021009900750532294000000.



As coberturas desta apólice foram contratadas em conformidade com as Condições Gerais do Seguro Garantia, de acordo com a Circular SUSEP nº 477/2013. As Condições Gerais deste produto encontram-se disponíveis no endereço: www.pottencial.com.br, ou através do QR Code.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

SEGURO GARANTIA DO LICITANTE**1. OBJETO:**

Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas no edital de licitação, dentro do prazo estabelecido.

2. DEFINIÇÕES:

Para efeito desta modalidade, aplicam-se, também, as definições constantes do art. 6º da Lei nº 8.666/93.

3. VIGÊNCIA:

A vigência da apólice coincidirá com o prazo previsto no edital para a assinatura do contrato principal.

4. RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:

4.1. Reclamação: o segurado comunicará a seguradora da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas, dentro do prazo estabelecido no edital de licitação, data em que restara oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.1.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

Cópia do edital de licitação;

Cópia do termo de adjudicação;

Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos, acompanhada dos documentos comprobatórios;

4.2. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.1.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;

5. RATIFICAÇÃO:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.

CLÁUSULAS PARTICULARES

CONDIÇÃO PARTICULAR - EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

1. TOMADOR

1.1 SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELETRICA EIRELI

CNPJ: 29.663.701/0001-92

2. SEGURADO

2.1 MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA

CNPJ: 18.715.409/0001-50

3. OBJETO

3.1. Garantir a indenização no caso de a PROPONENTE descumprir quaisquer de suas obrigações decorrentes da Lei ou do Edital de Concessão nº 46/2021, incluindo a retirada de sua PROPOSTA COMERCIAL durante seu período de validade, a recusa da PROPONENTE em assinar o CONTRATO caso a PROPONENTE seja declarada vencedora ou o não atendimento das exigências para a sua assinatura, nas condições e no prazo estabelecidos no referido EDITAL.

4. INSTRUMENTO:

4.1. Apólice de Seguro-Garantia emitida por seguradora devidamente constituída e autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, observando os termos dos atos normativos da SUSEP aplicáveis a seguros-garantia, sobretudo o modelo da Circular nº 477/2013 da SUSEP, Condições Especiais do Ramo 0775, Modalidade I - Seguro Garantia do Licitante.

5. VALOR DA GARANTIA:

5.1. A Apólice de Seguro-Garantia deverá prever o montante mínimo de R\$ 3.005.337,94 (três milhões cinco mil trezentos e trinta e sete reais e noventa e quatro centavos), data base de maio de 2021.

6. PRAZO

6.1. A Apólice de Seguro-Garantia deverá ter prazo mínimo de vigência de 1 (um) ano, contados da data designada para a entrega dos volumes, podendo ser renovada sucessivamente por igual período de acordo com as regras do EDITAL, até a assinatura do CONTRATO.

Início em 25/06/2021

Término em 25/06/2022

7. DISPOSIÇÕES ADICIONAIS

7.1. A Apólice de Seguro-Garantia deverá conter as seguintes disposições adicionais:

(i) Declaração da Seguradora de que conhece e aceita os termos e condições do EDITAL;

(ii) Declaração da Seguradora de que efetuará o pagamento dos montantes previstos na apólice, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega de todos os documentos relacionados pela Seguradora como necessários à caracterização e à regulação do sinistro; e

(iii) Confirmado o descumprimento pela PROPONENTE das obrigações cobertas pela Apólice de Seguro-Garantia, o Segurado terá direito de exigir da Seguradora a indenização devida,

quando resultar infrutífera a notificação feita ao Tomador.

7.2. Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Especiais e Gerais que não tenham sido alteradas pelas presentes Condições Particulares.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES

CERTIDÃO DE ADMINISTRADORES

Certificamos que a POTTENCIAL SEGURADORA S.A., com sede na cidade BELO HORIZONTE, CNPJ 11699534000174, possui os seguintes diretores:

Nome	Cargo
CARLOS FERREIRA QUICK	Diretor
DANIEL AMORIM DE OLIVEIRA	Diretor
EDMAR VIDIGAL PAIVA	Diretor
JOAO DE LIMA GEO NETO	Presidente
RICARDO NASSIF GREGORIO	Diretor

Código da Certidão: **CA03069_24062021_171939_157**
Esta certidão é válida por 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão.

Rio de Janeiro, 24 de Junho de 2021.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES

CERTIDÃO DE ADMINISTRADORES

Certificamos que a POTTENCIAL SEGURADORA S.A., com sede na cidade BELO HORIZONTE, CNPJ 11699534000174, possui os seguintes diretores:

Nome	Cargo
CARLOS FERREIRA QUICK	Diretor
DANIEL AMORIM DE OLIVEIRA	Diretor
EDMAR VIDIGAL PAIVA	Diretor
JOAO DE LIMA GEO NETO	Presidente
RICARDO NASSIF GREGORIO	Diretor

Código da Certidão: **CA03069_24062021_171939_157**
Esta certidão é válida por 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão.

Rio de Janeiro, 24 de Junho de 2021.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

DADOS DO SEGURADO

NOME: MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA **CPF OU CNPJ:** 18.715.409/0001-50
ENDEREÇO: AV VIII 50 - CARREIRA COMPRIDA
CEP: 33.045-090 **CIDADE:** SANTA LUZIA **UF:** MG

DADOS DO TOMADOR

NOME: G.C.E S/A **CPF OU CNPJ:** 05.275.229/0001-52
ENDEREÇO: SCIA - QUADRA 14 - CONJUNTO 06 - LOTE 01 - S/Nº - GUARÁ
CEP: 71.250-130 **CIDADE:** BRASÍLIA **UF:** DF

DADOS DO CORRETOR

NOME: CUNHA CASTRO ADMR. CORRETORA SEGUROS LTDA **CPF OU CNPJ:** 41.718.495/0001-76 **SUSEP:** 202077100

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA / MODALIDADE

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA (LMG): R\$ 751.334,49 - Setecentos e Cinquenta e Um Mil e Trezentos e Trinta e Quatro Reais e Quarenta e Nove Centavos
MODALIDADE: Garantia Licitante

O Limite Máximo de Garantia é o valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

OBJETO DA GARANTIA

Este seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos causados pelos Tomador ao Segurado, em razão de inadimplemento das obrigações previstas no Edital nº 46/2021 - Processo ADM nº 45/2021 que tem por objeto concessão administrativa para a execução de obras e prestação de serviços, incluindo a implantação, instalação, recuperação, modernização, efficientização, expansão, operação, manutenção e melhoramento da infraestrutura da rede municipal de iluminação pública do Município de Santa Luzia - MG. CONSÓRCIO SANTA LUZ - Composto pelas empresas: FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI - CNPJ/MF sob o nº 00.900.846/0001-88 - Líder - 35%; GCE S.A - CNPJ/MF sob o nº 05.275.229/0001-52 - 25%; RH Engenharia Ltda - CNPJ/MF sob o nº 04.059.159/0001-32 - 25%; SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI - CNPJ/MF sob o nº 29.663.701/0001-92 - 15%.

COBERTURAS CONTRATADAS

COBERTURA	IMPORTÂNCIA SEGURADA	PRÊMIO LÍQUIDO	INÍCIO DE VIGÊNCIA	FIM DE VIGÊNCIA
Garantia Licitante	R\$ 751.334,49	R\$ 3.911,06	25/06/2021	10/07/2022

Não se aplica franquia a nenhuma das coberturas contratadas por esta Apólice.

DADOS DO PRÊMIO DE SEGURO**CUSTO DO SEGURO**

	R\$	
Prêmio Líquido	3.911,06	
Adicional de Fracionamento	0,00	
Custo de Apólice	0,00	
IOF	0,00	
Prêmio Total	3.911,06	

FORMA DE PAGAMENTO - BOLETO

Parcela	Valor	Vencimento
1	R\$ 1.955,53	15/07/2021
2	R\$ 1.955,53	15/08/2021

Susep - Superintendência de Seguros Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normalização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros. Plano de Seguro aprovado em conformidade com a Circular Susep 477/13 e Processo Susep 15414.900138/2014-20. O Registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. O Processo deste plano e a situação cadastral do(s) Corretor(es) deste Seguro poderão ser consultados no site www.susep.gov.br, por meio dos números de registros informados nesta apólice, ou pelo telefone SUSEP de atendimento ao público 0800 021 8484 (ligação gratuita).

Belo Horizonte, 25/06/2021 10:59:00

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que instituiu a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil, em vigor consoante E.C. nº 32 de 11/09/2001 - Art.2º, Art.1º. - Fica instituída a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas


João de Lima Gêo Neto
Diretor
Certificado Digital emitido pela Serasa Certificadora Digital


Ricardo Nassif Gregório
Diretor
Certificado Digital emitido pela Serasa Certificadora Digital

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica deve ser verificada no endereço <https://www.pottencial.com.br/consultar-apolice>. No site, Informe o Nº da Apólice: 0306920219907750532452000 e o Controle Interno: 00AD54981FE40A3B. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da SUSEP: www.susep.gov.br sob o nº de documento 030692021009900750532452000000.



As coberturas desta apólice foram contratadas em conformidade com as Condições Gerais do Seguro Garantia, de acordo com a Circular SUSEP nº 477/2013. As Condições Gerais deste produto encontram-se disponíveis no endereço: www.pottencial.com.br, ou através do QR Code.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

SEGURO GARANTIA DO LICITANTE**1. OBJETO:**

Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas no edital de licitação, dentro do prazo estabelecido.

2. DEFINIÇÕES:

Para efeito desta modalidade, aplicam-se, também, as definições constantes do art. 6º da Lei nº 8.666/93.

3. VIGÊNCIA:

A vigência da apólice coincidirá com o prazo previsto no edital para a assinatura do contrato principal.

4. RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:

4.1. Reclamação: o segurado comunicará a seguradora da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas, dentro do prazo estabelecido no edital de licitação, data em que restara oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.1.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

Cópia do edital de licitação;

Cópia do termo de adjudicação;

Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos, acompanhada dos documentos comprobatórios;

4.2. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.1.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;

5. RATIFICAÇÃO:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.

CLÁUSULAS PARTICULARES

CONDIÇÃO PARTICULAR - EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

1. TOMADOR

1.1 G.C.E S/A

CNPJ: 05.275.229/0001-52

2. SEGURADO

2.1 MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA

CNPJ: 18.715.409/0001-50

3. OBJETO

3.1. Garantir a indenização no caso de a PROPONENTE descumprir quaisquer de suas obrigações decorrentes da Lei ou do Edital de Concessão nº 46/2021, incluindo a retirada de sua PROPOSTA COMERCIAL durante seu período de validade, a recusa da PROPONENTE em assinar o CONTRATO caso a PROPONENTE seja declarada vencedora ou o não atendimento das exigências para a sua assinatura, nas condições e no prazo estabelecidos no referido EDITAL.

4. INSTRUMENTO:

4.1. Apólice de Seguro-Garantia emitida por seguradora devidamente constituída e autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, observando os termos dos atos normativos da SUSEP aplicáveis a seguros-garantia, sobretudo o modelo da Circular nº 477/2013 da SUSEP, Condições Especiais do Ramo 0775, Modalidade I - Seguro Garantia do Licitante.

5. VALOR DA GARANTIA:

5.1. A Apólice de Seguro-Garantia deverá prever o montante mínimo de R\$ 3.005.337,94 (três milhões cinco mil trezentos e trinta e sete reais e noventa e quatro centavos), data base de maio de 2021.

6. PRAZO

6.1. A Apólice de Seguro-Garantia deverá ter prazo mínimo de vigência de 1 (um) ano, contados da data designada para a entrega dos volumes, podendo ser renovada sucessivamente por igual período de acordo com as regras do EDITAL, até a assinatura do CONTRATO.

Início em 25/06/2021

Término em 25/06/2022

7. DISPOSIÇÕES ADICIONAIS

7.1. A Apólice de Seguro-Garantia deverá conter as seguintes disposições adicionais:

(i) Declaração da Seguradora de que conhece e aceita os termos e condições do EDITAL;

(ii) Declaração da Seguradora de que efetuará o pagamento dos montantes previstos na apólice, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega de todos os documentos relacionados pela Seguradora como necessários à caracterização e à regulação do sinistro; e

(iii) Confirmado o descumprimento pela PROPONENTE das obrigações cobertas pela Apólice de Seguro-Garantia, o Segurado terá direito de exigir da Seguradora a indenização devida,

quando resultar infrutífera a notificação feita ao Tomador.

7.2. Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Especiais e Gerais que não tenham sido alteradas pelas presentes Condições Particulares.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES

CERTIDÃO DE ADMINISTRADORES

Certificamos que a POTTENCIAL SEGURADORA S.A., com sede na cidade BELO HORIZONTE, CNPJ 11699534000174, possui os seguintes diretores:

Nome	Cargo
CARLOS FERREIRA QUICK	Diretor
DANIEL AMORIM DE OLIVEIRA	Diretor
EDMAR VIDIGAL PAIVA	Diretor
JOAO DE LIMA GEO NETO	Presidente
RICARDO NASSIF GREGORIO	Diretor

Código da Certidão: **CA03069_24062021_171939_157**
Esta certidão é válida por 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão.

Rio de Janeiro, 24 de Junho de 2021.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CERTIDÃO DE REGULARIDADE

Certificamos que POTENCIAL SEGURADORA S.A., CNPJ 11699534000174, está autorizada a operar, conforme PORTARIA 3556, publicado(a) no D.O.U. de 25/02/2010, nos termos da legislação vigente.

Certificamos ainda que a entidade não se encontra, nesta data, sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e não está cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

Dados complementares e esta certidão atualizada podem ser obtidos em www.susep.gov.br ou por meio de petição à Autarquia.

Código da Certidão: **CR03069_24062021_171937_446**

Esta Certidão é válida por 30 dias, não prevalecendo sobre certidões geradas posteriormente.

Rio de Janeiro, 24 de Junho de 2021.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

DADOS DO SEGURADO

NOME: MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA **CPF OU CNPJ:** 18.715.409/0001-50
ENDEREÇO: AV VIII 50 - CARREIRA COMPRIDA
CEP: 33.045-090 **CIDADE:** SANTA LUZIA **UF:** MG

DADOS DO TOMADOR

NOME: RH ENGENHARIA LTDA **CPF OU CNPJ:** 04.059.159/0001-32
ENDEREÇO: A.D.E. CONJUNTO 10, LOTE 01 - ÁGUAS CLARAS
CEP: 71.986-180 **CIDADE:** BRASÍLIA **UF:** DF

DADOS DO CORRETOR

NOME: DSM-ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA. **CPF OU CNPJ:** 26.490.052/0001-87 **SUSEP:** 202079009

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA / MODALIDADE

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA (LMG): R\$ 751.334,48 - Setecentos e Cinquenta e Um Mil e Trezentos e Trinta e Quatro Reais e Quarenta e Oito Centavos

MODALIDADE: Garantia Licitante

O Limite Máximo de Garantia é o valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

OBJETO DA GARANTIA

Este seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos causados pelos Tomador ao Segurado, em razão de inadimplemento das obrigações previstas no Edital nº 46/2021 - Processo ADM nº 45/2021 que tem por objeto concessão administrativa para a execução de obras e prestação de serviços, incluindo a implantação, instalação, recuperação, modernização, eficiência, expansão, operação, manutenção e melhoramento da infraestrutura da rede municipal de iluminação pública do Município de Santa Luzia - MG. CONSÓRCIO SANTA LUZ - Composto pelas empresas: FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI - CNPJ/MF sob o nº 00.900.846/0001-88 - Líder - 35%; GCE S.A - CNPJ/MF sob o nº 05.275.229/0001-52 - 25%; RH Engenharia Ltda - CNPJ/MF sob o nº 04.059.159/0001-32 - 25%; SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI - CNPJ/MF sob o nº 29.663.701/0001-92 - 15%.

COBERTURAS CONTRATADAS

COBERTURA	IMPORTÂNCIA SEGURADA	PRÊMIO LÍQUIDO	INÍCIO DE VIGÊNCIA	FIM DE VIGÊNCIA
Garantia Licitante	R\$ 751.334,48	R\$ 6.023,03	25/06/2021	10/07/2022

Não se aplica franquia a nenhuma das coberturas contratadas por esta Apólice.

DADOS DO PRÊMIO DE SEGURO**CUSTO DO SEGURO**

	R\$	
Prêmio Líquido	6.023,03	
Adicional de Fracionamento	0,00	
Custo de Apólice	0,00	
IDF	0,00	
Prêmio Total	6.023,03	

FORMA DE PAGAMENTO - BOLETO

Parcela	Valor	Vencimento
1	R\$ 6.023,03	15/07/2021

Susep - Superintendência de Seguros Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normalização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros. Plano de Seguro aprovado em conformidade com a Circular Susep 477/13 e Processo Susep 15414.900138/2014-20. O Registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. O Processo deste plano e a situação cadastral do(s) Corretor(es) deste Seguro poderão ser consultados no site www.susep.gov.br, por meio dos números de registros informados nesta apólice, ou pelo telefone SUSEP de atendimento ao público 0800 021 8484 (ligação gratuita).

Belo Horizonte, 25/06/2021 17:44:00

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que instituiu a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil, em vigor consoante E.C. nº 32 de 11/09/2001 - Art.2º. Art.1º. - Fica instituída a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas


João de Lima Géo Neto
Diretor

Certificado Digital emitido pela Serasa Certificadora Digital


Ricardo Nassif Gregório
Diretor

Certificado Digital emitido pela Serasa Certificadora Digital

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica deve ser verificada no endereço <https://www.pottencial.com.br/consultar-apolice>. No site, informe o Nº da Apólice: 0306920219907750532777000 e o Controle Interno: 00A054082129112C. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da SUSEP: www.susep.gov.br sob o nº de documento 030692021008900750532777000000.



As coberturas desta apólice foram contratadas em conformidade com as Condições Gerais do Seguro Garantia, de acordo com a Circular SUSEP nº 477/2013. As Condições Gerais deste produto encontram-se disponíveis no endereço: www.pottencial.com.br, ou através do QR Code.

SEGURO GARANTIA DO LICITANTE**1. OBJETO:**

Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas no edital de licitação, dentro do prazo estabelecido.

2. DEFINIÇÕES:

Para efeito desta modalidade, aplicam-se, também, as definições constantes do art. 6º da Lei nº8.666/93.

3. VIGÊNCIA:

A vigência da apólice coincidirá com o prazo previsto no edital para a assinatura do contrato principal.

4. RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:

4.1. Reclamação: o segurado comunicará a seguradora da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas, dentro do prazo estabelecido no edital de licitação, data em que restara oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.1.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

Cópia do edital de licitação;

Cópia do termo de adjudicação;

Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos, acompanhada dos documentos comprobatórios;

4.2. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.1.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;

5. RATIFICAÇÃO:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.

CLÁUSULAS PARTICULARES

CONDIÇÃO PARTICULAR - EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

1. TOMADOR**1.1 RH ENGENHARIA LTDA**

CNPJ: 04.059.159/0001-32

2. SEGURADO**2.1 MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA**

CNPJ: 18.715.409/0001-50

3. OBJETO

3.1. Garantir a indenização no caso de a PROPONENTE descumprir quaisquer de suas obrigações decorrentes da Lei ou do Edital de Concessão nº 46/2021, incluindo a retirada de sua PROPOSTA COMERCIAL durante seu período de validade, a recusa da PROPONENTE em assinar o CONTRATO caso a PROPONENTE seja declarada vencedora ou o não atendimento das exigências para a sua assinatura, nas condições e no prazo estabelecidos no referido EDITAL.

4. INSTRUMENTO:

4.1. Apólice de Seguro-Garantia emitida por seguradora devidamente constituída e autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, observando os termos dos atos normativos da SUSEP aplicáveis a seguros-garantia, sobretudo o modelo da Circular nº 477/2013 da SUSEP, Condições Especiais do Ramo 0775, Modalidade I - Seguro Garantia do Licitante.

5. VALOR DA GARANTIA:

5.1. A Apólice de Seguro-Garantia deverá prever o montante mínimo de R\$ 3.005.337,94 (três milhões cinco mil trezentos e trinta e sete reais e noventa e quatro centavos), data base de maio de 2021.

6. PRAZO

6.1. A Apólice de Seguro-Garantia deverá ter prazo mínimo de vigência de 1 (um) ano, contados da data designada para a entrega dos volumes, podendo ser renovada sucessivamente por igual período de acordo com as regras do EDITAL, até a assinatura do CONTRATO.

Início em 25/06/2021

Término em 25/06/2022

7. DISPOSIÇÕES ADICIONAIS

7.1. A Apólice de Seguro-Garantia deverá conter as seguintes disposições adicionais:

- (i) Declaração da Seguradora de que conhece e aceita os termos e condições do EDITAL;
- (ii) Declaração da Seguradora de que efetuará o pagamento dos montantes previstos na apólice, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega de todos os documentos relacionados pela Seguradora como necessários à caracterização e à regulação do sinistro; e
- (iii) Confirmado o descumprimento pela PROPONENTE das obrigações cobertas pela Apólice de Seguro-Garantia, o Segurado terá direito de exigir da Seguradora a indenização devida,

quando resultar infrutífera a notificação feita ao Tomador.

7.2. Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Especiais e Gerais que não tenham sido alteradas pelas presentes Condições Particulares.







MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES

CERTIDÃO DE ADMINISTRADORES

Certificamos que a POTTENCIAL SEGURADORA S.A., com sede na cidade BELO HORIZONTE, CNPJ 11699534000174, possui os seguintes diretores:

Nome	Cargo
CARLOS FERREIRA QUICK	Diretor
DANIEL AMORIM DE OLIVEIRA	Diretor
EDMAR VIDIGAL PAIVA	Diretor
JOAO DE LIMA GEO NETO	Presidente
RICARDO NASSIF GREGORIO	Diretor

Código da Certidão: **CA03069_24062021_171939_157**
Esta certidão é válida por 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão.

Rio de Janeiro, 24 de Junho de 2021.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

000084

PROCURAÇÃO



Pelo presente instrumento particular, a empresa:

OUTORGANTE: RH Engenharia Ltda pessoa de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.059.159/0001-32, com sede ADE Conj. 10 lote 01 – Águas Claras – DF, CEP: 71.986-180, no município de Brasília, Distrito Federal, e com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Distrito Federal sob nº 53201048969, em 12/11/2019, neste ato representado por seu Diretor, Sr. Regis Honório, brasileiro, engenheiro, CREA 9509/D portador da Cédula de Identidade RG nº 2132048 SSP/GO, inscrito no CPF/MF sob o nº . 530.928.051-00, residente e domiciliado em SMPW Qd. 05 Conj. 06 CH 22 lote 1 – Brasília - DF, doravante designada simplesmente **RH**

OUTORGADO: FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI, estabelecida na Avenida Angélica, 2223, sala 612 – Bairro Consolação, Cidade de São Paulo; Estado de São Paulo, CEP: 01227-200, inscrita no CNPJ sob o nº 00.900.846/0001-88, neste ato, representada por seu sócio Diretor Srº Caio Marco de Stefano, brasileiro, estado civil Casado; empresário, portador do RG nº. 21.516.821-5 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº. 246595.058-47, domiciliado na Av. Washington Luiz, 562, apto. 12 bairro Gonzaga na cidade de Santos/SP., CEP 11055-000

PODERES: Representar a Outorgante, especialmente como empresa líder do **CONSÓRCIO SANTA LUZ**, em juízo e fora dele, em cumprimento ao disposto do **Edital de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 46/2021**, cujo objeto é Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade de Concessão Administrativa, para os serviços de prestação dos SERVIÇOS de ILUMINAÇÃO PÚBLICA no Município de Santa Luzia/MG, a quem fica concedido através de seu representante legal, os poderes expressos irretratáveis e irrevogáveis para concordar com condições, transigir, compromissar-se, assinar quaisquer papéis, documentos, e instrumentos de contratação relacionados a esta licitação e à execução do objeto do contrato, interposição e desistência de recurso, receber qualquer notificação, intimação ou citação referente ao processo licitatório, assinar proposta comercial, outorgar poderes e/ou credenciar representantes para em nome do **CONSÓRCIO** supra, dando lhes poderes para firmar e apresentar propostas, atas e documentos, inclusive interpor ou desistir de interpor recursos, enfim praticar todos os atos em ação ao certame.

PRAZO: A presente procuração terá validade até o término do procedimento licitatório a que se refere.

São Paulo, 22 de junho de 2021

2º Tabelião de Notas de Santos
Rua Paredão Sodré, 152 - Gonzaga - CEP: 11.055-051 - Santos/SP - Tel/Fax: (13) 3399-5009

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de: REGIS HONÓRIO. Dou fe.
SANTOS - SP. 24/06/2021. Em test. da verdade.

THIAGO DE MARIA FERREIRA - ESCRIVENTE
Seq: 5052485450485049495149535151 - Data: 24/06/2021 - Total: R\$ 100,00

** VALIDO SOMENTE COM A SUISSA DE AUTENTICIDADE **

VALIDO SOMENTE COM A SUISSA DE AUTENTICIDADE

112714
FIRMA
VALOR ECONÔMICO 1
C10955AA0285326

RH ENGENHARIA LTDA
REGIS HONÓRIO-Diretor

2º TABELIÃO DE NOTAS
SANTOS-SP

000085

RH ENGENHARIA LTDA

A.D.E. Conj. 10 Lote 01 – CEP: 71.986.180 - Águas Claras - DF
Fone: (61) 3399-7488 / E-mail: rhengenharia@rhengenharia.com.br
CNPJ: 04.059.159/0001-32 - CF/DF: 07.415.158/001-81



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular, a empresa:

OUTORGANTE: SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 29.663.701/0001-92, com sede na Avenida Ana Costa, 543, cj 201, no município de Santos, estado de São Paulo, representada pelo Sr. Edson Jose Lopes das Neves, brasileiro maior, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG n. 072 645 SSP/SP inscrito no cadastro nacional de pessoas físicas CPF n. 003.355 048-41, residente e domiciliado Rua Prof. Roberval Froes, 34, bairro Jardim Esplanada, CEP 12242.460, São José dos Campos, estado de São Paulo.

OUTORGADO: FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI, estabelecida na Avenida Angélica, 2223, sala 612 – Bairro Consolação, Cidade de São Paulo; Estado de São Paulo, CEP: 01227-200, inscrita no CNPJ sob o nº 00.900.846/0001-88, neste ato, representada por seu sócio Diretor Srº Caio Marco de Stefano, brasileiro, estado civil Casado; empresário, portador do RG nº. 21.516.821-5 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº. 246.595.058-47, domiciliado na Av. Washington Luiz, 562, apto. 12 bairro Gonzaga na cidade de Santos/SP., CEP 11055-000.

PODERES: Representar a Outorgante, especialmente como empresa líder do **CONSÓRCIO SANTA LUZ**, em juízo e fora dele, em cumprimento ao disposto do **Edital de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 46/2021**, cujo objeto é Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade de Concessão Administrativa, para os serviços de prestação dos **SERVIÇOS de ILUMINAÇÃO PÚBLICA** no Município de Santa Luzia/MG, a quem fica concedido através de seu representante legal, os poderes expressos irretratáveis e irrevogáveis para concordar com condições, transigir, compromissar-se, assinar quaisquer papéis, documentos, e instrumentos de contratação relacionados a esta licitação e à execução do objeto do contrato, interposição e desistência de recurso, receber qualquer notificação, intimação ou citação referente ao processo licitatório, assinar proposta comercial, outorgar poderes e/ou credenciar representantes para em nome do **CONSÓRCIO** supra, dando lhes poderes para firmar e apresentar propostas, atas e documentos, inclusive interpor ou desistir de interpor recursos, enfim praticar todos os atos em ação ao certame.

PRAZO: A presente procuração terá validade até o término do procedimento licitatório a que se refere.

São Paulo, 22 de junho de 2021



SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI
EDSON JOSÉ LOPES DAS NEVES- Diretor

Avenida Dona Ana Costa, 543,21 –Gonzaga - Santos – São Paulo – Brasil
CNPJ: 29.663.701/0001-92
IEE: 633.791.581.110

000086





PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de mandato, **GCE S.A.**, inscrita no CNPJ nº 05.275.229/0001-52, sediada na SCIA Quadra 14 Conj.06 Lote 01, Guara, Brasília/DF, neste ato representada por seu Diretor Técnico, **Paulo Maia Koshiba**, possuidor da Cédula de Identidade RG nº 10211266 SSP/SP e do CPF nº 248.516.396-00, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília Distrito Federal, doravante denominada "Outorgante", nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI.**, com sede na Av. Angélica, nº 2223, sala 612, 6º andar, Consolação, na cidade de São Paulo, Estado São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.900.846/0001-88, e com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35.213.421.371, em 03/08/2009, neste ato representado pelo seu Diretor **Sr. Caio Marco de Stefano**, brasileiro, casado, arquiteto e urbanista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.516.821-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 246.595.058-47, residente e domiciliado a Av. Washington Luis, 562, apto 12, bairro do Gonzaga, Santos, CEP. 11055.000, em Santos, Estado de São Paulo, doravante designada simplesmente **FORTNORT.**, para, em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, praticar os seguintes atos na República Federativa do Brasil, em Juízo e fora dele:

(a) representar a Outorgante perante quaisquer entidades, órgãos ou departamentos governamentais, sociedades abertas ou fechadas e quaisquer agências governamentais, incluindo a Secretaria Municipal, Município de Santa Luzia/Minas Gerais, para estabelecer e manter entendimentos com referidas entidades públicas, agências, órgãos ou departamentos, para receber citação e notificação de qualquer natureza, para requerer e/ou promover consultas, para requerer certificados e outros documentos e para praticar os atos necessários durante a realização do certame licitatório descrito no Edital de Concorrência Pública nº 46/2021, inclusive para interpor recursos e renunciar ao direito de interpor recursos; e, em especial:



- a. Assumir compromissos e/ou obrigações em nome da Outorgante e de qualquer forma contratar, fazer acordos, dar e receber quitação em nome da Outorgante;
- b. Representar a Outorgante na defesa de seus interesses em Juízo, em qualquer instância e perante qualquer Juízo ou Tribunal, inclusive mediante a contratação de advogados, com poderes especiais para confessar, transigir, desistir, fazer acordos, dar e receber quitação; e
- c. A seu critério, substabelecer, no todo ou em parte, com reserva de poderes, qualquer dos poderes aqui conferidos, nas condições que julgar ou que julgarem apropriadas.

Esta procuração tem prazo de 01 (um) ano, contado da data de apresentação das PROPOSTAS.

Brasília/DF, 22 de junho de 2021.

GCE S/A
Paulo Maia Koshiba
Diretor Técnico
CREA-MG nº 47500/D



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de mandato, a empresa **GCE S.A.**, inscrita no CNPJ nº 05.275.229/0001-52, sediada na SCIA Quadra 14 Conj.06 Lote 01, Guara, Brasília/DF, neste ato representada por seu Diretor Técnico, Sr. **Paulo Maia Koshiba**, possuidor da Cédula de Identidade RG nº 10211266 SSP/SP e do CPF nº 248.516.396-00, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília/DF, doravante denominada "Outorgante", nomeia e constitui seu procurador, o Sr. **MAGNO GENNARI MARIANO**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº M-6155814 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 862.665.866-49, residente e domiciliado em Brasília/DF., para praticar os seguintes atos na República Federativa do Brasil, em Juízo e fora dele:

(a) representar a Outorgante perante quaisquer entidades, órgãos ou departamentos governamentais, sociedades abertas ou fechadas e quaisquer agências governamentais, incluindo a Secretaria Municipal, Município de Santa Luzia/Minas Gerais, para estabelecer e manter entendimentos com referidas entidades públicas, agências, órgãos ou departamentos, para receber citação e notificação de qualquer natureza, para requerer e/ou promover consultas, para requerer certificados e outros documentos e para praticar os atos necessários durante a realização do certame licitatório descrito no Edital de Concorrência Pública nº 46/2021, inclusive para interpor recursos e renunciar ao direito de interpor recursos; e, em especial:

a. Assumir compromissos e/ou obrigações em nome da Outorgante e de qualquer forma contratar, fazer acordos, dar e receber quitação em nome da Outorgante;

b. Representar a Outorgante na defesa de seus interesses em Juízo, em qualquer instância e perante qualquer Juízo ou Tribunal, inclusive mediante a contratação de advogados, com poderes especiais para confessar, transigir, desistir, fazer acordos, dar e receber quitação; e

c. A seu critério, substabelecer, no todo ou em parte, com reserva de poderes, qualquer dos poderes aqui conferidos, nas condições que julgar ou que julgarem apropriadas.

Esta procuração tem prazo de 01 (um) ano, contado da data de apresentação das PROPOSTAS.

Brasília/DF, 22 de junho de 2021.

GCE S/A
Paulo Maia Koshiba
Diretor Técnico
CREA-MG nº 47500/D

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de mandato, O consórcio **SANTA LUZ** formado pelas empresas, **FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI**, **Empresa LIDER**, CNPJ N° 00.900.846/0001-88, **SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI**, CNPJ N° 29.663.701/0001-92, **GCE S.A.**, CNPJ N° 05.275.229/0001-52 e **RH Engenharia Ltda**, CNPJ N° 04.059.159/0001-32, doravante denominada "Outorgante", nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os Srs. **Fabricio Moreira Melo Ribeiro**, solteiro, engenheiro eletricista, residente e domiciliado na ADE CJ 17 LT 07 Aguas Claras-DF CEP :71988-540, portador do CPF n° 115.657.616-42 e da carteira de identidade n° 17.156.225-SS/MG e **Edson Jose Lopes das Neves**, casado, engenheiro eletricista, residente e domiciliado a Avenida Bartolomeu de Gusmão, 83 Apto 31 Bairro Aparecida-Santos SP, CEP: 11045-401, portador do CPF n° 003.355.048-41 e da carteira de identidade n° 9.072.645-5 SSP/SP, para, em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, praticar os seguintes atos na República Federativa do Brasil, em Juízo e fora dele:

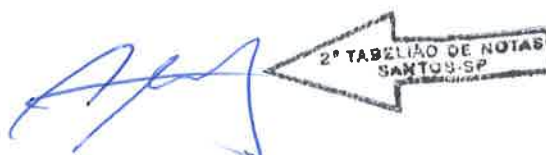
(a) representar a Outorgante perante quaisquer entidades, órgãos ou departamentos governamentais, sociedades abertas ou fechadas e quaisquer agências governamentais, incluindo a Secretaria Municipal de Santa Luzia, Minas Gerais, para estabelecer e manter entendimentos com referidas entidades públicas, agências, órgãos ou departamentos, para receber citação e notificação de qualquer natureza, para requerer e/ou promover consultas, para requerer certificados e outros documentos e para praticar os atos necessários durante a realização do certame licitatório descrito no Edital de Concorrência nº 046/2021, inclusive para interpor recursos e renunciar ao direito de interpor recursos; e, em especial:

a. Assumir compromissos e/ou obrigações em nome da Outorgante e de qualquer forma contratar, fazer acordos, dar e receber quitação em nome da Outorgante;

b. Representar a Outorgante na defesa de seus interesses em Juízo, em qualquer instância e perante qualquer Juízo ou Tribunal, inclusive mediante a contratação de advogados, com poderes especiais para confessar, transigir, desistir, fazer acordos, dar e receber quitação; e

c. A seu critério, substabelecer, no todo ou em parte, com reserva de poderes, qualquer dos poderes aqui conferidos, nas condições que julgar ou que julgarem apropriadas.

Esta procuração tem prazo de 01 (um ano), contado da data de apresentação das PROPOSTAS.



FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI.
CAIO MARCO DE STEFANO – SÓCIO-DIRETOR
RG nº 21.516.821-5 SSP/SP - CPF nº 246.595.058-47

000091

ANEXO 01

CONTRATO DE INTERMEDIÇÃO PROPONENTE E PARTICIPANTE CREDENCIADA

São Paulo, 22 de junho de 2021.

À B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA MG

CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA – MG.

Na melhor forma de direito, as partes:

Planner Corretora de Valores S.A., sociedade corretora com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF 00.806.535/0001-54, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada PARTICIPANTE CREDENCIADA; e

1. **FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI.**, com sede na Av. Angélica, nº 2223, sala 612, 6º andar, Consolação, na cidade de São Paulo, Estado São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.900.846/0001-88, neste ato representado pelo seu Diretor Sr. **Caio Marco de Stefano**, brasileiro, casado, arquiteto e urbanista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.516.821-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 246.595.058-47.
2. **GCE S.A.**, com sede SCIA Quadra 14 Conj.06 Lote 01, Guara, Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.275.229/0001-52, neste ato representado por seu Diretor Técnico, Sr. **Paulo Maia Koshiba**, brasileiro, engenheiro, CREA 47500/D portador da Cédula de Identidade RG nº 10211266 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 248.516.396-00.
3. **RH ENGENHARIA LTDA**, com sede na ADE CONJ. 10 LOTE 01, ÁGUAS CLARAS – DF, inscrita no CNPJ sob nº 04.059.159/0001-32, neste ato representada na forma de seus estatutos sociais por **REGIS HONÓRIO**, brasileiro, casado, empresário, CREA-DF nº 9509/D, e do CPF 530.928.051-00.
4. **SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELETRICA EIRELI**, com sede na Av. Ana Costa, nº 543, Apto 201, CEP: 11.060-003, Gonzaga, Santos, no Estado São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.663.701/0001-92, neste ato representada na forma de seus estatutos sociais por, **EDSON JOSÉ LOPES DAS NEVES**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 9.072.645-5 SSP/SP e do CPF 003.355.048-41. Neste ato representadas na forma de seus Estatutos

Sociais, doravante denominadas PROPONENTES;

nos termos do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA 46/2021 e seus anexos nos termos do EDITAL, dos ANEXOS e do MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3 da LICITAÇÃO em referência;

RESOLVEM celebrar o presente contrato para intermediação por PARTICIPANTE CREDENCIADA na participação das PROPONENTES na LICITAÇÃO, nos atos praticados sob assessoria da B3 ao PODER

CONCEDENTE.

1. As PROPONENTES e PARTICIPANTE CREDENCIADA declaram conhecer, acatar e adimplir, sem ressalvas, todos os termos, normas, obrigações, condições, formas e prazos dos documentos relativos à LICITAÇÃO, os quais, para todos os fins, são parte integrante deste Contrato, e, portanto, permitem a adoção dos mesmos significados das expressões:
 - EDITAL, ANEXOS e MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3;
 - Cronograma;
 - Documentos e alterações expedidas pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO;
 - Toda e qualquer documentação que vier a ocorrer comunicada, divulgada ou publicada no âmbito da LICITAÇÃO; e
 - Subsidiariamente, as normas e procedimentos da B3 relativas a Leilões em geral.
2. Se comprometem a entregar, aS PROPONENTES à PARTICIPANTE CREDENCIADA, e a PARTICIPANTE CREDENCIADA à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, na ou à B3, conforme documentos e Cronograma da LICITAÇÃO:
 - GARANTIA DA PROPOSTA;
 - VOLUMES 1, 2 e 3; e
 - Remuneração da B3, se assim acordado entre as partes.
3. A PARTICIPANTE CREDENCIADA indica, neste ato, os seguintes operadores para atuarem na SESSÃO PÚBLICA da LICITAÇÃO:
 - Operador principal: Claudio Henrique Sangar, inscrito no CPF 030.084.068-31; e
 - Operador contingência: Leonel Nordi da Silva, inscrito no CPF 050.562.258-28.

- 3.1. A credencial do operador da PARTICIPANTE CREDENCIADA deverá ser retirada, 30 (trinta) minutos antes do início da SESSÃO PÚBLICA da LICITAÇÃO, junto ao DIRETOR DA SESSÃO. Ao término da SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO, a credencial deve ser devolvida no mesmo local em que foi retirada.
4. A PARTICIPANTE CREDENCIADA fica, desde já, obrigada como responsável e principal pagadora da remuneração da B3, nos termos do EDITAL e MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.
5. A taxa de corretagem devida pela PROPONENTE à PARTICIPANTE CREDENCIADA, para a realização da intermediação, objeto deste Contrato, é livremente pactuada entre as partes em (i) uma taxa de corretagem fixa no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a ser paga em 02 (dois) dias após a data de aceitação da presente proposta, e (ii) parcela adicional de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) caso as PROPONENTES sejam declaradas vencedoras, com pagamento da taxa de corretagem na assinatura do presente contrato e parcela adicional até o 5º dia após a realização do LEILÃO.
6. A PARTICIPANTE CREDENCIADA não se responsabiliza pela não inclusão da PROPONENTE na lista de aptos e/ou habilitados para a LICITAÇÃO, a ser comunicada diretamente pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.
7. AS PROPONENTES reconhecem e autorizam o bloqueio compulsório e/ou a execução, pelo PODER CONCEDENTE, COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e/ou B3, de ativos aceitos como GARANTIA DA PROPOSTA, de acordo com o EDITAL e no MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.
8. A execução de GARANTIA DA PROPOSTA será feita mediante alienação, prática, ato, forma, modo, inclusive extrajudicial, que for mais eficaz para obtenção dos recursos necessários ao bom adimplemento das obrigações contraídas pela PROPONENTE em virtude de sua participação na LICITAÇÃO.
9. A PROPONENTE, por este instrumento, outorga em caráter irrevogável e irretratável à PARTICIPANTE CREDENCIADA, poderes especiais para representá-la perante a B3, as demais PROPONENTES, instituições bancárias ou não, Banco Central do Brasil, entre outras entidades públicas ou sistemas centralizados ou de custódia, a fim de exercer todos os direitos e assumir todas as obrigações decorrentes da LICITAÇÃO que por sua conta e ordem deverão ser adimplidas na forma deste Contrato, do EDITAL e do MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3, podendo, para tanto, instruir documentos pertinentes à operação e ao procedimento de sua liquidação financeira de todo e qualquer ativo utilizado como meio de pagamento ou garantia, acordar, transferir, receber e dar quitação, firmar compromissos, emitir, sacar e assinar títulos e documentos em nome da PROPONENTE, bem como transigir e praticar todos os demais atos PROCEDIMENTOS DA B3, ficando, por fim, outorgado e sem reservas à B3 idênticos poderes conferidos à

PARTICIPANTE CREDENCIADA, independentemente da ordem de nomeação supra, para, por conta e ordem da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e do PODER CONCEDENTE, praticar os atos necessários e relativos à promoção, administração, compensação e liquidação dos meios de pagamento e garantias que a qualquer título lhe forem entregues, nos termos do EDITAL e do MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.

10. O presente Contrato vigorará até a ocorrência de ambos os eventos:

- retirada de GARANTIA DA PROPOSTA pela PARTICIPANTE CREDENCIADA da B3 e devolução à PROPONENTE; e
- até que a B3 confirme o recebimento de sua remuneração.

10.1. A rescisão deste Contrato pelas partes resguarda-o como válido e produz todos os seus efeitos sobre as obrigações pendentes até que sejam devidamente quitadas.

11. Toda e qualquer omissão ou tolerância das partes em relação aos direitos e obrigações decorrentes deste Contrato, não importará, salvo disposição expressa em contrário, em renúncia a tais direitos, nem se constituirá em alteração ou novação ao presente Contrato.

12. O presente Contrato obriga, também, a todos os herdeiros e sucessores das partes.

13. A PARTICIPANTE CREDENCIADA se compromete a manter sigilo quanto à identificação e informações relativas à PROPONENTE, apenas revelando-as à B3, à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e ao PODER CONCEDENTE, na forma e para os fins deste Contrato.

14. AS PROPONENTES se compromete a comunicar expressamente à PARTICIPANTE CREDENCIADA qualquer alteração de suas condições ou informações, para a atuação desta e considerado o devido enquadramento e observância das condições de participação na LICITAÇÃO, junto à B3, à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e ao PODER CONCEDENTE.

15. Fica eleito o foro da cidade de São Paulo como o competente para dirimir as dúvidas supervenientes, ressalvado a opção da PARTICIPANTE CREDENCIADA, quando autora da ação, de ajuizá-la no domicílio das PROPONENTE, se este for diverso do dela.

16. As dúvidas e controvérsias advindas deste Contrato serão dirimidas pela B3, ouvida a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, previamente a eventual interpelação judicial, feita por qualquer das partes.
- E por estarem as partes contratantes no mais absoluto acordo e entendimento, assinam o presente instrumento em 6 (seis) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, para que se produzam todos os seus efeitos e fins.

Assinaturas dos representantes legais da PROPONENTE com firmas reconhecidas.

Caio Marco de Stefano
CPF/MF nº: 246.595.058-47
FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI
CNPJ/MF nº 00.900.846/0001-88

Assinaturas dos representantes legais da PROPONENTE com firmas reconhecidas.

Paulo Maia Koshiba
CPF/MF nº: 248.516.396-00
GCE S.A.
CNPJ/MF nº 05.275.229/0001-52

Assinaturas dos representantes legais da PROPONENTE com firmas reconhecidas.

Régis Honório
CPF/MF nº: 530.928.051-00
RH ENGENHARIA LTDA
CNPJ/MF nº 04.059.159/0001-32

Assinaturas dos representantes legais da PROPONENTE com firmas reconhecidas.

Edson José Lopes das Neves
CPF/MF nº: 003.355.048-41
SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELETRICA EIRELI
CNPJ/MF nº 29.663.701/0001-92

Assinaturas dos representantes legais da PARTICIPANTE CREDENCIADA com firmas reconhecidas.

MARCUS EDUARDO DE ROSA

CLAUDIO HENRIQUE SANGAR

Testemunhas:

Nome:

Nome







R.G.:

:R.G

Contrato de Intermediação - Santa Luzia GCE (2).pdf

Documento número #f9d55b5f-cdc4-4db7-8326-1e4f7c76eeea

Assinaturas

-  **Caio Marco de Stefano**
Assinou como parte
-  **Paulo Maia Koshiba**
Assinou como parte
-  **REGIS HONÓRIO**
Assinou como parte
-  **EDSON JOSÉ LOPES DAS NEVES**
Assinou como parte
-  **Marcus Eduardo de Rosa**
Assinou como parte
-  **CLAUDIO HENRIQUE SANGAR**
Assinou como parte

Log

- 25 jun 2021, 15:03:06 Operador com email geleuterio@planner.com.br na Conta cf144c43-b08e-4dab-bb2b-b9dfc65cc577 criou este documento número f9d55b5f-cdc4-4db7-8326-1e4f7c76eeea. Data limite para assinatura do documento: 25 de julho de 2021 (13:06). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 25 jun 2021, 15:05:16 Operador com email geleuterio@planner.com.br na Conta cf144c43-b08e-4dab-bb2b-b9dfc65cc577 adicionou à Lista de Assinatura: caiomarco.ft@gmail.com, para assinar como parte, com os pontos de autenticação: email (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Caio Marco de Stefano e CPF 246.595.058-47.
- 25 jun 2021, 15:05:53 Operador com email geleuterio@planner.com.br na Conta cf144c43-b08e-4dab-bb2b-b9dfc65cc577 adicionou à Lista de Assinatura: gce@gce.com.br, para assinar como parte, com os pontos de autenticação: email (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Paulo Maia Koshiba e CPF 248.516.396-00.
- 25 jun 2021, 15:06:26 Operador com email geleuterio@planner.com.br na Conta cf144c43-b08e-4dab-bb2b-b9dfc65cc577 adicionou à Lista de Assinatura: regis@rhengenharia.com.br, para assinar como parte, com os pontos de autenticação: email (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo REGIS HONÓRIO e CPF 530.928.051-00.
- 25 jun 2021, 15:07:03 Operador com email geleuterio@planner.com.br na Conta cf144c43-b08e-4dab-bb2b-b9dfc65cc577 adicionou à Lista de Assinatura: edsonjlneves@gmail.com, para assinar como parte, com os pontos de autenticação: email (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo EDSON JOSÉ LOPES DAS NEVES e CPF 003.355.048-41.

25 jun 2021, 15:07:42 Operador com email geleuterio@planner.com.br na Conta cf144c43-b08e-4dab-bb2b-b9dfc65cc577 adicionou à Lista de Assinatura: mderosa@planner.com.br, para assinar como parte, com os pontos de autenticação: email (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Marcus Eduardo de Rosa e CPF 030.084.058-60.

25 jun 2021, 15:08:57 Operador com email geleuterio@planner.com.br na Conta cf144c43-b08e-4dab-bb2b-b9dfc65cc577 adicionou à Lista de Assinatura: csangar@planner.com.br, para assinar como parte, com os pontos de autenticação: email (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo CLAUDIO HENRIQUE SANGAR e CPF 030.084.068-31.

25 jun 2021, 15:09:38 Operador com email geleuterio@planner.com.br na Conta cf144c43-b08e-4dab-bb2b-b9dfc65cc577 alterou o processo de assinatura. Data limite para assinatura do documento: 25 de julho de 2021 (13:06).

25 jun 2021, 15:22:39 Marcus Eduardo de Rosa assinou como parte. Pontos de autenticação: email mderosa@planner.com.br (via token). CPF informado: 030.084.058-60. IP: 187.72.88.193. Componente de assinatura versão 1.120.2 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

25 jun 2021, 15:23:01 Paulo Maia Koshiba assinou como parte. Pontos de autenticação: email gce@gce.com.br (via token). CPF informado: 248.516.396-00. IP: 189.126.219.74. Componente de assinatura versão 1.120.2 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

25 jun 2021, 15:38:30 CLAUDIO HENRIQUE SANGAR assinou como parte. Pontos de autenticação: email csangar@planner.com.br (via token). CPF informado: 030.084.068-31. IP: 191.13.65.173. Componente de assinatura versão 1.120.2 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

25 jun 2021, 15:46:06 REGIS HONÓRIO assinou como parte. Pontos de autenticação: email regis@rhengenharia.com.br (via token). CPF informado: 530.928.051-00. IP: 179.241.240.114. Componente de assinatura versão 1.120.2 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

25 jun 2021, 15:48:47 EDSON JOSÉ LOPES DAS NEVES assinou como parte. Pontos de autenticação: email edsonjlneves@gmail.com (via token). CPF informado: 003.355.048-41. IP: 187.21.202.15. Componente de assinatura versão 1.120.2 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

25 jun 2021, 16:36:32 Caio Marco de Stefano assinou como parte. Pontos de autenticação: email caiomarco.ft@gmail.com (via token). CPF informado: 246.595.058-47. IP: 191.205.240.84. Componente de assinatura versão 1.120.2 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

25 jun 2021, 16:36:32 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número f9d55b5f-cdc4-4db7-8326-1e4f7c76eeea.

Hash do documento original (SHA256): 33dadf4a8f5cdc6c38e527ddca570c9e37e5e9252599dc0ec4aa051fd1e12808

Este Log é exclusivo ao, e deve ser considerado parte do, documento número f9d55b5f-cdc4-4db7-8326-1e4f7c76eeea, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign disponível em www.clicksign.com.



Clicksign Gestão de Documentos S.A.

Termo de Acesso a Documento Eletrônico

Gerado sábado, 26 de junho de 2021 às 12:12 (horário de Brasília)

Este termo contém informações para acesso ao original eletrônico do seguinte documento:

Contrato de Intermediação - Santa Luzia GCE (2) - Clicksign (1).pdf

Hash do arquivo validado (SHA256): e3b0c44298fc1c149afb4c8996fb92427ae41e4649b934ca495991b7852b855

- ✓ Documento Assinado Eletronicamente pela Clicksign.
- ✓ Certificado ICP-Brasil válido: Clicksign Gestão de Documentos S.A.

Como acessar e validar o documento eletrônico

Siga as instruções abaixo para acessar o inteiro teor do documento assinado eletronicamente, bem como para validar os signatários e respectivos pontos de autenticação.

Para acessar o documento através de senha:

Senha de acesso
R0FRCSZYFA

1. Acesse: <https://validador.clicksign.com>.
2. Clique no botão "Validar com senha".
3. Digite a senha ao lado e clique em "Validar".

Para acessar o documento através de QR Code

QR Code de acesso



Utilize um leitor de QR Code para ser direcionado para a página de validação deste documento na Clicksign.

000101

Planner Corretora de Valores S.A.

CNPJ nº 00.806.535/0001-54 - NIRE 35300142942

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 23.04.2018

Data, Hora, Local: 23.04.2018, às 10h, Sede social, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900 - 10º andar - Condomínio Edifício Pedro Mariz - B31, Itaim Bibi, São Paulo/SP. **Presença:** Representantes da única acionista. **Mesa:** Presidente: Artur Martins de Figueiredo. Secretária: Viviane Aparecida Rodrigues Afonso. **Deliberações Aprovadas:** **Sessão Ordinária:** 1. Demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31.12.2017, publicadas no "DOESP" e jornal "Folha de São Paulo", ambos em 14.04.2018. 2. O resultado (prejuízo) do exercício findo em 31.12.2017, no montante de R\$4.119.999,04, foi compensado com o capital social, conforme deliberação aprovada na AGE de 21.02.2018. **Sessão Extraordinária:** 1. Referendar as deliberações aprovadas na AGE de 21.02.2018, relativas a: (i) redução do capital, mediante a compensação do saldo do prejuízo acumulado apurado até 31.12.2017 no valor de R\$7.446.937,82, com o capital, que passou de R\$30.287.000,00, para R\$22.840.062,18; (ii) alteração da ordem do § 2º do artigo 7º do Estatuto Social; e (iii) reforma do artigo 23 do Estatuto Social. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 23.04.2018. **Mesa:** Presidente: Artur Martins de Figueiredo. Secretária: Viviane Aparecida Rodrigues Afonso. **Acionista:** **Planner Holding Financeira S.A.**, por seus diretores Carlos Arnaldo Borges de Souza e Artur Martins de Figueiredo. JUCESP nº 488.468/18-1 em 11.10.2018. Flávia Regina Brito Gonçalves - Secretária Geral. **Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração:** Artigo 1º - Sob a denominação de "Planner Corretora de Valores S.A.", reger-se-á esta Sociedade pelo presente Estatuto e nos casos omissos, pela legislação em vigor, no que lhe for aplicável. **Artigo 2º** - A Sociedade terá sede na capital do Estado de São Paulo, § Único - Observadas as prescrições legais e regulamentares, a Sociedade poderá por deliberação da Diretoria: (i) alterar o endereço da sede social, desde que dentro do mesmo município; e (ii) abrir, alterar o endereço e extinguir dependências ou postos de atendimento em qualquer ponto do País. **Artigo 3º** - A Sociedade terá duração por prazo indeterminado. **Artigo 4º** - A Sociedade terá por objetivo social: a) Operar em recinto ou em sistema mantido por Bolsa de Valores; b) Subscriver, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para venda; c) Intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; d) Comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pela Comissão de Valores Mobiliários e Banco Central do Brasil nas suas respectivas áreas de competência; e) Encarregar-se da administração de carteiras e da custódia do Brasil nas e valores mobiliários; f) Incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, da desdobramento de caudais, de recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários; g) Exercer as funções de corretor fiduciário, inclusive, organizar e administrar fundos e clubes de investimento; h) Constituir sociedades de investimento - capital estrangeiro - para administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários; i) Exercer as funções de agente emissor de certificados e manter serviços de ações escriturais; j) Emitir certificados de depósito de ações; k) Intermediar operações no mercado de câmbio, inclusive por meio de sistemas de negociação de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, abrangendo ambiente de pregão viva voz; m) Praticar operações no mercado de câmbio; n) Praticar operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários; o) Realizar operações compromissadas; p) Praticar operações de compra e venda de metais preciosos, no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil; q) Operar em bolsas de mercadorias e de futuros por conta própria e de terceiros, observada regulamentação baixada pela Comissão de Valores Mobiliários e Banco Central do Brasil nas suas respectivas áreas de competência; r) Prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica, em operações e atividades nos mercados financeiro e de capitais; e s) Exercer outras atividades autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários. **Artigo 5º** - E expressamente vedado à Sociedade: a) realizar operações que caracterizem, sob qualquer forma, a concessão de financiamentos, empréstimos ou adiantamentos a seus clientes, inclusive através da cessão de direitos, ressalvadas as hipóteses de operação de conta margem e as demais previstas na regulamentação em vigor; b) cobrar de seus clientes corretagem ou qualquer outra comissão referente a negociações com determinado valor mobiliário durante seu período de distribuição primária; c) adquirir bens não destinados ao uso próprio, de acordo com o disposto na regulamentação em vigor; d) celebrar contratos de mútuo com pessoas físicas e pessoas jurídicas, financeiras ou não, ressalvado o disposto na regulamentação em vigor; e) realizar operações envolvendo comitente final que não tenha identificação cadastral na Bolsa de Valores. **Capítulo II - Capital Social:** Artigo 6º - O capital social da Companhia é de R\$22.840.062,18, dividido em 7.000 ações nominativas, sendo 3.500 ações ordinárias e 3.500 ações preferenciais, sem valor nominal, § 1º - Cada ação ordinária nominativa dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. § 2º - As ações serão indivisíveis perante a Sociedade. Se, no entanto, as ações vierem a pertencer a mais de uma pessoa, cada uma delas terá o direito de sua representação nas Assembleias Gerais. § 3º - As ações não serão representadas por caudais provisórios ou por certificados, presumindo-se a respectiva propriedade pela inscrição do nome do acionista no livro de registro de ações nominativas da Sociedade. § 4º - As ações preferenciais, que não terão direito a voto, gozarão das seguintes vantagens: prioridade no reembolso do capital, até o seu valor nominal e sem prêmio, no caso de liquidação da Sociedade e participação no seu remanescente, depois do reembolso às ações ordinárias. **Capítulo III - Administração:** Artigo 7º - A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta de, no mínimo, 2 até, no máximo, 12 Diretores, sem designação especial, residentes no País, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. § 1º - O mandato da Diretoria será de 3 anos, podendo haver reeleição, permanecendo, entretanto, os Diretores em seus cargos até a data de posse da nova Diretoria. § 2º - No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, deverá a Diretoria indicar outro Diretor para exercer as funções do ausente ou impedido, observada as regras estabelecidas na regulamentação em vigor relativas à inadmissibilidade de cumulação de funções. § 3º - No caso de qualquer cargo de Diretor, o novo Diretor será eleito pela Assembleia Geral, pelo prazo restante do mandato do Diretor substituído. **Artigo 8º** - A Diretoria terá amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e a realização de todas as operações que se relacionarem com o objetivo da Sociedade, e poderá, inclusive, contratar empréstimos, renunciar a direitos e transigir, dar caução e, bem assim, adquirir, alienar, hipotecar e, de qualquer forma, onerar bens imóveis da Sociedade. § 1º - Os Diretores terão suas funções e atribuições fixadas em Reunião da Diretoria. § 2º - As áreas de responsabilidades, abaixo especificadas, previstas na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015, que dispõe sobre o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários, deverão ser atribuídas a membros da Diretoria, designados através da Reunião da Diretoria, observando o que determina a referida instrução quanto à necessidade de autorização da Comissão de Valores Mobiliários para o exercício da função: a) **Gestão de Recursos:** Responsável pela gestão de carteiras de valores mobiliários, incluindo a aplicação de recursos financeiros no mercado de valores mobiliários por conta do investidor. b) **Administração Fiduciária:** Responsável pela custódia e administração de ativos sob administração e identificação de riscos inerentes a investimentos e a gestão de ativos externos que possam afetar adversamente a implementação da política de investimentos; e (ii) assegurar que seus administradores, empregados e colaboradores tenham acesso a informações relevantes, confiáveis, tempestivas e compreensíveis para o exercício de suas funções e responsabilidades. c) **Distribuição de Cotas de Fundos de Investimento:** Responsável pela atividade de distribuição de cotas de fundos de investimento administrados ou geridos pela Sociedade. d) **Cumprimento de Regras, Políticas, Procedimentos e Controles Internos:** Responsável por garantir, por meio de controles internos adequados, o permanente atendimento às normas, políticas e regulamentações vigentes, referentes às diversas modalidades de investimento, à própria atividade de administração de carteiras de valores mobiliários e aos padrões ético e profissional. e) **Gestão de Riscos:** Responsável por implementar e manter política escrita de gestão de riscos que permita o monitoramento, a mensuração e o ajuste permanentes dos riscos inerentes a cada uma das carteiras de valores mobiliários. § 3º - A Sociedade somente poderá assumir quaisquer obrigações mediante assinatura: a) De 2 Diretores em conjunto; b) De 1 Diretor em conjunto com procurador expresso e especial poderes; c) De 1 procurador expresso e especial poderes; d) De 1 procurador expresso e especial poderes; e) De 1 Procurador expresso e especial poderes. § 4º - Para a outorga de procurações, a Sociedade deverá ser representada por 02 Diretores em conjunto. As procurações outorgadas em nome da Sociedade, exceção das que conferem poderes "ad iudicia", deverão especificar os poderes conferidos para assinatura em conjunto e/ou isoladamente, bem como, prazo certo de validade definido. Na ausência de prazo de validade, considerar-se-á como vencida no dia 31 de dezembro do exercício na qual tenha sido outorgada. § 5º - Para alienar, ceder, hipotecar, permutar ou onerar os bens da Sociedade, a Sociedade será representada por dois diretores em conjunto. § 6º - Os Diretores da Sociedade, quando em exercício do mandato, não poderão exercer qualquer cargo administrativo em outras empresas cujos títulos ou valores mobiliários sejam negociáveis em Bolsas. **Artigo 9º** - A Diretoria compete (i) representar a Sociedade ativa e passivamente, em juízo e fora dele, (ii) zelar pelo cumprimento e execução das normas estatutárias, (iii) convocar as Assembleias Gerais, o Conselho Fiscal e seus suplentes, quando necessário, (iv) executar as deliberações daqueles órgãos, (v) organizar e apresentar à Assembleia Geral Ordinária o Relatório Anual das Operações da Sociedade, (vi) designar e destituir o Ouvidor, (vii) nomear e destituir os membros do Comitê de Remuneração, (viii) aprovar as regras operacionais que o Comitê de Remuneração vier a estabelecer para o seu próprio funcionamento e tomar ciência das atividades do Comitê de Remuneração, e (ix) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Remuneração. **Artigo 10** - A Diretoria se reunirá sempre que os interesses societários o exijam, na sede da Sociedade, ou suas dependências. As deliberações serão tomadas, sempre, por maioria absoluta de votos dos presentes. § Único - As decisões da Diretoria serão registradas em atas transcritas em livro próprio, sendo que as decisões destinadas a produzir efeitos perante terceiros serão arquivadas no Registro do Comércio e devidamente publicadas. **Capítulo IV - Conselho Fiscal:** Artigo 11 - A Sociedade terá um conselho fiscal, de caráter não permanente, composto de no mínimo 3 e no máximo 5 membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País, devendo sua eleição e instalação obedecer aos preceitos da legislação pertinente. § Único - O conselho fiscal, quando eleito e instalado, terá a incumbência atribuída por lei e a remuneração de seus membros efetivos será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, de acordo com a lei. **Capítulo V - Assembleia Geral:** Artigo 12 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, até o dia 30 de abril de cada ano, para os fins previstos em lei, e extraordinariamente sempre que os interesses o exigirem. § 1º - As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas por um Diretor da Sociedade, que convidará um dos acionistas presentes para servir de secretário. § 2º - Os acionistas poderão fazer-se representar na Assembleia Geral por outros acionistas, mediante mandato expresso, cujo instrumento fiscal em poder da Sociedade. § 3º - As deliberações das Assembleias, ressalvadas as exceções legais, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes. § 4º - Para alteração dos artigos 22, 23, 24 e 26 do Estatuto Social será necessária a aprovação pela totalidade dos votos representativos das ações em circulação. **Capítulo VI - Ouvidoria:** Artigo 13 - A Ouvidoria, de funcionamento permanente, terá como atribuições: a) prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionados nos canais de atendimento primário da sociedade; b) atuar como canal de comunicação entre a sociedade e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e c) informar à Diretoria da sociedade a respeito das atividades de Ouvidoria. **Artigo 14:** As atribuições da Ouvidoria abrangem as seguintes atividades: a) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços; b) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não poderá ultrapassar dez dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação; c) encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto; d) manter a Diretoria da sociedade, informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da sociedade para solucioná-las; e e) elaborar e encaminhar à auditoria interna e à Diretoria da sociedade, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições. **Artigo 15:** A Sociedade terá uma Ouvidoria, composta por um Ouvidor, o qual será nomeado pela Diretoria dentre pessoas que preencham as condições e requisitos mínimos para garantir seu bom funcionamento, devendo ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos, com mandato por prazo indeterminado. § Único - A Diretoria poderá destituir o Ouvidor, caso o mesmo não cumprisse as atribuições previstas nos artigos 13 e 14 acima, ou substituí-lo a qualquer tempo. **Artigo 16:** Será dada à Ouvidoria as condições adequadas para o seu funcionamento, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção. **Artigo 17:** A Ouvidoria terá acesso às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições. **Capítulo VII - Do Comitê de Auditoria:** Artigo 18 - O Comitê de Auditoria será composto de, no mínimo, 03 até, no máximo, 06 integrantes, pessoas físicas residentes no país, sendo um Presidente e os demais Membros, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral, que fixará sua remuneração. § 1º - O Comitê de Auditoria não terá mandato fixo. § 2º - O mandato dos integrantes do Comitê de Auditoria, estender-se-á até a posse dos seus substitutos. § 3º - Assembleia Geral que eleger o Comitê de Auditoria, deverá designar o seu Presidente, bem como indicar, dentre os integrantes, o Membro Qualificado, com comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria. § 4º - O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente à Diretoria. § 5º - Competem ao Comitê de Auditoria: a) estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pela diretoria, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos respectivos acionistas; b) recomendar, à administração da sociedade, a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário; c) revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente; d) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à sociedade, além de regulamentos e códigos internos; e) avaliar o cumprimento, pela administração da sociedade, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos; f) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; g) promover, à diretoria, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos da administração; h) emitir, ao âmbito do Conselho, parecer sobre o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; i) verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso "h", o cumprimento de suas recomendações pela diretoria; j) reunir-se, com o conselho fiscal, quando instalado, por solicitação do mesmo, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; k) outras atribuições determinadas pelo Banco Central do Brasil. **Capítulo VIII - Comitê de Remuneração:** Artigo 19 - O Comitê de Remuneração será composto de, no mínimo, 03 e, no máximo, 06 integrantes, pessoas físicas residentes no país, eleitos e destituídos pela Diretoria, que fixará sua remuneração e atuará em nome de todas as instituições integrantes do conglomerado financeiro, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Instituições do Conglomerado"). § 1º - O prazo de mandato dos membros do Comitê de Remuneração é de 5 anos, vedada a permanência da integrança no Comitê por prazo superior a 10 anos. § 2º - O Comitê de Remuneração deverá ser diretamente responsável pelo menos um membro não administrador da Sociedade; c) ter na sua composição integrantes com as qualificações e a experiência necessárias ao exercício de julgamento competente e independente sobre política de remuneração da sociedade, inclusive sobre as repercussões dessa política na gestão de riscos. § 3º - Cumprido o prazo máximo previsto no § 1º acima, o integrante do Comitê de Remuneração somente pode voltar a integrar tal órgão na Sociedade após decorridos, no mínimo, 3 anos. § 4º - Nos casos de vaga por renúncia ou destituição em que o Comitê ficar reduzido a menos de 3 membros, a Diretoria deverá, tempestivamente, eleger um substituto, que servirá até o término do mandato do substituído. § 5º - O Comitê de Remuneração se reunirá anualmente, ou extraordinariamente mediante convocação de qualquer de seus membros, sendo certo que a reunião do Comitê de Remuneração só será validamente instalada com a presença da maioria de seus membros. **Artigo 20** - Além das previstas em lei ou regulamentação, serão também atribuições do Comitê de Remuneração: a) Elaborar a política de remuneração de administradores das Instituições do Conglomerado, propondo à diretoria as diversas formas de remuneração fixa e variável, além das benefícios e programas especiais de remuneração; b) Supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores das Instituições do Conglomerado; c) Revisar anualmente a política de remuneração de administradores das Instituições do Conglomerado, recomendando à Diretoria a sua correção ou aprimoramento; d) Propor à Diretoria o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do artigo 152 da Lei nº 6.404, de 1976; e) Avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; f) Analisar a política de remuneração de administradores das Instituições do Conglomerado em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; g) Zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com o disposto na regulamentação vigente. **Artigo 21** - O Comitê de Remuneração elaborará, com periodicidade anual, no prazo de 90 dias, relativamente à data-base de 31 de dezembro, documento denominado "Relatório do Comitê de Remuneração", o qual em seu conteúdo conterá: a) o Relatório Anual das Operações da Sociedade, Capítulo IX - Exercício Social, Balanços e Lucros. **Artigo 22** - O exercício social terá início em 01 de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. O Balanço, obediente a todas as prescrições legais, será levantado em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano. § Único - O Balanço semestral e o anual dos meses de junho e dezembro, serão auditados por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários. **Artigo 23** - Do resultado do exercício serão deduzidos: a) Prejuízo, se houver; b) Provisão para Imposto de Renda; c) Participação dos Administradores, nos limites estipulados pelo artigo 152 da Lei nº 6.404/76. § 1º - Do lucro líquido serão destinados: a) 5% à constituição do Fundo de Reserva legal até atingir 20% do Capital Social; b) 5%, no mínimo, para distribuição entre os acionistas a título de dividendo obrigatório; c) o saldo restará à destinação que lhe der a Assembleia Geral. § 2º - Os prejuízos ou parte deles poderão ser absorvidos pelos acionistas, mediante rateio, a ser atribuído a cada ação em que se divide o capital social, após a absorção dos saldos existentes em lucros acumulados, reservas de lucros e reservas de capital, na ordem § 3º - O valor dos juros pagos ou creditados, a título de capital próprio nos termos do artigo 9º, § 7º da Lei nº 9.249/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao valor do dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Sociedade para todos os efeitos legais. § 4º - Por proposta da diretoria, "ad referendum" da Assembleia Geral, poderá a Sociedade distribuir lucros e/ou dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio (Lei nº 9.249/95), dentro dos limites legais. **Capítulo X - Liquidação:** Artigo 24 - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral. § Único - Compete à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger os liquidantes e um conselho fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação. **Capítulo XI - Disposições Finais:** Artigo 25 - Fica eleito o foro da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas ou controvérsias oriundas deste Estatuto. **Artigo 26** - Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições da Lei nº 6.404/76, bem como outras normas legais que lhe forem aplicáveis. **Estatuto Social Atualizado Até a AGE de 21.02.2018. Planner - Corretora de Valores S.A. - Artur Martins de Figueiredo Diretor; Viviane Aparecida Rodrigues Afonso - Diretora.**

Fundação Butantan

CNPJ: 61.189.445/0001-56

Despacho do Senhor Diretor Presidente da Fundação Butantan de 14/12/2018.

Processo nº: 001.0708.001955/2018. **Interessado:** Fundação Butantan. **Assunto:** Registro de preços para serviços gráficos de impressão para o Complexo Butantan, - participação ampla. **Pregão Eletrônico nº:** 039/2018 - Oferta de Compra 895000801.0002018C00036. Trata o presente processo sobre o **pregão eletrônico nº 039/2018**, objetivando o Registro de preços para serviços gráficos de impressão para o Complexo Butantan, - participação ampla. A vista dos elementos que constam dos autos, em especial folhas 516 que assegura que os preços negociados no pregão considerados aceitáveis pelo Pregoeiro, atendem às disposições legais vigentes, **HOMOLOGO** o presente processo de contratação mediante Pregão Eletrônico. Edital nº 039/2018, com fulcro no disposto no inciso XXII, do artigo 4º, da Lei Federal 10.520/2002, combinado com artigo 12 do Decreto 47.945/2003 e inciso VII do artigo 6º da Resolução CGEP - 10/2002, o procedimento licitatório adotado no Pregão Eletrônico nº 039/2018 em favor da empresa **GLOBALPRINT EDITORA GRÁFICA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ nº 12.622.028/0001-40, no valor global de **R\$ 572.223,02** (Quinhentos e Setenta e dois mil, duzentos e vinte e três reais e dois centavos) no período de 12 (doze) meses.

Fundação Butantan

CNPJ: 61.189.445/0001-56

TERMO DE RETIFICAÇÃO

Requisitante: Gestão do Planejamento de Controle de Produção - **Modalidade:** Seleção de Fornecedores - Coleta de Preços - **Objeto:** Aquisição de selos de alumínio exclusivamente de fornecedores qualificados pela Garantia da Qualidade, atendendo à RDC 17/2010 - Com base na documentação encartada no processo supra, e no Parecer do Departamento Jurídico nº 84/2018, RETIFICO os termos do Aviso de Coleta de Preços, realizado com a empresa FARMACAP INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, anteriormente publicado no Diário Oficial Empresarial, em 27.09.2018, página 12, para constar: Onde se lê: "Requisição de Compra: 32936/2018" - Leia-se: "Regulização de Compra: 35732/2018" - Onde se lê: "Modalidade: Seleção de Fornecedores - Coleta de Preços" - Leia-se: "Modalidade: Inexistibilidade de Seleção de Fornecedores" - Onde se lê: "com fundamento no artigo 5º, inciso II, do Regulamento de Compras e Contratações da Fundação Butantan" - Leia-se: "com fundamento no artigo 19, do Regulamento de Compras e Contratações da Fundação Butantan" - Para também constar: Onde se lê: "valor de R\$ 338.000,00 (trezentos e trinta e oito mil reais)" - Leia-se: "valor de R\$ 410.100,00 (quatrocentos e dez mil, e cem reais)" - São Paulo/SP, 12 de dezembro de 2018. **Prof. Dr. Rui Curi, Diretor Presidente.**

Ánima Holding S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF 09.288.252/0001-32 - NIRE 35300350430

Ata da Reunião do Conselho de Administração
Data, Hora e Local: 19/10/2018, às 17:00 hs, na sede social em SP/SP. **Convocação e Presença:** Todos os Conselheiros no exercício do cargo foram convocados na forma do Estatuto Social. **Deliberações Unâнимes:** I - Pela eleição da Sr. Marina Oehling Gelman, RG nº 18.629.380-X e CPF/MF nº 251.164.408-85, para o cargo de Diretor de Relações com Investidores, sem prejuízo da função que referida Diretora já exerce como Diretora de Relações Institucionais e dará continuidade ao mandato unificado de 2 anos, que se encerra em 31/12/2018, na deliberação acerca das demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31/12/2018 a ser realizada em 2019; II - Pela ratificação do mandato, já em curso, dos demais membros da Diretoria: (a) Sr. Marcelo Batistella Bueno, RG nº 14.360.088-6 e CPF/MF nº 171.266.448-41, para o cargo de Diretor Presidente; (b) Sr. Ignácio Dauden Martinez, RNE nº W51217-5 DP/MAF-SP e CPF/MF nº 213.279.458-86, para o cargo de Diretor de Novos Negócios; e (c) Sr. André Tavares Andrade, RG nº 36162256 e CPF/MF nº 776.948.133-34, para o cargo de Diretor Financeiro. Todos os Diretores eleitos acima declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem atividades mercantis. **Encerramento:** Nada mais. JUCESP nº 581.030/18-1 em 13 de dezembro de 2018. Flávia R Brito Gonçalves - Secretária Geral.

000102

N.O.K.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.

(em organização)

Ata da Assembleia Geral de Constituição da Sociedade por Ações realizada em 12 de julho de 2019

Data, Hora e Local: Aos 12 de julho de 2019, às 11:15 horas, na Rua Pamplona, nº 724, 7º andar, conjunto 77, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01405-001. Quórum de instalação: verificou-se a presença dos Fundadores da Sociedade conforme boletins de subscrição, (Anexo II) e lista de presença (Anexo III). **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pela Sr. Suelli de Fátima Ferretti, que convidou a mim, Cleber Faria Fernandes para secretária-ia. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a: (a) Constituição da Companhia; (b) subscrição e forma de integralização de seu capital social; (c) aprovação do Estatuto Social da Companhia; (d) elaboração da ata em forma de sumário; e (e) eleição dos membros da Diretoria da Companhia. **Deliberações:** Dado início aos trabalhos e seguindo a ordem do dia, a Assembleia deliberou, por unanimidade: (a) constituir a N.O.K.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pamplona, 724, 7º andar, conjunto 77, CEP: 01405-001; (b) fixar o capital social da Companhia em R\$ 500,00 (quinhentos reais) dividido em 500 (quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas, nesta data, conforme boletins de subscrição anexos; (c) aprovar, sem qualquer ressalva, o Estatuto Social da Companhia, que passa a fazer parte integrante da presente ata (Anexo I); (d) aprovar, nos termos, do § 1º art. 130 da Lei nº 6.404/76, a lavratura desta assembleia em forma de sumário; (e) eleger as pessoas abaixo qualificadas para compor a Diretoria da Companhia com mandato anual que vigorará até a posse dos eleitos pela Assembleia Geral Ordinária de 2020, os quais tomam posse na presente data, conforme termos de posse lavrados em livro próprio e arquivados na sede da sociedade. **Diretores:** Suelli de Fátima Ferretti, brasileira, solteira, analista, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, com endereço comercial na Rua Pamplona, 724, 7º andar, conjunto 77, Bairro Jardim Paulista, CEP 01405-001, portadora da cédula de identidade RG nº 7.743.552-6, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 754.858.778-04, para o cargo de diretora; Cleber Faria Fernandes, brasileiro, casado, contabilista, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, com endereço comercial na Rua Pamplona, 724, 7º andar, conjunto 77, Bairro Jardim Paulista, CEP 01405-001, portador da cédula de identidade RG nº 23.980.684-1, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 192.212.358-74, para o cargo de diretor. Os membros da Diretoria ora eleitos declaram ter ciência do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, não tendo sido condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, pezo ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. São Paulo, 12 de julho de 2019. **Suelli de Fátima Ferretti** - Presidente da Assembleia e Diretora Eleita, **Cleber Faria Fernandes** - Secretário da Assembleia e Diretor Eleito. **Visão do Advogado:** Renato Dias Pinheiro - OAB/SP 105.311-A - OAB/RJ 19.553. JUCESP NIRE 3530035973-6 em 05/08/2019.

ESTATUTO SOCIAL - N.O.K.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Finalidade. A N.O.K.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. é uma sociedade anônima que reger-se-á por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º:** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pamplona nº 724, 7º andar, conjunto 77, Bairro Jardim Paulista, CEP 01405-001, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da diretoria. **Artigo 3º:** A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior ("holding"). **Artigo 4º:** A Sociedade terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II - Do Capital:** **Artigo 5º:** O capital social é de R\$ 500,00 (quinhentos reais), representado por 500 (quinhentas) ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo R\$ 200,00 (duzentos reais) integrais e o restante a integralizar no prazo de 12 meses a contar desta assembleia. **Parágrafo 1º:** Cada ação corresponde a um voto nas deliberações sociais. **Parágrafo 2º:** As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela Assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **Parágrafo 3º:** Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito do cancelamento ou penhoração em garantia, sem extinção do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **Capítulo**

III - Da Assembleia Geral: **Artigo 6º:** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Parágrafo 1º:** A Assembleia Geral será presidida por acionistas ou diretor eleito no ato que, convidará, dentre os diretores ou acionistas presentes, o secretário dos trabalhos. **Parágrafo 2º:** As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de voto, não cumprando os votos em branco. **Capítulo IV - Da Administração:** **Artigo 7º:** A administração da Companhia será exercida por uma diretoria, composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 10 (dez) membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos diretos. **Parágrafo 1º:** Os diretores ficam dispensados de prestar qualquer e novos honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo 2º:** A investidura dos diretores nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro próprio. **Artigo 8º:** No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Artigo 9º:** A diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Sociedade e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência; assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheques; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis. **Artigo 10º:** A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos os atos referidos no artigo não competem a qualquer diretor, agindo isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador(es) dar-se-á pela assinatura isolada de qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a um ano, exceto em relação às procurações "ad iudicia", as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Parágrafo Único:** Dependendo da aprovação de acionistas representando a maioria do capital social a prestação de avais, fianças e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo 11º:** Compete à diretoria supervisionar o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Capítulo V - Conselho Fiscal:** **Artigo 12º:** A companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. **Parágrafo Único:** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição. **Capítulo VI - Disposições Gerais:** **Artigo 13º:** O exercício social da Sociedade coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Sociedade preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. **Artigo 14º:** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei. **Artigo 15º:** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Sociedade poderá preparar balanços intercalares a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. **Artigo 16º:** A Sociedade distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto a ajustado nos termos da legislação aplicável. **Artigo 17º:** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quorum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegendo os liquidantes e fixará a sua remuneração. **Artigo 18º:** Qualquer ação entre os acionistas ou deles contra a Companhia, baseada neste estatuto social, será proposta no foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. **Suelli de Fátima Ferretti** - Presidente, **Cleber Faria Fernandes** - Secretário.

FAST SHOP S.A.

CNPJ/ME 43.709.879/0001-00 - NIRE 3530047037

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 31/03/2021

Data e Local: 31/03/2021, às 10h, na sede social. **Presenças:** Presenças: Acionistas representando a totalidade do capital social. 3. Mesa: Presidente: Milton Kazuyuki Kakumoto. Secretária: Marie Higashi Kakumoto. **Deliberações:** Aprovado o investimento para constituição de nova sociedade limitada dedicada às atividades logísticas e de transporte de mercadorias, participando a Companhia do capital social da nova sociedade como sócia colista; Aprovada alteração do objeto social da Companhia para incluir a atividade social de prestação de serviços de consultoria empresarial. Em virtude da deliberação, o Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação "Artigo 3. A Companhia tem por objeto a exploração das seguintes atividades: (a) Lojas de departamentos e magazines; (b) Comércio varejista e atacado de utilidades eletrônicas e de produtos manufaturados, seminimanufaturados, matérias primas, materiais secundários e material de construção, destinados a atender no campo de utilidades básicas e complementares a todas as necessidades vitais e úteis, na órbita pessoal, comercial ou industrial; (c) Comércio varejista e atacado de móveis, utilidades mecânicas, elétricas e demais complementos e acessórios de uso doméstico, comercial ou industrial, inclusive os destinados a recreação infantil, bem como sua instalação e montagem; (d) Comércio varejista e atacado de artigos de ótica, fotografia e filmes fotográficos e cinematográficos, assim como os serviços alienados a sua revelação; (e) Comércio varejista e atacado e representação comercial de produtos alimentícios, de matérias primas, de produtos vegetais, minerais, animais, bebidas, café, licores e de produtos eletrônicos em geral, de produtos de informática, de comunicação de dados, assim como a exploração de serviços de informática e de comunicação de dados; (f) Comércio varejista e atacado de livros de papel e eletrônico, conteúdos educacionais de multimídia, através de intermediação de downloads (cópias) não gratuitas, inclusive representação destas atividades; (g) Prestação de serviços de consultoria, suporte e assistência técnica, inclusive serviços de instalação de produtos de sua linha de comercialização, compra e venda das peças necessárias para tanto, bem como serviços de compilação e disponibilização de listas de casamentos; (h) Intermediação e operacionalização de negócios no país, envolvendo inclusive a automação de gestão do marketing, gestão comercial e a gestão de serviços e produtos ao cliente; (i) Comércio varejista e atacado de produtos farmacêuticos, medicamentos, odontológicos, instrumentos, cosméticos, perfumaria, inclusive representação destas atividades; (j) Agenciamento e intermediações de negócios em geral, inclusive intermediação de serviços de habitação de aparelhos celulares; (k) Exploração direta ou indireta, de bares, restaurantes, lanchonetes e similares; (l) Serviços de alpinismo, balneamento, lavagem, lubrificação e prêmio de veículos automotores; (m) Comércio atacado de medicamentos e drogas de uso veterinário, máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo e mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários; (n) Comércio atacado de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção, partes e peças, madeira e produtos derivados, cimento, tintas, vernizes e similares, mármore e granitos, vidros, espelhos e vitrais, pedras para revestimento e materiais para construção em geral; (o) Comércio atacado de partes e peças instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, próteses e artigos de ortopedia; (p) Comércio atacado de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados, de solventes, de resinas e elastômeros; (q) Comércio varejista de outros artigos usados; (r) Comércio varejista de municípios, fogos de artifício e artigos pirotécnicos; (s) Consultoria em tecnologia da informação, desenvolvimento de programas de computador sob encomenda, web design, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na Internet; (t) Prestação de serviços de consultoria empresarial; (u) Participação em outras atividades industriais, comerciais e civis na qualidade de sócia colista ou acionista." c. Considerando a reserva de lucros acumulados da Companhia em 2019 no montante de R\$ 71.273.692,91, e neste ato aprovada a constituição da reserva de incentivos fiscais, sendo destinada para ela o montante de R\$ 58.820.415,52 da reserva de lucros; d. Aprovado o aumento do capital social da Companhia, atualmente de R\$ 150.000.000,00 para R\$ 208.820.000,00, um aumento, portanto, de R\$ 58.820.000,00, mediante a emissão de 58.820 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1.000,00 cada ação, sendo esse realizado por meio da capitalização de lucros da reserva de incentivos fiscais constituída na forma do item acima. d.1. Tendo o segundo acionista renunciado ao seu direito de preferência no aumento do capital social, as novas ações são subscritas pela acionista Fastshop Holding S.A. e são integralizadas nesta data, em moeda corrente nacional, mediante a capitalização de lucros da Reserva de Incentivos Fiscais da Companhia, d.2. Em decorrência do item acima, o caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5. O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 208.820.000,00, dividido em 208.820 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal." **Encerramento:** Foi aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: Milton Kazuyuki Kakumoto - Presidente, Marie Higashi Kakumoto - Secretária. Acionistas: Fastshop Holding S.A. Milton Kazuyuki Kakumoto, Marie Higashi Kakumoto, Julio Atsushi Kakumoto.

Banco Citibank S.A.

CNPJ nº 33.479.023/0001-80 - NIRE 35.300.028.716

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 14 de Janeiro de 2021

Data, Hora e Local: No dia 14 de Janeiro de 2021, às 10:00 horas, na sede social do Banco Citibank S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar-paralelo, Bela Vista, CEP 01311-920 ("Sociedade"). **Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Sociedade, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. Mesa: Presidente: Pedro Paulo Giubbin Lorenzini; Secretário: Roberto Padilino. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a eleição do novo membro da Diretoria da Sociedade; e (ii) a consolidação de sua respectiva composição. **Deliberações Unâneas:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas resolveram, por unanimidade de votos e sem ressalvas: (i) Autorizar a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º da Lei nº 6.404/76; (ii) Aprovar a eleição do Sr. Fernando Carlos de Souza Granzerla, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 9.016.197-X SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 034.032.798-71, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, Bela Vista, CEP 01311-920, para o cargo de Diretor Executivo da Sociedade com mandato até a data da realização da próxima Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (iii) Declarar que o Sr. Fernando Carlos de Souza Granzerla preenche todas as condições previstas na Resolução nº 4.122, de 02 de agosto de 2012, e que possui amplo conhecimento dos preceitos contidos em referida Resolução e no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, e, ainda, deixar consignado que o Diretor Executivo ora eleito tomará posse em seu cargo mediante assinatura do respectivo termo de posse lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria e sua declaração de desimpedimento legal para o exercício do cargo de diretor encontra-se devidamente arquivada na sede da Sociedade; (iv) Consolidar a nova composição da Diretoria da Sociedade, em decorrência das deliberações precedentes, com mandato até a data da realização da próxima Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a saber: (A) como Diretor Presidente: o Sr. Marcelo Trevizani Marangoni, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 11.073.850-2 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 136.793.918-82; e (B) como Diretores Executivos: os Srs. (i) Camilla Nogueira Ribeiro Nicácio, brasileira, divorciada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 16.874.927-8 SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 117.403.858-81; (ii) Edson Gonçalves Pereira Filho, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da cédula de identidade RG nº 17.443.237-9 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 130.089.238-28; (iii) Eduardo Esteves Ventura, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 36.906.714-9 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 218.271.498-76; (iv) Erle Vargas, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 26.807.957-5 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 227.209.768-43; (v) Fernando Carlos de Souza Granzerla, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 9.016.197-X SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 034.032.798-71; (vi) Luciano Marquelo Miranda, brasileiro, casado, advogado, portadora da cédula de identidade RG nº 20.196.761-3 SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 163.002.448-08; (vii) Maria Cecília Semelatto Carmona, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 39.202.117-1 SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 803.661.556-87; (viii) Maria Fernanda Lara Kantor, brasileira, casada, administradora, portadora da cédula de identidade RG nº 25.293.599-8 SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 285.685.338-25; (ix) Maria Luiza Lage de Mattos Levi, brasileira, casada, administradora, portadora da cédula de identidade RG nº 17.199.013-4 SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 092.197.648-81; (x) Mateus Porto de Almeida, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 1047700611 SSP/RS e inscrito no CPF sob o nº 970.613.959-15, também responsável por assuntos financeiros; (xi) Pedro Paulo Giubbin Lorenzini, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 12.276.359-2 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 103.594.348-79; (xii) Roberto Padilino, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 10.202.496-9 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 175.035.158-44; e (iii) Thiago Medeiros Silva, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 29.790.566-1 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 261.100.288-60, todos residentes e domiciliados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na mesma Cidade, na Avenida Paulista, nº 1.111, Bela Vista, CEP 01311-920. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata que, aprovada pelos presentes, foi por todos assinada. São Paulo, 14 de Janeiro de 2021. (Assinaturas) Presidente: Pedro Paulo Giubbin Lorenzini; Secretário: Roberto Padilino. Acionistas: Citigroup Asia Pacific Holding LLC, por Pedro Paulo Giubbin Lorenzini; e Chilea Participações Societárias e Investimentos Ltda., por Pedro Paulo Giubbin Lorenzini. A presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Sociedade São Paulo, 14 de Janeiro de 2021. **Roberto Padilino** - Secretário. JUCESP nº 199.620/21-0 em 30/04/2021. Gisela Silveira Ceschin - Secretária Geral.

Planner Corretora de Valores S.A.

CNPJ nº 00.806.535/0001-54 - NIRE 35300142942

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 23.11.2020

Data, Hora, Local: 23.11.2020, às 09h. Sede social, Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar, Condomínio Edifício Pedro Mariz - B31, São Paulo-SP. **Presença:** Representantes da única acionista. Mesa: Presidente: Cláudia Siola Cianfarani. Secretário: Carlos Arnaldo Borges de Souza. **Deliberações Aprovadas:** 1. Eleger para o cargo de Diretor, com designação especial, com remuneração dentro do limite estabelecido na AGO de 20.05.2019, arquivada na JUCESP em 06.12.2019, nº 823.735/19-2, os seguintes membros: Douglas Constantino Faria, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, RG 32.250.261-5 SSP, CPF 235.591.758-31; Carlos Enrique Pereira Melo, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, especialista em gestão, C.I. 41.131.343-5 SSP-SP, CPF 315.110.178-05, ambos residentes em São Paulo/SP. Os mandatos dos diretores eleitos se estenderão até a posse dos que forem eleitos na AGO de 2022. Os diretores eleitos apresentaram as declarações de que não estão impedidos, de exercerem atividades mercantis. 2. Substituir os diretores responsáveis por áreas de atuação na Comissão de Valores Mobiliários, conforme abaixo especificada, que somente se efetivará após a posse de Carlos Enrique Pereira Melo:

Comissão de Valores Mobiliários - CVM			
Diretor Responsável por Área de Atuação			
Normativo	Área	Diretor Anterior	Diretor Atual
Instrução 505/11	Supervisão dos Procedimentos e Controles Internos		
Instrução 542/13	Supervisão dos Procedimentos e Controles Internos		
Instrução 543/13	Supervisão dos Procedimentos e Controles Internos	Cláudia Siola Cianfarani	Carlos Enrique Pereira Melo
Instrução 558/15	Supervisão dos Procedimentos e Controles Internos		
Instrução 505/11	Supervisão dos Procedimentos e Controles Internos		
Instrução 558/15	Administração Fiduciária	Artur Martins de Figueiredo	Cláudia Siola Cianfarani

3. Fazer as deliberações acima aprovadas, e novo quadro de diretores responsáveis por área de atuação na Comissão de Valores Mobiliários ficará assim definido:

Comissão de Valores Mobiliários			
Diretor Responsável por Área de Atuação			
Normativo	Área	Diretor	
Instrução 558/15	Gestão de Recursos	Mauro Mazzaro	
Instrução 558/15	Administração Fiduciária	Cláudia Siola Cianfarani	
Instrução 542/13	Cumprimento da Norma	Romeu Romero Júnior	
Instrução 543/13	Cumprimento da Norma		
Instrução 617/20	Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro		
Instrução 558/15	Gestão de Riscos		
Instrução 539/13	Verificação da Adequação dos Produtos, Serviços e Operações ao Perfil do Cliente (Suitability)	Marcus Eduardo de Rosa	
Instrução 505/11	Plano de Continuidade de Negócios		
Instrução 612/19			
Instrução 612/19	Segurança da Informação		
Instrução 497/11	Atividades Agente Autorizado de Investimento		
Instrução 505/11	Cumprimento da Norma	Cláudio Henrique Sangar	
Instrução 558/15	Distribuição de Cotas de Fundos de Investimento		
Instrução 505/11	Supervisão dos Procedimentos e Controles Internos		
Instrução 542/13	Supervisão dos Procedimentos e Controles Internos		
Instrução 543/13	Supervisão dos Procedimentos e Controles Internos	Carlos Enrique Pereira Melo	
Instrução 558/15	Supervisão dos Procedimentos e Controles Internos		

Encerramento: Nada mais. São Paulo, 23.11.2020. Acionista: Planner Holding Financeira S.A., por seus diretores Carlos Arnaldo Borges de Souza e Cláudio Henrique Sangar. JUCESP nº 69.724/21-S em 04.02.2021. Gisela Silveira Ceschin - Secretária Geral.

JUCESP
03 06 21

PLANNER

CORRETORA DE VALORES S.A.

CNPJ nº 00.806.535/0001-54
NIRE 35300142942

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 01.04.2021

DATA:

01 de abril de 2021, às 09:00 horas.

LOCAL:

Sede social, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900 - 10º andar - Condomínio Edifício Pedro Mariz - B31 - Itaim Bibi – CEP 04538-132 - São Paulo-SP.

PRESENÇA:

Totalidade dos diretores.

MESA:

Presidente: Claudia Siola Cianfarani.

Secretário: Marcus Eduardo De Rosa.

ORDEM DO DIA:

1. Deliberar sobre a substituição do diretor responsável pelas operações de câmbio, de que trata a Resolução-CMN nº 3.568, de 29 de maio de 2008;
2. Deliberar sobre a designação do diretor que será indicado para contato no cadastro da Sociedade relativo à função de agente fiduciário de que trata a Instrução Resolução CVM nº 17, de 9 de fevereiro de 2021; e
3. Consolidar os quadros de diretores responsáveis por área de atuação no Banco Central do Brasil e na Comissão de Valores Mobiliários.

DELIBERAÇÕES:

Após análise sobre os temas, os membros da Diretoria, por unanimidade de votos e sem qualquer restrição, aprovaram o que segue:

1. Ratificar a designação do Diretor, sem designação específica, Sr. **DOUGLAS CONSTANTINO FERREIRA**, como responsável pelas operações de câmbio, de que trata a Resolução-CMN nº 3.568, de 29 de maio de 2008, em substituição ao Sr. **CLAÚDIO HENRINQUE SANGAR**, ocorrida em 01 de fevereiro de 2021.
2. Ratificar a designação do Diretor, sem designação específica, Sr. **DOUGLAS CONSTANTINO FERREIRA** como indicado para contato no cadastro da Sociedade relativo à função de agente fiduciário de que trata a Instrução Resolução CVM nº 17, de 9 de fevereiro de 2021, ocorrida em 14 de janeiro de 2021.
3. Em vista do acima aprovado, consolidar os quadros de diretores responsáveis por área de atuação no Banco Central do Brasil e na Comissão de Valores Mobiliários:

BANCO CENTRAL DO BRASIL		
DIRETOR RESPONSÁVEL POR ÁREA DE ATUAÇÃO		
NORMATIVO	ÁREA	DIRETOR
Circular 3.729/14	Responsável pelo Sistema RDR	Carlos Enrique Pereira Melo
Circular 3978/20	Política de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo	
Resolução 4860/20	Ouvidoria	
Circular 3165/02	Atualização de dados no UNICAD	Marcus Eduardo De Rosa
Circular 3870/17	SCR (Sistema de Informação de Crédito)	
Resolução 3198/04	Área Contábil	
Circular 3504/10	Fornecimento de Informações	
Resolução 4557/17	Gerenciamento de Risco (CRO)	
Resolução 4193/13	Apuração Montante RWA, PR e CAP. PRINC.	
Resolução 4327/14	Cumprimento da PRSA	
Resolução 4658/18	Segurança Cibernética	
Circular 3347/07	Cadastro de Clientes SFN - CCS	
Resolução 4677/18	Responsável pelos os limites de exposição	
Resolução 4557/17	Gerenciamento de Capital	

BANCO CENTRAL DO BRASIL		
DIRETOR RESPONSÁVEL POR ÁREA DE ATUAÇÃO		
NORMATIVO	ÁREA	DIRETOR
Resolução 4539/16	Política Institucional de Relacionamento com clientes	Cláudio Henrique Sangar
Resolução 3505/07	Operações de SWAP	
Resolução 3339/06	Operações Compromissadas	
Resolução 3197/04	Operações Empréstimo e troca de Títulos	
Resolução 4753/17	Contas de depósitos	Romeu Romero Junior
Resolução BCB 69/21	Apuração limites e padrões mínimos	
Circular 3281/05	Assuntos Relativos ao SPB	
Resolução 55/20	Assuntos do SELIC	
Resolução 4745/19	Política de divulgação de informações	
Resolução 2451/97	Gestão de recursos de terceiros	Mauro Mazzaro
Resolução 3568/08	Operações de Câmbio	Douglas Constantino Ferreira
Resolução 3263/05	acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional	Alan Gandelman

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS		
DIRETOR RESPONSÁVEL POR ÁREA DE ATUAÇÃO		
NORMATIVO	ÁREA	DIRETOR
Instrução 558/15	Gestão de Recursos	Mauro Mazzaro
Instrução 558/15	Administração Fiduciária	Claudia Siola Cianfarani
Instrução 494/11	Constituição, a administração, o funcionamento, a divulgação de informações e a distribuição de cotas dos Clubes de Investimento	
Instrução 542/13	Cumprimento da norma	Romeu Romero Junior
Instrução 543/13	Cumprimento da norma	
Instrução 617/20	Prevenção e combate à lavagem de dinheiro	Marcus Eduardo De Rosa
Instrução 558/15	Gestão de riscos	
Instrução 539/13	Verificação da adequação dos produtos, serv e operação ao perfil do cliente	
Instrução 612/19	Plano de Continuidade de Negócios /Segurança da Informação	

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS		
DIRETOR RESPONSÁVEL POR ÁREA DE ATUAÇÃO		
NORMATIVO	ÁREA	DIRETOR
Instrução 497/11	Atividades agente autônomo de investimento	Claudio Henrique Sangar
Instrução 505/11	Cumprimento da norma	
Instrução 558/15	Distribuição de cotas de fundos de investimento	
Instrução 505/11	Supervisão dos procedimentos e controles internos	Carlos Enrique Pereira Melo
Instrução 542/13	Supervisão dos procedimentos e controles internos	
Instrução 543/13	Supervisão dos procedimentos e controles internos	
Instrução 558/15	Supervisão dos procedimentos e controles internos	
Resolução CVM nº 17/21	contato relativo à função de agente fiduciário	Douglas Constantino Ferreira

ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio, a qual logo após foi lida, aprovada e por todos assinada.

São Paulo, 01 de abril de 2021.

PRESENÇAS:

Diretores: **CLAUDIA SIOLA CIANFARANI;**
CLAUDIO HENRIQUE SANGAR;
CARLOS ENRIQUE PEREIRA MELO
DOUGLAS CONSTANTINO FERREIRA
MARCUS EDUARDO DE ROSA;
ROMEU ROMERO JÚNIOR
MAURO MAZZARO; e
ALAN DAIN GANDELMAN.

JUCESP
03 06 21

5

ASSINATURAS:

Presidente: Claudia Siola Cianfarani.

Secretário: Marcus Eduardo De Rosa.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

CLAUDIA SIOLA CIANFARANI

Presidente

MARCUS EDUARDO DE ROSA

Secretário

Esta página de assinaturas é parte integrante da ata da reunião da diretoria da Planner Corretora de Valores S.A., realizada em 01.04.2021.



prescritos nos Termos de Uso da Clicksign disponível em www.clicksign.com.

PLANNER CV SA ard 2021 04 01 - substituição de diretor bcb e CVM - 21-00303.doc

Documento número #0fd1432c-a6b9-4854-b167-a90037235926

Assinaturas



Claudia Siola Cianfarani
Assinou como parte



Claudio Henrique Sangar
Assinou como parte

Log

- 19 abr 2021, 12:39:12 Operador com email dsantos@planner.com.br na Conta cf144c43-b08e-4dab-bb2b-b9dfc65cc577 criou este documento número 0fd1432c-a6b9-4854-b167-a90037235926. Data limite para assinatura do documento: 19 de maio de 2021 (08:41). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 19 abr 2021, 12:39:57 Operador com email dsantos@planner.com.br na Conta cf144c43-b08e-4dab-bb2b-b9dfc65cc577 adicionou à Lista de Assinatura:
- csiola@planner.com.br, para assinar como parte, com os pontos de autenticação: email (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Claudia Siola Cianfarani e CPF 119.745.868-98.
- 19 abr 2021, 12:40:11 Operador com email dsantos@planner.com.br na Conta cf144c43-b08e-4dab-bb2b-b9dfc65cc577 adicionou à Lista de Assinatura:
csangar@planner.com.br, para assinar como parte, com os pontos de autenticação: email (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Claudio Henrique Sangar e CPF 030.084.068-31.
- 19 abr 2021, 12:40:22 Operador com email dsantos@planner.com.br na Conta cf144c43-b08e-4dab-bb2b-b9dfc65cc577 alterou o processo de assinatura. Data limite para assinatura do documento: 19 de maio de 2021 (08:41).
- 19 abr 2021, 13:06:49 Claudio Henrique Sangar assinou como parte. Pontos de autenticação: email csangar@planner.com.br (via token). CPF informado: 030.084.068-31. IP: 187.72.88.193. Componente de assinatura versão 1.108.1 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 19 abr 2021, 13:10:10 Claudia Siola Cianfarani assinou como parte. Pontos de autenticação: email csiola@planner.com.br (via token). CPF informado: 119.745.868-98. IP: 187.72.88.193. Componente de assinatura versão 1.108.1 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 19 abr 2021, 13:10:10 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 0fd1432c-a6b9-4854-b167-a90037235926.

Hash do documento original (SHA256): 11c577bd69c020a2d958ee8872c3c0d36c2e052440e09560e7d5b9ef4bec623a

Este log é exclusivo ao, e deve ser considerado parte do, documento número 0fd1432c-a6b9-4854-b167-a90037235926, com os efeitos



JUCESP PROTOCOLO
0.989.407/18-4



PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

CNPJ nº 00.806.535/0001-54
NIRE 35300142942

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23.04.2018

DATA:

23 de abril de 2018, às 10:00 horas.

LOCAL:

Sede social, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900 - 10º andar - Condomínio Edifício Pedro Mariz - B31 - Itaim Bibi - São Paulo-SP.

PRESENÇA:

Representantes da única acionista.

MESA:

Presidente: Artur Martins de Figueiredo.

Secretária: Viviane Aparecida Rodrigues Afonso.

ORDEM DO DIA:

SESSÃO ORDINÁRIA:

1. Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31.12.2017, a saber: Balanço Patrimonial, e as seguintes demonstrações: Resultado; Mutações do Patrimônio Líquido; Fluxos de Caixa; Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes; e
2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA:

1. Referendar as deliberações aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21.02.2018.



000111

4º TABELIAO DE NOTAS DA CAPITAL
R. Estados Unidos 455 São Paulo/SP
Bel. OSVALDO CANHEO TABELIAO
AUTENTICAÇÃO Autentico a presente
cópia reprográfica que confere com o
original em meu arquivo do dia 16

05 JUL 2018

MARCO

VALIDO POR QUINTE
DIAS DO REGISTRO
AL: ENTREGA

ANDRE RICARDO PAROLINI
Escrivente Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta anexo e parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo B.


Eliana da Cruz Yoshida
ANALISTA

000112

DELIBERAÇÕES:**SESSÃO ORDINÁRIA:**

Após os esclarecimentos de que os documentos mencionados no item "1" da ordem do dia haviam sido publicados no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no jornal "Folha de S. Paulo", ambos em edição de 14 de abril de 2018, foram aprovadas por unanimidade, as seguintes deliberações:

1. Aprovar, sem ressalvas, todos os documentos mencionados no item "1" da ordem do dia; e
2. O resultado (prejuízo) do exercício findo em 31.12.2017, no montante de **R\$4.119.999,04** (quatro milhões, cento e dezenove mil, novecentos e noventa e nove reais e quatro centavos), foi compensado com o capital social, conforme deliberação aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21.02.2018.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA:

Após amplos debates, foi aprovada, por unanimidade, a seguinte deliberação:

1. Referendar as deliberações aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21.02.2018, relativas a: (i) redução do capital social, mediante a compensação do saldo do prejuízo acumulado apurado até 31.12.2017 na ordem de **R\$7.446.937,82** (sete milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, novecentos e trinta e sete reais e oitenta e dois centavos), com o capital social, que passou de **R\$30.287.000,00** (trinta milhões, duzentos e oitenta e sete mil reais), para **R\$22.840.062,18** (vinte e dois milhões, oitocentos e quarenta mil, sessenta e dois reais, dezoito centavos); (ii) alteração da redação do parágrafo 2º do artigo 7º do Estatuto Social; e (iii) reforma do artigo 23 do Estatuto Social

ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio, a qual logo após foi lida, aprovada e por todos assinada.
São Paulo, 23 de abril de 2018.



000113

4º TABELAÇÃO DE NOTAS DA CAPITAL
R. Estados Unidos 456 São Paulo/SP
Bel. OSVALDO CARNHEO TABELAÇÃO
AUTENTICAÇÃO Autenticado a presente
cópia reprográfica que confere com o
original autenticado do(a) fô

05 JUL 2018

valor

VALOR SOMENTE
COM O SELLO DE
C. C. C. C. C. C.

ANDRÉ RICARDO PAROLINI
Escritor Autorizado
Valor pago pelo fô R\$ 3,50



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida a parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo B.


Eliana da Cruz Yoshida
ANALISTA

000114

ASSINATURAS:


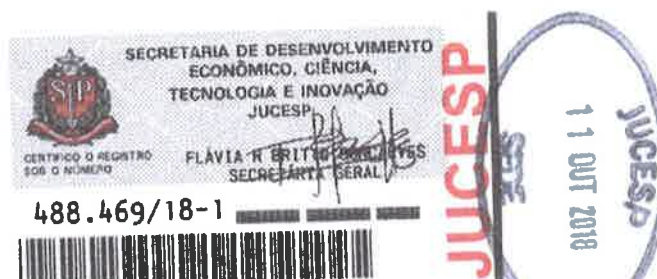
Presidente: Artur Martins de Figueiredo.

Secretária: Viviane Aparecida Rodrigues Afonso.

Acionista: **PLANNER HOLDING FINANCEIRA S.A.**, representada por seus diretores Srs. Carlos Arnaldo Borges de Souza e Artur Martins de Figueiredo.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.


ARTUR MARTINS DE FIGUEIREDO
Presidente


VIVIANE APARECIDA RODRIGUES AFONSO
Secretaria


4º TABELIAO DE NOTAS DA CAPITAL
R. Estados Unidos 485 São Paulo/SP
Bel. OSVALDO CAMARGO TABELIAO
AUTENTICAÇÃO. Autentico a presente
cópia reproduzida que confere com
original arquivada no livro de

05 JUL 2018

ANDRÉ RICARDO FAROLINI
Escritor Autorizado
Valor pago pela ata R\$ 3,50



4º TABELIAO DE NOTAS DA CAPITAL
R. Estados Unidos 455 São Paulo/SP
Bel. OSVALDO CANHELO TABELIAO
AUTENTICAÇÃO. Adicional a presente
cópia reprográfica não confere com o
original nem com o texto do original.

05 JUL 2018

BRASIL-SP

ANDRE RICARDO PAROLINI
Escritor Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida a parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo II.


Eliane da Cruz Yoshida
ANALISTA

000116

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - Sob a denominação de “**PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**”, reger-se-á esta Sociedade pelo presente Estatuto e nos casos omissos, pela legislação em vigor, no que lhe for aplicável.

Artigo 2º - A Sociedade terá sede na capital do Estado de São Paulo.

Parágrafo Único - Observadas as prescrições legais e regulamentares, a Sociedade poderá por deliberação da Diretoria: (i) alterar o endereço da sede social, desde que dentro do mesmo município; e (ii) abrir, alterar o endereço e extinguir dependências ou postos de atendimento em qualquer ponto do País.

Artigo 3º - A Sociedade terá duração por prazo indeterminado.

Artigo 4º - A Sociedade terá por objetivo social:

- a) Operar em recinto ou em sistema mantido por Bolsa de Valores;
- b) Subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda;
- c) Intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado;
- d) Comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pela Comissão de Valores Mobiliários e Banco Central do Brasil nas suas respectivas áreas de competência;
- e) Encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários;
- f) Incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de cautelas, de recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários;

Artur

1º Tabelião
R. Estados Unidos 450
Bel. OSVALDO CANEJO
AUTENTICAÇÃO
cópia reproduzida com o conteúdo original
05 JUL 2018
ANDRÉ RICARDO PAROLINI
Emissor Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50



000117

4º TABELAIO DE NOTAS DA CAPITAL
R. Estados Unidos 465 São Paulo/SP
Bel. OSWALDO CANHEO TABELAIO
AUTENTICAÇÃO Autentica e presen
cópia reprográica que confere com o
original autenticado de 05/18

05 JUL 2018

SP/0000

ANDRÉ RICARDO PAROLINI
Emprego Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50

VALIDO DOSE
COM O SELO DE
AUTENTICACAO



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida a parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo B.

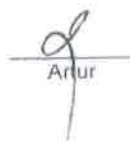
Eliane da Cruz Yoshida
ANALISTA

000118

- g) Exercer funções de agente fiduciário;
- h) Instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento;
- i) Constituir sociedade de investimento - capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários;
- j) Exercer as funções de agente emissor de certificados e manter serviços de ações escriturais;
- k) Emitir certificados de depósito de ações;
- l) Intermediar operações no mercado de câmbio, inclusive por meio de sistemas de negociação de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, abrangendo ambiente de pregão viva voz;
- m) Praticar operações no mercado de câmbio;
- n) Praticar operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários;
- o) Realizar operações compromissadas;
- p) Praticar operações de compra e venda de metais preciosos, no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil;
- q) Operar em bolsas de mercadorias e de futuros por conta própria e de terceiros, observada regulamentação baixada pela Comissão de Valores Mobiliários e Banco Central do Brasil nas suas respectivas áreas de competência;
- r) Prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica, em operações e atividades nos mercados financeiro e de capitais; e
- s) Exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

Artigo 5º - É expressamente vedado à Sociedade:

- a) realizar operações que caracterizem, sob qualquer forma, a concessão de financiamentos, empréstimos ou adiantamentos a seus clientes, inclusive através da cessão de direitos, ressalvadas as hipóteses de operação de conta margem e as demais previstas na regulamentação em vigor;
- b) cobrar de seus comitentes corretagem ou qualquer outra comissão referente a negociações com determinado valor mobiliário durante seu período de distribuição primária;
- c) adquirir bens não destinados ao uso próprio, de acordo com o disposto na regulamentação em vigor;
- d) celebrar contratos de mútuo com pessoas físicas e pessoas jurídicas, financeiras ou não, ressalvado o disposto na regulamentação em vigor; e


Artur

4º TABELÃO DE TÍTULOS DE CAPITAL
R. Estados Unidos 455 São Paulo/SP
Bel. OSVALDO CAMARGO TABELÃO
AUTENTICAÇÃO de cópia a presença
cópia reproduzida (que contém cópia
original) por este Tabelão de Títulos
05 JUL 2018
ANDRÉ RICARDO PAROLINI
Escritório Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50



000119

1º TABELÃO DE MORTO DA CAPITAL
R. Estados Unidos 468 São Paulo/SP
Bel. OSMALDO GARNHEIM TAMEIÃO
AUTENTICAÇÃO: Autêntico a presente
cópia xerográfica que contém com o
original autenticado de 10/10/18

05 JUL 2018

VALIDO

ANDRÉ RICARDO PAROLINI
Escritório Autorizado
Valor pago pela ata: R\$ 3,50



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida a parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo B.

Eliane de Cruz Yoshida
ANALISTA

000120

- e) realizar operações envolvendo comitente final que não tenha identificação cadastral na Bolsa de Valores.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL

Artigo 6º - O capital social da Companhia é de **R\$22.840.062,18** (vinte e dois milhões, oitocentos e quarenta mil, sessenta e dois reais e dezoito centavos), dividido em **7.000** (sete mil) ações nominativas, sendo **3.500** (três mil e quinhentas) ações ordinárias e **3.500** (três mil e quinhentas) ações preferenciais, sem valor nominal.

Parágrafo 1º - Cada ação ordinária nominativa dará direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

Parágrafo 2º - As ações serão indivisíveis perante a Sociedade. Se, no entanto, as ações vierem a pertencer a mais de uma pessoa, designarão estas uma dentre elas para sua representação nas Assembleias Gerais.

Parágrafo 3º - As ações não serão representadas por cautelas provisórias ou por certificados, presumindo-se a respectiva propriedade pela inscrição do nome do acionista no livro de registro de ações nominativas da Sociedade.

Parágrafo 4º - As ações preferenciais, que não terão direito a voto, gozarão das seguintes vantagens: prioridade no reembolso do capital, até o seu valor nominal e sem prêmio, no caso de liquidação da Sociedade e participação no seu remanescente, depois do reembolso às ações ordinárias.

CAPÍTULO III

ADMINISTRAÇÃO

Artigo 7º - A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta de, no mínimo, 2 (dois) até, no máximo, 12 (doze) Diretores, sem designação especial, residentes no País, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - O mandato da Diretoria será de 3 (três) anos podendo haver reeleição, permanecendo, entretanto, os Diretores em seus cargos até a data de posse da nova Diretoria.


Altur



000121

4º TABELÃO DE R. 75 DA CAPITAL
R. Estados Unidos 45A-300 Paulo/SP
Bel. OSVALDO CANHELO TADEIAO
AUTENTICAÇÃO: Autêntico a presente
cópia reprográfica que contém com o
original o mesmo texto do 75

05 JUL 2018

BRUNO

ANDRÉ RICARDO PAROLINI
Escrivente Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida a parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo B.


Eliana de Cruz Yoshida
ANALISTA

000122

Parágrafo 2º - No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, deverá a Diretoria indicar outro Diretor para exercer as funções do ausente ou impedido, observada as regras estabelecidas na regulamentação em vigor relativas à inadmissibilidade de cumulação de funções.

Parágrafo 3º - No caso de vaga de qualquer cargo de Diretor, o novo Diretor será eleito pela Assembleia Geral, pelo prazo restante do mandato do Diretor substituído.

Artigo 8º - A Diretoria terá amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e a realização de todas as operações que se relacionarem com o objetivo da Sociedade, e poderá, inclusive, contratar empréstimos, renunciar a direitos e transigir, dar caução e, bem assim, adquirir, alienar, hipotecar e, de qualquer forma, onerar bens imóveis da Sociedade.

Parágrafo 1º - Os Diretores terão suas funções e atribuições fixadas em Reunião da Diretoria.

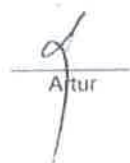
Parágrafo 2º - As áreas de responsabilidades, abaixo especificadas, previstas na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015, que dispõe sobre o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários, deverão ser atribuídas a membros da Diretoria, designados através de Reunião da Diretoria, observando o que determina a referida instrução quanto à necessidade de autorização da Comissão de Valores Mobiliários para o exercício da função:

a) **Gestão de Recursos:**

Responsável pela gestão de carteiras de valores mobiliários, incluindo a aplicação de recursos financeiros no mercado de valores mobiliários por conta do investidor.

b) **Administração Fiduciária:**

Responsável pela custódia e controladoria de ativos e passivos, exercendo suas atividades de forma a (i) identificar e avaliar fatores internos e externos que possam afetar adversamente a implementação da política de investimentos; e (ii) assegurar que seus administradores, empregados e colaboradores tenham acesso a informações relevantes, confiáveis, tempestivas e compreensíveis para o exercício de suas funções e responsabilidades.


Artur



000123

1º TABELÃO DE VOTOS DA CAPITAL
R. Estados Unidos 455 São Paulo/SP
Bel. OSVALDO CANHEO TABELÃO
AUTENTICAÇÃO autentica a presente
cópia reprográica que contém cópia
original em anexo do T.M.

05 JUL 2018

valor:

ANDRÉ RICARDO PAROLINI
Escrivente Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida a parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo II.


Eliene de Cruz Yoshida
ANALISTA

000124

- c) **Distribuição de Cotas de Fundos de Investimento:**
Responsável pela atividade de distribuição de cotas de fundos de investimento administrados ou geridos pela Sociedade.
- d) **Cumprimento de Regras, Políticas, Procedimentos e Controles Internos:**
Responsável por garantir, por meio de controles internos adequados, o permanente atendimento às normas, políticas e regulamentações vigentes, referentes às diversas modalidades de investimento, à própria atividade de administração de carteiras de valores mobiliários e aos padrões ético e profissional.
- e) **Gestão de Riscos:**
Responsável por implementar e manter política escrita de gestão de riscos que permita o monitoramento, a mensuração e o ajuste permanentes dos riscos inerentes a cada uma das carteiras de valores mobiliários.

Parágrafo 3º - A Sociedade somente poderá assumir quaisquer obrigações mediante assinatura:

- a) De 2 (Dois) Diretores em conjunto;
- b) De 1 (Um) Diretor em conjunto com procurador com expressos e especiais poderes;
- c) De 2 (Dois) procuradores com expressos e especiais poderes;
- d) De 1 (Um) procurador somente com expressos e específicos poderes.

Parágrafo 4º - Para a outorga de procurações a Sociedade deverá ser representada por 02 (Dois) Diretores em conjunto. As procurações outorgadas em nome da Sociedade, exceção das que conferem poderes "ad judicium", deverão especificar os poderes conferidos para assinatura em conjunto e/ou isoladamente, bem como, conter prazo de validade definido. Na ausência de prazo de validade, considerar-se-á como vencida no dia 31 de dezembro do exercício na qual tenha sido outorgada.

Parágrafo 5º - Para alienar, ceder, hipotecar, permutar ou onerar os bens da Sociedade, a Sociedade será representada por dois diretores em conjunto.

Parágrafo 6º - Os Diretores da Sociedade, quando em exercício do mandato, não poderão exercer qualquer cargo administrativo em outras empresas cujos títulos ou valores mobiliários sejam negociáveis em Bolsas

Artur



000125

4º TABELAÇÃO DE DEPOSITOS NA CAPITAL
R. Estados Unidos 468 São Paulo/SP
Bel. OSVALDO CANHEO TADEM
AUTENTICAÇÃO Autentico o presente
cópia xerográfica que contém com o
original em confronto e certifica

05 JUL 2018

BRASIL

ANDRE RICARDO PAROLINI
Escritor Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida a parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo II.

Eliane da Cruz Yoshida
ANALISTA

000126

Artigo 9º - A Diretoria compete (i) representar a Sociedade ativa e passivamente, em juízo e fora dele, (ii) zelar pelo cumprimento e execução das normas estatutárias, (iii) convocar as Assembleias Gerais, o Conselho Fiscal e seus suplentes, quando necessário, (iv) executar as deliberações daqueles órgãos, (v) organizar e apresentar à Assembleia Geral Ordinária o Relatório Anual das Operações da Sociedade, (vi) designar e destituir o Ouvidor, (vii) nomear e destituir os membros do Comitê de Remuneração, (viii) aprovar as regras operacionais que o Comitê de Remuneração vier a estabelecer para o seu próprio funcionamento e tomar ciência das atividades do Comitê de Remuneração, e (ix) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Remuneração.

Artigo 10 - A Diretoria se reunirá sempre que os interesses societários o exijam, na sede da Sociedade, ou suas dependências. As deliberações serão tomadas, sempre, por maioria absoluta de votos dos presentes.

Parágrafo Único - As decisões da Diretoria serão registradas em atas transcritas em livro próprio, sendo que as decisões destinadas a produzir efeitos perante terceiros serão arquivadas no Registro do Comércio e devidamente publicadas.

CAPÍTULO IV

CONSELHO FISCAL

Artigo 11 - A Sociedade terá um conselho fiscal, de caráter não permanente, composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País, devendo sua eleição e instalação obedecer aos preceitos da legislação pertinente.

Parágrafo Único - O conselho fiscal, quando eleito e instalado, terá a incumbência atribuída por lei e a remuneração de seus membros efetivos será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, de acordo com a lei.

CAPÍTULO V

ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 12 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, até o dia 30 de abril de cada ano, para os fins previstos em lei, e extraordinariamente sempre que os interesses o exigirem.


Artur



000127

1º TABELAÇÃO DE NOTAS DA CAPITAL
R. Estados Unidos de São Paulo/SP
Bel. OSVALDO CANHELO TABELAÇÃO
AUTENTICAÇÃO: Autêntico a presente
cópia reprográfica que contém com o
original em confronto de 10/10

05 JUL 2016

BRASIL

ANDRÉ RICARDO PAROLINI
Escrivente Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida a parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo B.


Eliane da Cruz Yoshida
ANALISTA

000128

Parágrafo 1º - As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas por um Diretor da Sociedade, que convidará um dos acionistas presentes para servir de secretário.

Parágrafo 2º - Os acionistas poderão fazer-se representar na Assembléia Geral por outros acionistas, mediante mandato expresso, cujo instrumento ficará em poder da Sociedade.

Parágrafo 3º - As deliberações das Assembleias, ressalvadas as exceções legais, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes.

Parágrafo 4º - Para alteração dos artigos 22, 23, 24 e 26 do Estatuto Social será necessária a aprovação pela totalidade dos votos representativos das ações em circulação.

CAPÍTULO VI

OUIDORIA

ARTIGO 13

A Ouvidoria, de funcionamento permanente, terá como atribuições:

- prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da sociedade;
- atuar como canal de comunicação entre a sociedade e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e
- informar à Diretoria da sociedade a respeito das atividades de Ouvidoria.

ARTIGO 14

As atribuições da Ouvidoria abrangem as seguintes atividades:

- atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;
- prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não poderá ultrapassar dez dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação;
- encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto;

Artur



000129

4º TABELIAO DE NOVAS OBRAS CAPITAL I
R. Estados Unidos 455 - São Paulo/SP
Bel. OSVALDO CANHEO TABELIAO
AUTENTICAÇÃO Autentico a presente
cópia reprográfica que confere com o
original em anexo de nº 15

05 JUL 2018

SEMDF

ANDRE RICARDO PAROLINI
Escritor Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida a parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo II.

Eliana da Cruz Yoshida
ANALISTA

000130

- d) manter a Diretoria da sociedade, informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da sociedade para solucioná-los; e
- e) elaborar e encaminhar à auditoria interna e a Diretoria da sociedade, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

ARTIGO 15

A Sociedade terá uma Ouvidoria, composta por um Ouvidor, o qual será nomeado pela Diretoria dentre pessoas que preencham as condições e requisitos mínimos para garantir seu bom funcionamento, devendo ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos, com mandato por prazo indeterminado.

Parágrafo Único - A Diretoria poderá destituir o Ouvidor, caso o mesmo descumpra as atribuições previstas nos artigos 13 e 14 acima, ou substituí-lo a qualquer tempo.

ARTIGO 16

Será dada à Ouvidoria as condições adequadas para o seu funcionamento, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção.

ARTIGO 17

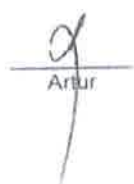
A Ouvidoria terá acesso às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições.

CAPÍTULO VII

DO COMITÊ DE AUDITORIA

Artigo 18 - O Comitê de Auditoria será composto de, no mínimo, 03 (três) até, no máximo, 06 (seis) integrantes, pessoas físicas residentes no país, sendo um Presidente e os demais Membros, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral que fixará sua remuneração.

Parágrafo 1º - O Comitê de Auditoria não terá mandato fixo.


Artur



000131

4º TABELAÇÃO DE R\$ 3,50 CAPITAL
R. Estados Unidos 455 850 Paulo/SSp
Bel. OSVALDO CANHELO TABELAÇÃO
AUTENTICAÇÃO: Autentico a presente
cópia xerográfica que confere com a
original (assinado deu fé)

05 JUL 2018

BRASIL-SP

ANDRÉ RICARDO PAROLINI
Escrivente Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida a parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo - SP.

Eliane da Cruz Yoshida
ANALISTA

000132


Parágrafo 2º - O mandato dos integrantes do Comitê de Auditoria, estender-se-á até a posse dos seus substitutos.

Parágrafo 3º - Assembleia Geral que eleger o Comitê de Auditoria, deverá designar o seu Presidente, bem como indicar, dentre os integrantes, o Membro Qualificado, com comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria.

Parágrafo 4º - O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente à Diretoria.

Parágrafo 5º - Constituem atribuições do Comitê de Auditoria:

- a) estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pela diretoria, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos respectivos acionistas;
- b) recomendar, à administração da sociedade, a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário;
- c) revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
- d) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à sociedade, além de regulamentos e códigos internos;
- e) avaliar o cumprimento, pela administração da sociedade, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos;
- f) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- g) recomendar, à diretoria, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- h) reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a diretoria, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros;
- i) verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso "h", o cumprimento de suas recomendações pela diretoria;


Artur

4º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL
R. Estados Unidos 455 São Paulo/SP
Bel. OSVALDO CAMARGO TABELÃO
AUTENTICAÇÃO. Autentico a presente
cópia reproduzida que condiz com o
original em meu livro de fe.
05 JUL 2010
Viviane
ANDRÉ RICARDO PAROLINI
Escritor Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50



000133

1ª TABELA DE NOTAS DA CAPITAL
R. Estados Unidos de São Paulo/SP
Bel. OSVALDO CANHELO TABELA
AUTENTICAÇÃO. Assentico a presente
cópia reprográfica que contém com o
original assinado do(a)


05 JUL 2018

BRASIL

ANDRÉ RICARDO PAROLINI
Escritor Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida a parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo II.


Eliane de Cruz Yoshida
ANALISTA

000134

- j) reunir-se com o conselho fiscal, quando instalado, por solicitação do mesmo, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;
- k) outras atribuições determinadas pelo Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO VIII

COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

Artigo 19 - O Comitê de Remuneração será composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 06 (seis) integrantes, pessoas físicas residentes no país, eleitos e destituídos pela Diretoria, que fixará sua remuneração e atuará em nome de todas as instituições integrantes do conglomerado financeiro, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Instituições do Conglomerado").

Parágrafo 1º - O prazo de mandato dos membros do Comitê de Remuneração é de 5 (cinco) anos, vedada a permanência de integrante no Comitê por prazo superior a 10 (dez) anos.


Parágrafo 2º - O Comitê de Remuneração deverá:

- a) reportar-se diretamente à Diretoria;
- b) ter na sua composição pelo menos um membro não administrador da Sociedade;
- c) ter na sua composição integrantes com as qualificações e a experiência necessárias ao exercício de julgamento competente e independente sobre política de remuneração da sociedade, inclusive sobre as repercussões dessa política na gestão de riscos.

Parágrafo 3º - Cumprido o prazo máximo previsto no Parágrafo 1º acima, o integrante do Comitê de Remuneração somente pode voltar a integrar tal órgão na Sociedade após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos.

Parágrafo 4º - Nos casos de vaga por renúncia ou destituição em que o Comitê ficar reduzido a menos de 3 (três) membros, a Diretoria deverá, tempestivamente, eleger um substituto, que servirá até o término do mandato do substituído.

Parágrafo 5º - O Comitê de Remuneração se reunirá anualmente, ou extraordinariamente mediante convocação de qualquer de seus membros, sendo certo


 Artur



000135

4º TABELAIO DE NOTAS DA CAPITAL
R. Estados Unidos 455 São Paulo/SP
Bel. OSVALDO CANHEO TABELAIO
AUTENTICAÇÃO: Atendo a presente
cópia reprográfica que confere com o
original apresentado do M.

05 JUL 2018

MMSP

ANDRÉ RICARDO BAROLINI
Escrivente Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida a parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo &


Eliana de Cruz Yoshida
ANALISTA

000136

que a reunião do Comitê de Remuneração só será validamente instalada com a presença da maioria de seus membros.

Artigo 20 - Além das previstas em lei ou regulamento, serão também atribuições do Comitê de Remuneração:

- a) Elaborar a política de remuneração de administradores das Instituições do Conglomerado, propondo à Diretoria as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento desligamento;
- b) Supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores das Instituições do Conglomerado;
- c) Revisar anualmente a política de remuneração de administradores das Instituições do Conglomerado, recomendando à Diretoria a sua correção ou aprimoramento;
- d) Propor à Diretoria o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei nº 6.404, de 1976;
- e) Avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores;
- f) Analisar a política de remuneração de administradores das Instituições do Conglomerado em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários;
- g) Zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com o disposto na regulamentação vigente.

Artigo 21 - O Comitê de Remuneração elaborará, com periodicidade anual, no prazo de 90 (noventa) dias, relativamente à data-base de 31 de dezembro, documento denominado "Relatório do Comitê de Remuneração", o qual deverá ser mantido à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.


Anur



000137

ANALISTA
Eliane da Cruz Yoshida

ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
perfeccionados consta de carta emitida a parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gestão Técnica em São Paulo B.

Escritório Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50
ANDRÉ RICARDO PAROLINI

05 JUL 2018
VALOR SÓCIO DE
CADA SELO DE
A. ENDOSAR
AUTENTICAÇÃO realizada em
origem e reprodução com o
BOL. OSWALDO GOMES TAVES
R. Estados Unidos 300 - São Paulo/SP
4º ANDAR DE NOSSA CAPITAL



CAPÍTULO IX

EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS E LUCROS

Artigo 22 - O Exercício social terá início em 01 de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. O Balanço, obediente a todas as prescrições legais, será levantado em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Único - O Balanço semestral e o anual dos meses de junho e dezembro, serão auditados por auditores independentes registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

Artigo 23 - Do resultado do exercício serão deduzidos:

- a) Prejuízo, se houver;
- b) Provisão para Imposto de Renda;
- c) Participação dos Administradores, nos limites estipulados pelo art. 152 da Lei nº 6.404/76.


Parágrafo 1º - Do lucro líquido serão destinados:

- a) 5% (cinco por cento) à constituição do Fundo de Reserva legal até atingir 20% (vinte por cento) do Capital Social;
- b) 5% (cinco por cento), no mínimo, para distribuição entre os acionistas a título de dividendo obrigatório;
- c) o saldo terá a destinação que lhe der a Assembléia Geral.

Parágrafo 2º - Os prejuízos ou parte deles poderão ser absorvidos pelos acionistas, mediante rateio, a ser atribuído a cada ação em que se divide o capital social, após a absorção dos saldos existentes em lucros acumulados, reservas de lucros e reservas de capital, nesta ordem.

Parágrafo 3º - O valor dos juros pagos ou creditados, a título de capital próprio nos termos do art. 9º, § 7º da Lei nº 9.249/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao valor do dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Sociedade para todos os efeitos legais.

Parágrafo 4º - Por proposta da diretoria, "ad referendum" da Assembleia Geral, poderá a Sociedade distribuir lucros e/ou dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio (Lei nº 9.249/95), dentro dos limites legais.


Artur





000139

2º TABELIAO DE NOTAS DA CAPITAL I
R. Estados Unidos 455 São Paulo/SP
Bel. OSVALDO CANHEO TABELIAO
AUTENTICAÇÃO Autentico a presente
cópia reprográfica que confere com o
original apresentado dos M.

05 JUL 2018

ANDRE RICARDO PAROLINI
Escrivão Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida a parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo &

Eliane da Cruz Yoshida
ANALISTA

000140

CAPÍTULO X

LIQUIDAÇÃO

Artigo 24 - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo Único - Compete à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger os liquidantes e um conselho fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação.


CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 25 - Fica eleito o foro da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas ou controvérsias oriundas deste Estatuto.

Artigo 26 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como outras normas legais que lhe forem aplicáveis.

ESTATUTO SOCIAL ATUALIZADO ATÉ A A.G.E DE 21.02.2018.


Artur Martins de Figueiredo
Diretor

PLANNER

CORRETORA DE VALORES S.A.


Viviane Aparecida Rodrigues Afonso
Diretora


Artur

4ª TABELA DE VALORES DE CAPITAL
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo/SP
Bel. OSVALDO CAMARGO - TABELA
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
cópia reprográfica que contém o
original em meu poder, em 05 de JULHO de 2018.

8 5 JUL 2018

ANDRÉ RICARDO PAROLINI
Escritório Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50



000141

☛ TABELAÇÃO DE MÚLTIPLOS DA CAPITAL I
R. Estados Unidos 455 São Paulo/SP
Bel. OSVALDO CARNEIRO TABELAÇÃO
AUTENTICAÇÃO Autentico a presente
cópia representa a que se refere com o
original

05 JUL 2018

VALIDO TOCANTE
COM O SELLO DE
AUTENTICAÇÃO

ANDRE RICARDO PAROLINI
Escritor Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida a parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo


Eliane da Cruz Yoshida
ANALISTA

000142



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ofício **8727**
PE 125845

/2018-BCB/Deorf/GTSP2

São Paulo, 18 MAIO 2018

À

Planner Corretora de Valores S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 10º andar - Cond. Ed. Pedro Mariz - B31 - Itaim Bibi
04538-132 São Paulo (SP)

A/C dos Senhores

Artur Martins de Figueiredo - Diretor

Viviane Aparecida Rodrigues Afonso - Diretora

Assunto: Comunicação de deferimento de pleito

Prezados Senhores,

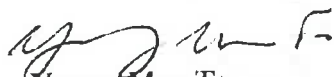
Comunicamos que o Banco Central do Brasil, por despacho desta data, aprovou os assuntos a seguir especificados, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 21 de fevereiro de 2018 e na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 23 de abril de 2018:

a) alteração do capital para R\$22.840.062,18;

b) reforma estatutária.

2. Anexamos documentação autenticada, para fins de arquivamento no Registro do Comércio.

Atenciosamente,


Young Man To
Gerente-Técnico

Anexos: 2 documentos; 19 páginas



Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)
Gerência-Técnica em São Paulo (GTSP2)
Av. Paulista, 1.804 - 5º andar - Cerqueira César - 01310-922 - São Paulo (SP)
Telefones: (11) 3491-6943, 3491-6500, 3491-6772 e 3491-6102
E-mail: gtsp2.deorf@bcb.gov.br

000143

TERMO DE ENCERRAMENTO

ESTE VOLUME SE ENCERRA NA PÁGINA 144 DE 144 PÁGINAS